

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O PAPEL DA MULHER NO TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS  
CORIXINHA, JATOBÁ E SAPICUÁ NO MUNICÍPIO DE CÁCERES, MT,  
NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA**

**JUSSARA CEBALHO**

**CÁCERES, MT**

**2024**

**JUSSARA CEBALHO**

**O PAPEL DA MULHER NO TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS  
CORIXINHA, JATOBÁ E SAPICUÁ NO MUNICÍPIO DE CÁCERES, MT,  
NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), como parte das exigências do para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

**CÁCERES, MT**

**2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

CEBALHO, Jussara.

C387o O Papel da Mulher no Território dos Assentamentos Rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá no Município de Cáceres, MT, na Faixa de Fronteira Brasil/Bolívia / Jussara Cebalho – Cáceres, 2024.  
0 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2024.

Orientador: Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

**JUSSARA CEBALHO**

**O PAPEL DA MULHER NO TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS  
CORIXINHA, JATOBÁ E SAPICUÁ NO MUNICÍPIO DE CÁCERES, MT,  
NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA**

Folha de aprovação do Mestrado em Programa de Pós-graduação em Geografia.

**Banca examinadora**

---

Profa. Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira  
Orientadora  
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Juara)

---

Profa. Dra. Maria Tereza Henriques da Cunha Martins  
Membro Externo  
Universidade de Coimbra

---

Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves  
Membro Interno  
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Cáceres)

---

Profa. Dra. Maria Helena Rodrigues Paes  
Membro Externo ao Programa  
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Tangará da Serra)

**CÁCERES, MT**

**2024**

## DEDICATÓRIA

*À minha avó, Maria Venância Cebalho (in memorian), uma mulher analfabeta, que sempre me mostrou a importância da educação.*

*Às mulheres dos assentamentos Corixinha, Jatobá e Sapicuá, por compartilharem das suas vivências e experiências, que tanto contribuem para a manutenção territorial desses assentamentos.*

*Enfim, a todos os meu amigos e familiares!*

## AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada nunca estive só, sempre tive quem pegasse nas minhas mãos e caminhasse comigo, assim como as forças espirituais que me fortalecem e me amparam quando penso em cair no abismo do desânimo.

Primeiramente, venho agradecer a Deus, que com sua força espiritual, sempre ouviu as minhas preces e esteve comigo, me guiando, me protegendo e me fortalecendo, para que eu conseguisse atingir o meu objetivo.

Agradeço à minha avó, Maria Venância Cebalho (*in memoriam*), que guiou meus passos, me mostrando a importância da educação e que nunca mediu esforços para que eu estudasse, sempre dizia da importância da mulher ser independente, ter sua liberdade, que seria conquistada através da educação. Por ser analfabeta, sabia de todas as dificuldades que a falta dos estudos trazia.

À minha tia e madrinha, Elza Cebalho dos Santos, quem, junto da minha avó, contribuíram decisivamente na minha educação e formação social e humana.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), “Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado”, por fazer parte do meu caminhar acadêmico, tanto na graduação, quanto no mestrado. Meu agradecimento especial, aos professores que compõem o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia (PPGGeo), pelos preciosos ensinamentos.

Agradeço à minha mãe, Luzia Elizabeth Cebalho, pois a história de vida dela, como uma mulher assentada, que lutou para conseguir um pedaço de terra, foi a minha inspiração para escolher este tema de pesquisa.

À minha irmã, Jucimara, por partilhar as experiências vividas no assentamento e por mobilizar as mulheres assentadas, a partilharem suas vivências para que esta pesquisa fosse realizada. Sem a contribuição dela, o caminho seria mais árduo.

Ao meu companheiro, Wilmar Almeida Pedroso, por todo apoio e companheirismo durante os momentos em que o desânimo tentava se aproximar, sempre tinha uma palavra de encorajamento para me fazer seguir em frente, na busca do meu objetivo.

Um agradecimento muito especial ao meu filho Waltinho, pois sempre que olho para ele, encontro forças para superar todos os obstáculos. Mesmo não tendo noção disso, ele é o meu maior incentivador.

Aos meus sogros, Nair e Walter, por serem a minha rede de apoio, com a ajuda nos cuidados com meu filho, sempre que precisei, seja para participar das aulas, seja para escrever a dissertação ou sair para a pesquisa de campo, estavam prontos para ajudar. Quem é mãe sabe o quanto é importante ter uma rede de apoio.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lisanil Conceição do Patrocínio Pereira, pela confiança depositada em mim, por todo ensinamento, incentivo e inspiração, por acreditar em mim e por compartilhar o seu conhecimento. É uma pessoa, que muito me inspira, enquanto profissional e enquanto pessoa, como diz Paulo Freire “o educador se eterniza em cada ser que educa”, já que tive o privilégio de ser sua aluna na graduação e depois de tempos, reencontrei-a e ser sua orientanda, tenho somente a agradecer por esse reencontro e por todo o compartilhamento de conhecimento.

Agradecer às mulheres dos Assentamentos Corixo, Jatobá e Sapicuá, que, prontamente, me receberam, para falar de suas vivências e dos seus saberes, nos territórios dos assentamentos rurais.

À minha prima Jânia e à minha amiga Mazéh, que também é vereadora no município de Cáceres, que me acompanharam e me deram todo o apoio durante os trabalhos de campo, com as assentadas. A presença delas me deixou mais fortalecida e confiante de que tudo daria certo.

Ao Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres, representado pela Presidenta Ana

Paula Pinho da Silva, por todo apoio nas lutas.

Ao meu cunhado, Edinei, e, ao meu primo Alceu, pelo transporte até os assentamentos. Levaram-me a todos os lugares que eu precisava ir e sempre com toda a paciência de esperar, atitude que todos os homens deveriam ter com as mulheres.

À direção, aos coordenadores e aos colegas da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo, por todo o apoio dado.

Aos meus colegas de mestrado, que tornaram esta jornada acadêmica mais tranquila e divertida.

Enfim, gratidão a todos e a todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta dissertação de mestrado.



Nós somos Mulheres de todas as cores  
De várias idades, de muitos amores  
Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei  
De Elza Soares, mulher fora da lei  
Lembro de Anastácia, valente, guerreira  
De Chica da Silva, toda mulher brasileira  
Crescendo oprimida pelo patriarcado, meu corpo  
Minhas regras  
Agora, mudou o quadro

(Versão da música: *Mulheres*, Silvia Duffrayer)

## RESUMO

Esta pesquisa aborda o papel da mulher nos assentamentos rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá, situados, no município de Cáceres, MT, discutindo a atuação da mulher, nesses territórios, por entender que abre-se um leque de debate para outras questões, a exemplo das políticas públicas que garantam a segurança e a participação das mulheres, nas tomadas de decisões. O objetivo geral é analisar o papel da mulher na formação e posterior manutenção territorial nos assentamentos Corixinha, Jatobá e Sapicuá, na fronteira Brasil/Bolívia, no município de Cáceres, MT. Adotou-se como metodologia o grupo focal, constituindo três grupos focais, um em cada assentamento rural, assim como a observação participante. Foi possível observar que a participação feminina na criação e desenvolvimento desses assentamentos foi e é fundamental. A presença dessas mulheres não se limitou apenas à esfera doméstica, mas se estendeu ao campo de trabalho na comunidade e à construção da cultura local. Dessa forma, concluiu-se que através dessa pesquisa pôde-se refletir sobre as várias faces da experiência feminina no território dos assentamentos em questão e os obstáculos contínuos na busca por mudanças significativas nesses contextos, frequentemente negligenciados.

**Palavras-chave:** Território, Assentamentos rurais, Mulheres.

## **ABSTRACT**

This research addresses the role of women in the rural settlements of Corixinha, Jatobá, and Sapicuá, located in the municipality of Cáceres, MT, discussing women's involvement in these territories as it opens up a range of debates on other issues, such as public policies ensuring women's safety and participation in decision-making processes. The general objective is to analyze the role of women in the formation and subsequent maintenance of territoriality in the Corixinha, Jatobá, and Sapicuá settlements, located on the Brazil/Bolivia border, in the municipality of Cáceres, MT. The methodology adopted was the Focus Group, constituting three focus groups, one in each rural settlement, as well as Participant Observation. It was possible to observe that female participation in the creation and development of these settlements was and is fundamental. The presence of these women was not limited only to the domestic sphere but extended to work in the community and the construction of local culture. Thus, it was concluded that through this research, it was possible to reflect on the various aspects of the female experience in the territory of the settlements in question and the ongoing obstacles in the pursuit of significant changes in these contexts, which are often overlooked.

**Keywords:** Territory, Rural settlements, Women.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 – Fases da pesquisa.....	22
Figura 02 – Localização do município de Cáceres .....	27
Figura 03 – Localização dos Assentamentos Corixo, Jatobá e Sapicuá no município de Cáceres, MT .....	31
Figura 04 – Casa do Grupo Amigas da Fronteira, localizada no Assentamento Corixinha.....	61
Figura 05 – Igreja Menino Jesus de Praga, localizada no Assentamento Jatobá.....	65
Figura 06 – Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, no Assentamento Sapicuá.....	69
Figura 07 – Resfriador de leite, no Assentamento Jatobá.....	71
Figura 08 – Criação de animais nos Assentamentos .....	72
Figura 09 – Em frente da casa, o pé de pequi, símbolo da cozinha da Associação .....	83
Figura 10 – Fruto do Pequi .....	84
Figura 11 – Associada vestida com a camiseta “Sem Feminismo não há Agroecologia” .....	85
Figura 12 – Forno de barro .....	87
Figura 13 – Casa com janela de vidro temperado.....	94
Figura 14 – Casa padrão do Incra.....	95
Figura 15 – Ônibus Escolar, na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida .....	102
Figura 16 – Ônibus da Empresa Trans Jaó.....	103

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Projetos de Assentamento .....	30
Quadro 02 – Grau de escolaridade das participantes da pesquisa .....	104

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ARPEP – Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

ENERA – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNTE – Programa Nacional de Transporte Escolar

PPGGEO – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia

SUS – Sistema Único de Saúde

UnB – Universidade do Brasil

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	21
2.1 Caminhos da pesquisa.....	21
2.2 Caracterização da área de estudos: Cáceres, MT e Assentamentos Rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá, na fronteira Brasil/Bolívia.....	26
3 O PERCURSO TEÓRICO DA PESQUISA.....	33
3.1 Território.....	33
3.2 Lugar: o espaço vivido .....	37
3.3 A fronteira .....	40
3.4 Reforma agrária e assentamentos rurais no Brasil e em Mato Grosso: reflexões teóricas .....	43
3.5 Geografia feminista: gênero e divisão sexual do trabalho.....	49
3.6 Feminismo decolonial: uma perspectiva a partir das mulheres trabalhadoras de assentamentos rurais.....	54
4 MULHERES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS JATOBÁ, CORIXINHA E SAPICUÁ: TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO.....	60
4.1 História das mulheres assentadas e perfil socioeconômico.....	60
4.2 O papel da mulher na criação dos assentamentos rurais .....	73
5 O PAPEL DAS MULHERES EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO .....	79
5.1 Mulheres assentadas: meio ambiente e cultura.....	79
5.2. O acesso das mulheres à moradia e à infraestrutura.....	91
5.3. Mulheres e a valorização do trabalho .....	96
5.4. Educação, gênero e transformação de vida.....	102
5.5. Mulheres assentadas e o acesso à saúde pública.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119

REFERÊNCIAS .....122

APÊNDICE – Roteiro para o trabalho do grupo focal..... 130

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre reforma agrária e assentamentos rurais no Brasil, uma vez que a concentração fundiária e a improdutividade no país têm sua origem no início da invasão portuguesa, no ano de 1500. Nas palavras de Stedile (2012, p. 21), os portugueses que aqui chegaram e invadiram o território, em 1.500, “[...] o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar”, sendo, dessa forma, responsáveis pela desigualdade social e de acesso à terra, que permanece até a contemporaneidade.

Em virtude do processo da luta pela terra e conseqüente manutenção territorial, é preciso pensar no percurso de mobilização que dá origem aos assentamentos, onde o papel da mulher acaba por ser invisibilizado, por isso, é indispensável refletir sobre protagonismo feminino nos assentamentos rurais, “[...] bem como pela construção de um novo homem e de uma nova mulher, colocando a questão da reforma agrária em uma perspectiva de transformação social mais ampla” (Furlin, 2013, p. 257).

Dessa forma, para a manutenção de um território marcado por processos contínuos, produzidos pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, faz-se necessário aprofundar os estudos que incidem sobre o protagonismo feminino, para a construção e continuidade dos assentamentos rurais, que são resultados da luta pela reforma agrária.

A partir das leituras realizadas sobre o tema, pôde-se perceber que os estudos sobre assentamentos rurais são extensos e aumentam a cada dia. Em âmbito geral, a literatura tem enfatizado que os assentamentos rurais são resultados de conflitos pela posse da terra, pela pressão dos trabalhadores e seus sindicatos para o uso pleno da terra. Dessa forma, o processo de mobilização que dá origem aos assentamentos rurais acaba por trazer à tona não só a questão da terra, mas uma série de outras que poderiam levar a uma agenda abrangente que engloba diversos temas, como as maneiras próprias de vivência, da passagem da condição de sem-terra para assentados, traçando continuidade e rupturas em relação ao seu passado. Como adverte Fernandes (2008, p. 34):



Quando ocupam a terra ou acampam nas margens das rodovias, os sem terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência. Conquistando a terra, na formação do assentamento, transformam o espaço em território, recriando o trabalho familiar e reproduzindo a luta pela terra por meio do trabalho de base na formação de novos grupos de famílias.

Assim, o processo de territorialização resulta, frequentemente, no silenciamento de alguns dos autores e das várias perspectivas com que essas pessoas se envolvem na luta pela terra, como no caso das mulheres. Dessa forma, para a manutenção de um território marcado por processos contínuos, que são produzidos pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, faz-se necessário o aprofundamento de várias questões, dentre elas estudos sobre o protagonismo feminino, para a construção e continuidade dos assentamentos rurais, que resultam da reforma agrária.

A reforma agrária, sempre esteve presente na vida da pesquisadora sendo a maior motivação por escolher este tema, mulheres como protagonistas, pois está relacionado às mulheres da sua família. A avó materna, umas das suas grandes referências de vida, sempre trabalhou como empregada em fazendas, muitas vezes, em troca de comida e de um teto para morar com os sete filhos, os quais terminou de criar sozinha, depois que ficou viúva. Por intermédio da reforma agrária conseguiu se libertar da exploração dos patrões; contudo, por falta de conhecimento, o título da terra, ficou em nome de um dos filhos, o que fez com que os demais ficassem sem direito à terra, oriunda da reforma agrária.

Tal condição fez com que a sua mãe e sua tia, que sempre moraram na zona rural e que praticamente reproduziram o caminho da sua avó, trabalhando em fazendas, acompanhando seus companheiros, fossem atrás da tão sonhada liberdade de trabalhar na sua própria terra. Cansados de vender a sua força de trabalho para enriquecer os fazendeiros sentiram a necessidade de adquirir o seu pedaço de terra e trabalhar na sua propriedade.

Nos anos 1990, a tia e a mãe da pesquisadora souberam que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estava fazendo loteamento, no município de Cáceres, próximo à fronteira Brasil-Bolívia, e decidiram fazer o cadastro. Desde então, com o propósito de adquirir a sua terra, a mãe e o companheiro da tia da pesquisadora,

ficaram acampados em barracos até que acontecesse a implantação do projeto de assentamento, o que durou aproximadamente três anos.

Hoje, tanto a mãe, quanto a tia da pesquisadora, residem no assentamento Jatobá, um dos locais escolhidos para a pesquisa. Essas mulheres elas são sinônimos de luta e de resistência, pois superaram muitos obstáculos para permanecer na terra já que, mesmo depois de assentadas, o sofrimento continuou. Uma das problemáticas se refere à falta de disponibilidade de água, pois, mesmo após muitas tentativas de perfurar poços, o território do assentamento ainda padece com o não provimento da água tão necessária para a sobrevivência digna.

Por muitos anos, dependeram do abastecimento de caminhão pipa, entretanto, atualmente o assentamento conta com água canalizada que vem do assentamento Katira, que fica próximo ao Corixinha, outro assentamento onde foi feita a pesquisa. Além disso, têm as histórias das irmãs da pesquisadora, que, para irem à escola, tinham que andar quilômetros para tomar o ônibus, até chegar ao assentamento Sapicuá (outro elencado para a pesquisa), onde se localiza a escola de ensino fundamental.

A pesquisadora não foi criada com a mãe e, assim sendo, não teve essas experiências, pois sempre estudou na zona urbana, mas ouvia das irmãs diversas histórias, como sobre o percurso que faziam todos os dias para chegar à escola; sobre ônibus quebrado e animais tentando atacá-las, porém contavam como se fosse uma aventura. Hoje elas não moram mais no assentamento, residem na zona urbana de Cáceres, guardando na memória todos esses acontecimentos.

Partindo dos relatos das mulheres da família, da formação profissional e da participação na militância feminista, surgiu o interesse em torno desses assentamentos, em especial, compreender melhor qual é o papel das mulheres nesses territórios, em que, assim como a mãe, a tia e as irmãs da pesquisadora têm suas histórias e o seu papel no território do assentamento. Quantas outras narrativas de luta e de resistência de mulheres existem e não são socializadas, não recebem a devida importância, não são registradas?

Somando-se a isso, foi durante a pandemia da Covid 19 que a pesquisadora se inscreveu como aluna especial no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia (PPGGEO), da Universidade do Estado de Mato Grosso, onde cursou a

disciplina “Questões Socioterritoriais e agricultura familiar”, ministrada pela professora Dra. Lisanil da Conceição Pereira Patrocínio Pereira. A partir dessas aulas, surgiu o interesse de fazer o pré-projeto para concorrer a uma das vagas do Mestrado, cujo tema pudesse evidenciar o trabalho que as mulheres desenvolvem nos assentamentos de reforma agrária, na fronteira Brasil-Bolívia.

Portanto, a relevância desta pesquisa, que tematiza o papel da mulher no território dos assentamentos rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá em Cáceres, MT se efetiva quando, ao discutir sobre a atuação da mulher nesses territórios, abre-se um leque de debates para outras possibilidades, a exemplo de questões que se referem a políticas públicas que garantam a segurança e a participação das mulheres nas questões agrárias. Há de se considerar as condições sociais, como segurança e uma frágil presença do Estado no atendimento das demandas, que são direitos da população e dever dos entes públicos, pois habitar em terras na faixa de fronteira é desafiador.

Em tal contexto, o problema de pesquisa que se levanta, consiste na indagação: *Qual o papel da mulher, na formação e manutenção territorial dos assentamentos rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá? O objetivo geral consiste em analisar o papel da mulher na formação e posterior manutenção territorial nos assentamentos Corixinha, Jatobá e Sapicuá, na fronteira Brasil/Bolívia, no município de Cáceres, MT.* Como objetivos específicos, estabeleceu-se: (a) identificar o perfil socioeconômico e a história das mulheres assentadas; (b) conhecer qual foi o papel da mulher, na criação dos assentamentos estudados; (c) constatar as atividades desempenhadas pelas mulheres em relação à proteção do território, o meio ambiente e a sua cultura e (e) distinguir os desafios que as mulheres assentadas enfrentam no acesso ao trabalho, moradia, infraestrutura e serviços públicos como educação e saúde;

Para serem alcançados os objetivos propostos, foram constituídos três grupos focais, em que as participantes problematizaram o papel da mulher nos assentamentos rurais, com a ideia de entender a atuação dessas mulheres no território desses assentamentos. Para a sistematização e análise dos conhecimentos compartilhados, foi utilizada a análise de conteúdo, “[...] uma operação lógica pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (Bardin, 2016, p. 45).

A partir dos conhecimentos obtidos mediante o grupo focal, utilizou-se da análise de conteúdo, para responder às questões da pesquisa com base nos objetivos, estabelecendo articulações entre os dados e os referenciais teóricos do trabalho, para a redação da dissertação.

A pesquisa teve devolutiva à comunidade, por meio de uma emenda parlamentar, solicitada pela vereadora Maria José Silva (Mazéh), que participou de um dos trabalhos de campo. Por meio de uma emenda parlamentar junto à ex-Deputada Federal Professora Rosa Neide, adquiriram um caminhão destinado à agricultura familiar – uma grande conquista, pois ajudará no escoamento da produção até a cidade.

O texto para a publicidade da pesquisa está organizado em cinco capítulos. O primeiro trata da introdução com abordagem teórica sobre a temática, objetivos e partes componentes. Discorrer sobre a metodologia que foi utilizada para a realização da pesquisa, bem como a caracterização da área de estudos é o foco do segundo capítulo. A terceira seção aborda os referenciais teóricos sobre *gênero, feminismo decolonial, reforma agrária e assentamentos rurais*, mostrando o percurso histórico das conquistas femininas, assim como a contextualização da Reforma Agrária e dos Assentamentos Rurais no Brasil e em Mato Grosso. Pelo fato dos objetos de estudo estarem localizados na faixa de fronteira, discutimos o conceito de *fronteira*, assim como *lugar e território* (as categorias de análise, fundantes da pesquisa).

No quarto segmento, abordamos o perfil socioeconômico, a história de vida e o papel da mulher na criação dos assentamentos rurais Jatobá, Corixinha e Sapicuá. O papel da mulher (em relação à proteção do território, como a preservação do meio ambiente, o acesso à moradia, ao trabalho, à infraestrutura, educação e saúde pública) nos assentamentos Corixinha, Jatobá e Sapicuá é discutido na quinta parte, que finaliza esta dissertação.

## **2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

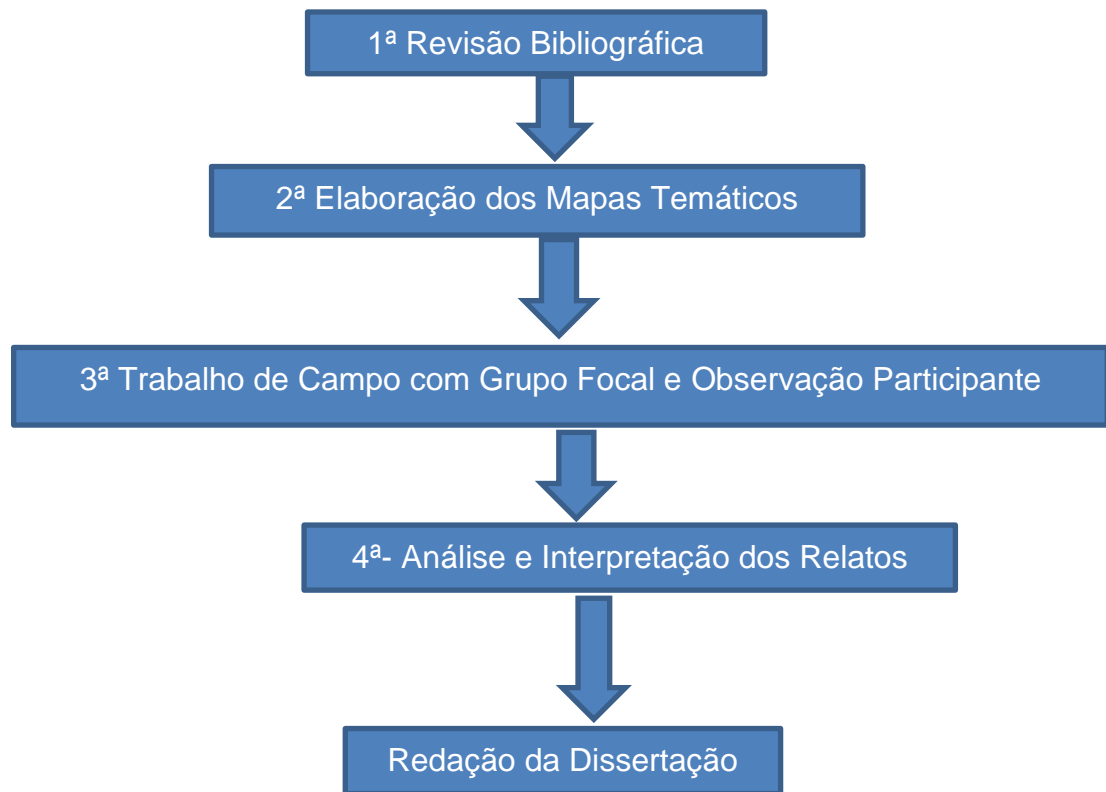
Este capítulo aborda o caminho metodológico percorrido, para que chegássemos aos resultados da pesquisa. Também detalha a localização do município de Cáceres, suas características físicas e a sua história, enfatizando a implantação dos assentamentos que existem hoje na cidade. Contextualizando o tema, são trazidos dados sobre a localização, data de criação, extensão territorial e número de famílias presentes nos assentamentos que foram estudados.

### **2.1 Caminhos da pesquisa**

A presente pesquisa pautou-se pelo método materialista histórico e dialético, de acordo com as concepções de Meksenas (2011, p. 84), que versa sobre os “[...] conceitos, métodos e práticas da pesquisa social e suas contribuições para a produção do conhecimento acadêmico-científico”. Dessa forma, utilizamos a dialética de Marx, como possibilidade de interpretação teórica das relações sociais. De acordo com Minayo (2009, p. 24), esse método “[...] junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das relações sociais”. Minayo (2014, p. 107-108) adverte que

no marxismo, o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. Por sua vez, a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação.

Assim, entende-se que esse método permite a compreensão crítica das relações sociais no modo de produção capitalista, uma vez que é uma ferramenta teórico e prática de transformação dessas relações. Abaixo segue um fluxograma, das fases da pesquisa e logo após, os detalhes de todo processo.

**Figura 01 – Fases da pesquisa**

**Fonte:** Organizado pela autora

Como pode ser observado no fluxograma, o trabalho foi desenvolvido em quatro fases. A primeira compreende o estudo do embasamento teórico que sustenta a pesquisa. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas, sobre os conceitos de *território* e *lugar*, com destaque aos autores Hasbaert (2007), Saquet (2003), Santos (2007), Carlos (2007), Tuan (1974) dentre outros. Sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, respaldamo-nos em Moreno (1994), Medeiros (2008), Fernandes (2000, 2004, 2009), Oliveira (2001, 2007), Stedile (2012) dentre outros. Sobre relações de gênero e divisão sexual do trabalho, utilizamos os estudos desenvolvidos pelas autoras Biroli (2018), Medeiros (2008), Silva (2009), Hollanda (2020), Scott (1989) entre outras.

Para elaborar o referencial teórico, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros que tratam sobre os conceitos que são abordados neste trabalho, como também consulta em endereços eletrônicos oficiais do poder público como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), Sindicatos, como o dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres e também junto a Organizações Não Governamentais (ONGs), como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) entre outros que se fizeram oportunos para o desenvolvimento da pesquisa.

Na segunda fase, foi elaborado o mapa temático de localização da área de estudos. A terceira fase compreende o trabalho de campo, tendo a pesquisa exploratória como base para o processo metodológico, que, segundo Minayo (2009, p. 61), “[...] permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta”. Por conseguinte, utilizamos a abordagem qualitativa, que “[...] é uma abordagem que está voltada para a compreensão e a interpretação do fenômeno os dos dados obtidos, considerando o significado que os outros atribuem às suas práticas”. (Gonsalves, 2001, p. 68).

Para Minayo (2009, p. 21), esse tipo de pesquisa,

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a coleta de dados foi feita a partir do método de grupo focal, pois, de acordo com Gatti (20[05, p. 07), “[...] no âmbito das pesquisas qualitativas em pesquisa social, a técnica de grupo focal, vem sendo cada vez mais utilizada” que consiste em uma técnica de coleta de dados a partir da interação do grupo, em torno de uma problematização. A esta dissertação, destacamos a temática sobre o papel da mulher no território dos assentamentos rurais, focado nos objetivos da pesquisa, uma vez que, para Gatti (2005, p. 08), “[...] a utilização do grupo focal como meio de pesquisa, tem que estar integrado ao corpo geral da pesquisa e a seus objetivos”.

Por conseguinte, foram formados três grupos focais, um em cada assentamento, com número de seis participantes mulheres, em cada. Para Gatti (2005, p. 22), os “[...] grupos maiores limitam a participação, as oportunidades de trocas de ideias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e também os registros”. Outro

fator também foi levado em consideração à constituição dos grupos: a familiaridade com o assunto a ser discutido.

Entre as idas e vindas ao Assentamento Jatobá, que faz parte da vivência familiar da pesquisadora, pôde-se observar a rotina dos assentados e assentadas, como também estabelecer os primeiros contatos, com a população-alvo da pesquisa, conforme segue:

O primeiro grupo focal, ocorreu na escola do assentamento Sapicuá, no dia 04 de outubro de 2022; participaram seis profissionais da educação, dentre elas, professoras, trabalhadoras do apoio e nutrição que também são assentadas. A pesquisadora permaneceu o dia todo na escola, fazendo a observação do ambiente escolar.

O segundo grupo focal foi executado no dia 15 de abril de 2023, sendo realizado no assentamento Corixinha e, dessa reunião, seis mulheres participaram da pesquisa. O encontro aconteceu na Associação de Mulheres Extrativistas do Pantanal (ARPEP), onde elas desenvolvem trabalhos com o pequi e, na oportunidade, estavam recebendo alunos do Ensino Médio, de uma escola pública municipal, de Araputanga, MT.

O último grupo focal foi realizado no dia 16 de abril de 2023, no assentamento Jatobá, realizado na Igreja “Menino Jesus de Praga”, com seis mulheres que frequentam a igreja. Ao todo, dezoito mulheres participaram dos grupos focais, de livre e espontânea vontade, somente estipulamos um número mínimo de seis pessoas do sexo feminino, o que configurou, seis em cada.

Para a execução da atividade do grupo focal, adotou-se como instrumento, o roteiro temático, que contemplou: 1) História de vida e perfil socioeconômico das mulheres; 2) Atividades desempenhadas, para a proteção do território, meio ambiente e cultura; 3) Desafios quanto ao trabalho, moradia, infraestrutura, educação e saúde; 4) Investimentos de programas públicos e privados, nos assentamentos. O roteiro de perguntas para o grupo focal encontra-se nos anexos desta dissertação.

Cada grupo focal teve duração, em média, de duas horas, conforme orientação, pois, de acordo com Gatti (2005, p. 28), “[...] alguns autores recomendam que os encontros durem entre uma hora e meia e não mais do que três horas”.

Durante os três grupos focais realizados, a pesquisadora que conduziu, desempenhando o papel de moderadora, ao longo do processo agiu de forma imparcial,



dando os devidos encaminhamentos quanto ao tema que foi discutido coletivamente. Para Gatti, (2005, p. 09)

Fazer a discussão fluir entre os participantes é a sua função, lembrando que não está realizando uma entrevista com um grupo, mas criando condições para que este se situe, explicita pontos de vista, analise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para o qual foi convidado a participar coletivamente.

Para o registro do trabalho com o grupo focal, utilizaram-se as gravações em áudio, bem como anotações digitadas ou escritas que, para Gatti (2005, p. 27), “[...] mesmo com as gravações, recomenda-se que se façam anotações escritas, que se mostram essenciais para auxiliar as análises”. Os áudios foram transcritos pela pesquisadora para que, posteriormente, fosse realizada a análise dos relatos.

Complementando a coleta de dados, incluiu-se a observação participante que – para Minayo (2014) – tem a finalidade de realizar uma pesquisa científica e, para isso, o pesquisador coloca-se como observador de uma situação social. A pesquisadora já tinha contato direto com algumas das interlocutoras do espaço social da pesquisa (as mulheres dos assentamentos rurais), mas essa participação na vida social delas não tinha um olhar com o objetivo da pesquisa. A partir do momento em que esse espaço social, passou a ser um objeto de estudo, no entanto, o olhar passou a ter “a finalidade de colher os dados e compreender o contexto da pesquisa” Minayo (2014, p. 70). Durante a observação participante, também foram realizados registros fotográficos da vida cotidiana dos assentamentos.

Para a análise dos dados obtidos mediante o grupo focal (quarta fase da pesquisa), segundo Gatti (2005, p. 43), “[...] os procedimentos gerais são os mesmos de qualquer análise de dados qualitativos nas ciências sociais e humanas”. Gomes (2009, p. 79) complementa que “[...] seu foco é, principalmente a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar”. O conteúdo dos áudios obtidos a partir do grupo focal, juntamente com as anotações realizadas através da observação participante, compuseram os dados necessários para traçar o perfil e a história das mulheres assentadas. Foram elementos essenciais para conhecer sua contribuição para a criação dos assentamentos, as atividades desempenhadas em

relação à proteção ao território, ao meio ambiente e à sua cultura. Em contrapartida, revelaram-se os desafios encontrados no acesso ao trabalho, à moradia, à infraestrutura e aos serviços públicos como educação e saúde e dessa forma, conferir se existe atuação de programas públicos e privados para a manutenção territorial dos assentamentos.

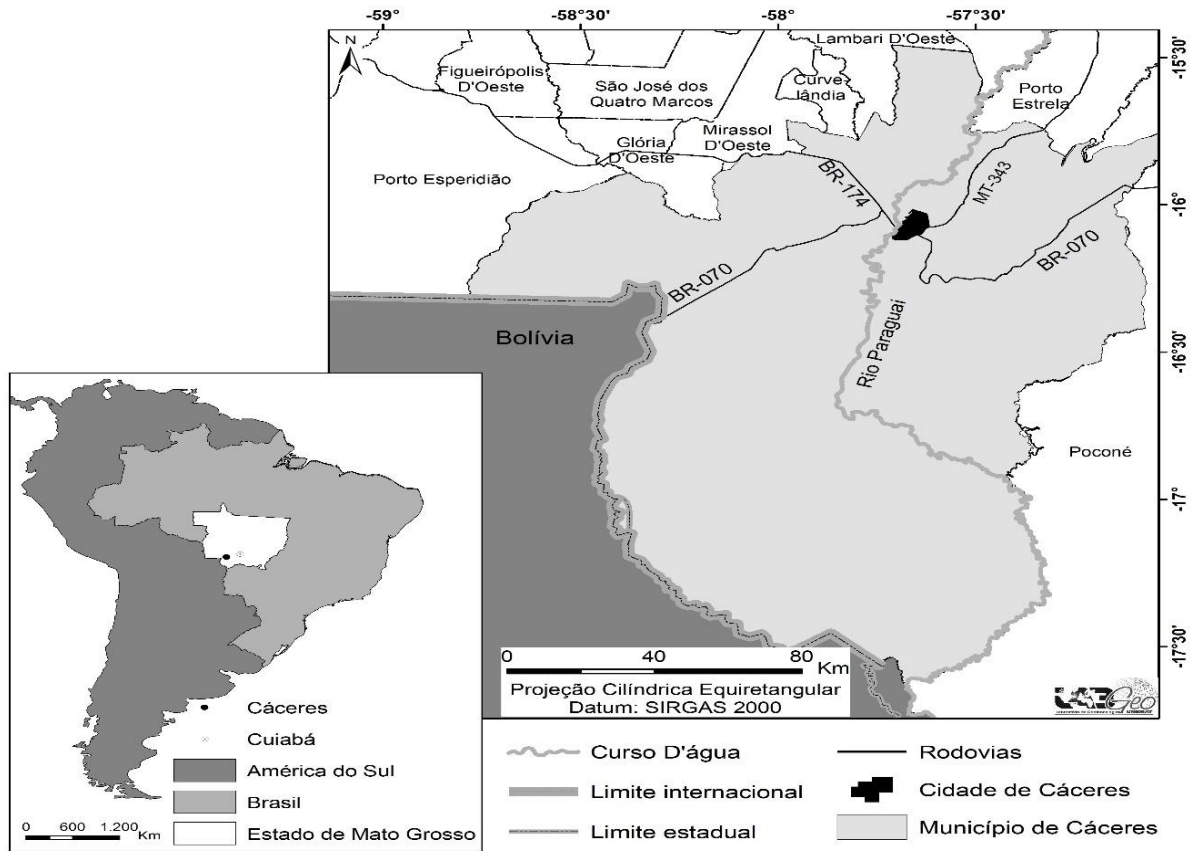
Para a sistematização e análise dos relatos coletados, o referencial metodológico foi a análise de conteúdo, pois “(...) através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. (Minayo, 2009, p. 84). Para Bardin (2016), a análise de conteúdo é uma técnica de análise da comunicação que examinará cuidadosamente as informações coletadas durante a pesquisa, levando em consideração as observações feitas pelo pesquisador ao longo do caminho para chegar a essas conclusões.

Ao realizar entrevistas, utilizamos gravações através áudios, porém foi necessário realizar as transcrições (das respostas das entrevistadas), que foram identificadas por número. Selecionaram-se as respostas que vêm ao encontro aos objetivos da pesquisa (nosso objeto de análise), que responderam às questões da pesquisa. Procuramos, dessa forma, estabelecer articulações entre os dados, os referenciais teóricos e os objetivos do trabalho, para a redação da dissertação.

## **2.2 Caracterização da área de estudos: Cáceres, MT e Assentamentos Rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá, na fronteira Brasil/Bolívia.**

Cáceres, de acordo com dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um dos 141 municípios do estado de Mato Grosso, está localizado na porção sudoeste do estado, englobando a microrregião do Alto Pantanal e a mesorregião do Centro-Sul matogrossense, como disposto na Figura 02.

**Figura 02 – Localização do município de Cáceres**



Fonte: Labgeo (2023).

Cáceres está entre os maiores municípios em extensão territorial de Mato Grosso, com uma área de 24.495,510 km<sup>2</sup>. Limita-se com as cidades de Mirassol D'Oeste, Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Esperidião, Curvelândia, Glória D'Oeste e Porto Estrela.

A sede do município está situada a 215 km de Cuiabá, capital do Estado, cujas coordenadas de referência 16° 04' 14" de latitude Sul e 57° 40' 44" de longitude Oeste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), no último Censo (2022), a população era de 89.681 habitantes, perfazendo a densidade populacional de 3,66 km<sup>2</sup>.

Ainda de acordo com dados IBGE, em relação à distribuição da população por residência, é predominantemente urbana(87,08%) e a rural, com 12,92%. Martins (2018) esclarece que os habitantes da área rural são representados por agricultores familiares assentados, sitiantes, moradores de chácaras, fazendeiros e trabalhadores de

fazendas. Com relação à quantidade de homens e mulheres, há uma certa equiparação, ainda que haja mais homens, correspondendo a 50,10%.

O município é marcado pela presença dos biomas, Amazônia, Cerrado e o Pantanal. O território da pesquisa está situado no limite sul do Pantanal e abrange também uma área significativa de Cerrado, caracterizado por vegetação baixa e relevo plano. “A vegetação que recobre o Pantanal é variada, por isso a expressão “Complexo do Pantanal”. Na região encontram-se: cerrado, campo limpo, campo sujo, brejos com sua vegetação hidrófila, mata pluvial tropical subcaducifólia e outras” (Abreu et al. 2001, apud Cáceres, 2010, p. 17). Ambos os biomas possuem enorme importância para a preservação da biodiversidade e para a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação do clima, o fornecimento de água e a proteção do solo.

Historicamente, Cáceres foi uma das primeiras cidades a ser criada, como estratégia geopolítica para ocupar e defender a parte oeste da fronteira de Mato Grosso. A vila Maria do Paraguai (primeiro nome do município) foi fundada no período colonial (06/10/1778) à margem esquerda do rio Paraguai, pelo então governador, o quarto da capitania, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Moraes (2003), afirma que logo depois, recebe o título de Freguesia de São de Luiz de Vila Maria do Paraguai, fazendo jus ao aspecto eclesiástico. No período, a igreja católica exercia muita influência no modo de viver da população. Em 1938, passou a chamar-se apenas Cáceres.

Januário (2004) confirma essa informação ao dizer que a Coroa portuguesa, através do processo de expansão territorial, e com o intuito de marcar posição na região noroeste do rio Guaporé e na margem ocidental do rio Paraguai, fundou Cáceres, entre as cidades de Cuiabá e Vila Bela, no período a sede da Capitania de Mato Grosso. Ainda de acordo com a autora, Portugal viu o espaço ideal para lançar as famosas missões jesuítas de moxos e chiquitos. Dessa forma, Luiz de Albuquerque estabeleceu as bases da povoação de Vila Maria do Paraguai. Januário (2004), complementa que, além desses grupos étnicos, havia a presença de pessoas da etnia Bororo, que resultou do contato entre negros e brancos, os quais deram origem as características físicas do cacerense atual.

Além disso, Moraes (2003) nos diz que Vila Maria tinha uma grande importância, pois funcionava como ponto de apoio para os passageiros, que transitavam entre Vila

Bela e Vila Real (atual Cuiabá), funcionava como importante controle de comunicação no interior da Capitania de Mato Grosso.

Com relação às atividades econômicas, Januário (2004), destaca como grande participação para o desenvolvimento de Cáceres o extrativismo, a agricultura e a pecuária – atividades desenvolvidas nas imediações da cidade. No centro urbano, o comércio teve grande importância para o seu desenvolvimento econômico. Grandes empreendimentos comerciais, como as usinas de açúcar e as charqueadas na região de Descalvados e Barranco Vermelho desenvolveram-se a partir da prática da agropecuária, do extrativismo vegetal e animal, incrementada pela navegação pelo rio Paraguai (Januário, 2004). O fragmento a seguir explica bem o desenvolvimento das fazendas e da grande propriedade, em Cáceres:

A excelente qualidade de terras da região favoreceu o estabelecimento de sítios e de grandes fazendas agropastoris na parte Leste e Noroeste de Cáceres como Jacobina (grande fazenda agropecuária), Descalvados (estabelecimento saladeril e de criação de gado), Ressaca (usina de açúcar e aguardente), Facão (estabelecimento agropecuário com engenho de açúcar e aguardente), Flechas (estabelecimento agropecuário), entre outros (Mendes, 1978, apud Januário, 2004, p. 85).

Historicamente, Cáceres foi/tem sido dominada pelo latifúndio, sendo exemplos as fazendas supracitadas, algumas ainda com seus casarões conservados; outras, apenas ruínas, evocando o passado colonial da cidade, que envolveu a concentração de terras e a escravização.

As estratégias de luta e resistência em Cáceres são datam de longo tempo e ganharam força, como resultado de muitos grupos que foram desterritorializados e agora são capazes de reterritorializar, haja vista os acampamentos de reforma agrária e as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para retornar à terra e viver com integridade.

Silva e Binzstok (s/a) destacam que os movimentos pela democratização do acesso à terra, combatendo a grande propriedade, começaram em 1996, em Cáceres. No referido ano, a Fazenda Santa Amélia, localizada próximo ao distrito do Caramujo, foi tomada por 1.500 famílias. As ocupações Margarida Alves (originando o assentamento Margarida Alves). As famílias remanescentes, mais tarde, migraram para o assentamento

Roseli Nunes e Che Guevara (que migrou para as proximidades de Tangará da Serra e originou o assentamento Antônio Conselheiro), foram resultados dessa primeira ocupação.

Os autores ainda dizem que, em uma segunda ocupação, resultou o surgimento do assentamento Facão, que geraria os acampamentos (Roseli Nunes e Paulo Freire). Com isso, outras ocupações e mobilizações foram feitas pelo movimento, inclusive a ocupação da sede do INCRA. De acordo com os autores, depois de muita pressão e negociação, aconteceu a primeira conquista na região, o comodato da fazenda Prata.

As conquistas vieram mediante luta, da união e resistência do movimento, assim como grande parte dos assentamentos. Hoje, no município de Cáceres, de acordo com o INCRA/MT, existem 21 projetos de assentamento, resultados da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e demais grupos sociais. Em 1995, foi implantado o primeiro assentamento, com 29 famílias, que foi o São Luiz. Em 2012, o último assentamento implantado, que foi o Recompensa, contando com 20 famílias (Silva, 2014). Esses dados, assim como de outros assentamentos, podem ser observados no Quadro 01.

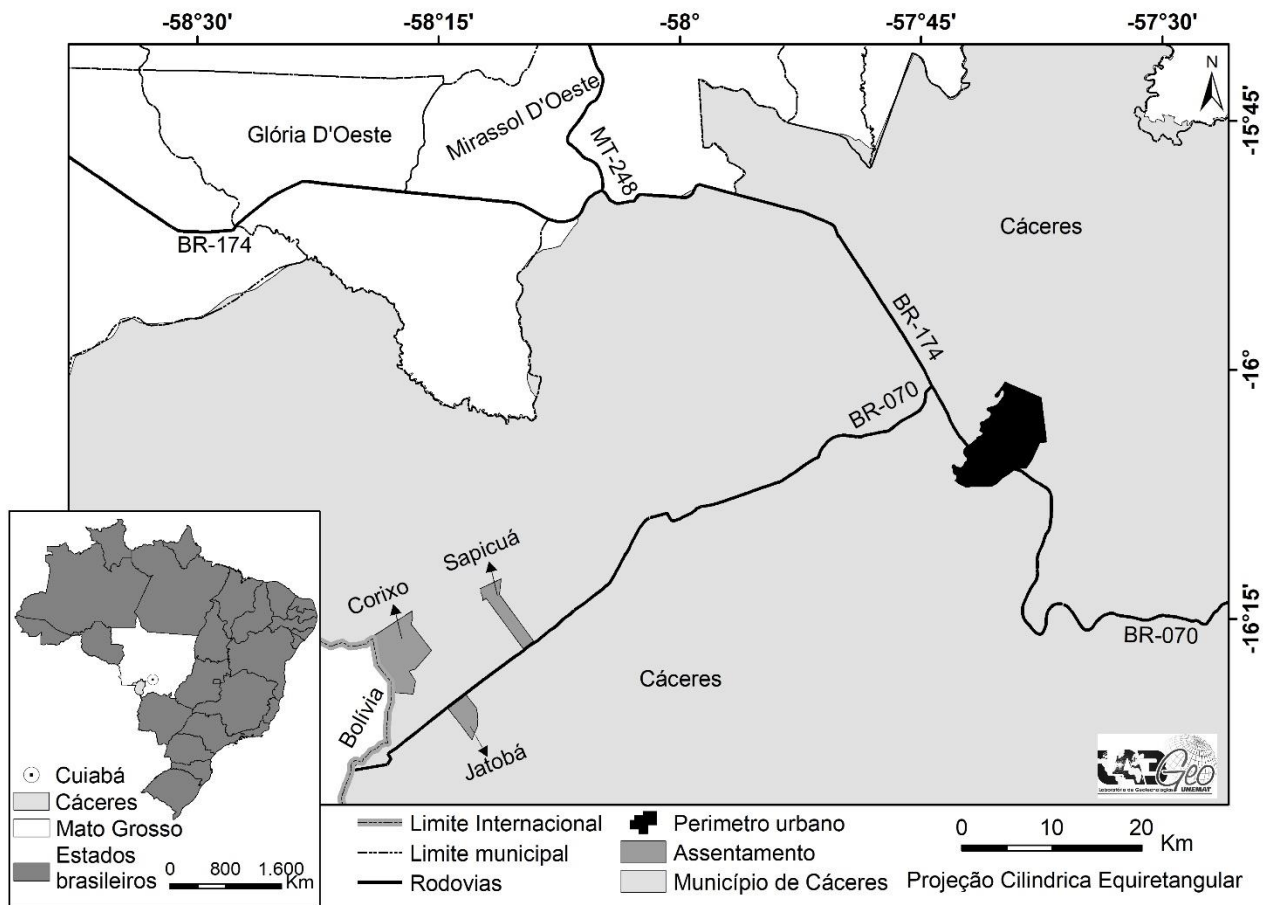
**Quadro 01 – Projetos de Assentamento**

<b>Nome PA</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Área PA</b>	<b>Data da Criação</b>
São Luiz	26	4.033,74	14/12/1995
Laranjeira I	126	10.944,00	24/02/1997
Laranjeira II	33	1.210,00	03/03/1997
Paíol	229	16.067,41	24/04/1997
Nova Esperança	49	1.695,286	15/12/1997
Jatobá	27	906	24/10/1997
Rancho da Saudade	45	2.407,46	19/12/1997
Barraqueira	71	2.326,05	20/01/1999
Ipê Roxo	26	1.247,00	31/12/1998
Corixinha	70	3.413,18	05/04/2001
Sapicuí	39	1.249,77	30/08/1999
Limoeiro	159	8.649,39	02/02/2000
Facão	80	1.639,96	21/11/2001
Bom Sucesso	13	433,2607	18/12/2002
Flexas	7	309	18/12/2002
Sadia Vale Verde	419	13.666,91	24/04/2003
Katira	46	1.886,37	27/09/2003
Flor da Mata	22	1.187,07	02/08/2004
Fação/Bom Jardim	196	4.782,47	27/03/2006
Arraial Santana	0	15.720,00	24/11/2015
Recompensa II	20	1.225,43	19/03/2012

**Fonte:** INCRA (2022)

Desses 21 projetos de assentamentos, sete estão localizados próximos à fronteira Brasil/Bolívia, ao longo da BR-070, sendo eles Nova Esperança, Jatobá, Rancho da Saudade, Corixinha, Sapicuá, Bom Sucesso e Katira, ocupando área de aproximadamente 11.992 ha. No contexto exposto, para execução deste estudo foram selecionados os assentamentos rurais Corixo, Jatobá e Sapicuá, distantes aproximadamente 80 km da cidade de Cáceres e cerca de 20 km da cidade de San Matias na Bolívia. A Figura 03 ilustra a localização desses assentamentos.

**Figura 03 – Localização dos Assentamentos Corixo, Jatobá e Sapicuá no município de Cáceres, MT**



Fonte: Labgeo, 2023.

O assentamento Jatobá foi o primeiro a ser criado, no ano de 1997, depois o Sapicuá, em 1999, e, por último, o Corixinha, no ano de 2001. A área conjunta dos três corresponde a 5.568,95 ha, sendo o de maior extensão territorial o Corixinha e o de

menor, o Jatobá; calcula-se um total de 289 famílias no território desses assentamentos (INCRA, 2017).

Este capítulo nos levou a refletir sobre a importância de uma abordagem transparente e minuciosa ao descrever os procedimentos metodológicos e a caracterização da área de estudo. Esses aspectos não só guiam o leitor através do processo de pesquisa, mas também estabelecem os alicerces para a credibilidade e validade dos resultados alcançados. Portanto, é essencial manter a clareza e consistência ao apresentar tais informações, assegurando a solidez e confiabilidade da pesquisa.



### 3 O PERCURSO TEÓRICO DA PESQUISA

Neste capítulo, abordaremos as contribuições teóricas acerca das categorias de análise quais sejam o *território* e *lugar*, além do conceito de *fronteira*; *assentamentos rurais* e *reforma agrária*; *geografia feminista: gênero e divisão sexual do trabalho*; *feminismo decolonial* em uma perspectiva a partir das mulheres trabalhadoras de assentamentos rurais. As abordagens estão embasadas em teóricos das Ciências Humanas, especialmente da Geografia.

#### 3.1 Território

No campo da geografia, a origem do conceito de *território* está ligada às ideias de soberania nacional e de constituição do Estado-Nação e marca o período de institucionalização disciplinar da Geografia na década de 1870. Nesse cenário, o conceito se refere ao Estado, com suas subdivisões e contradições internas, justificando a defesa e a conquista de novos territórios.

Assim, a concepção de *território*, desenvolvida por Ratzel, ganhou destaque na Geografia Tradicional, que tem em sua essência o sentido de soberania nacional e de consolidação do Estado-Nação, sendo inseparável da ideia de poder, visto assim, como um espaço de domínio, delimitado pelas fronteiras. Nesse sentido, para Fernandes (2009, p. 201), para quem “[...] o sentido da disputa está na essência do conceito território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade”. Seguindo esse pensamento, *território* é inerente à concepção de poder, estando associado a um espaço de controle.

Para Moreira (2007, p. 80), “[...] o recorte espacial é o princípio do conceito de *território*: o recorte qualificado por seu recorte (o corpo)”. Dessa forma, para o autor, é do recorte espacial que surge o território. De forma abrangente, o conceito de *território* deve sempre ser considerado dentro de um determinado contexto histórico. Como ressalta Saquet (2003, p. 85), “ainda que os modelos para as sociedades primitivas enfatizem a estabilidade social, essas sociedades mudam com o passar do tempo. Já a sociedade moderna é mais dinâmica e envolve massas de pessoas em diferentes acontecimentos”.

O território seria, então, o produto da mediação entre processos históricos e relacionais, com fundamento nas relações sociais estabelecidas, pois não há territórios

sem relações sociais. Se, por muito tempo, o conceito de *território* teve forte influência da biologia ou se baseava nas ações do Estado, hoje é um conjunto de abordagens que coloca o foco nos processos sociais e históricos, reconhecendo-se como pertinente ao território.

À luz de Raffestin, (1993), pode-se afirmar de maneira consensual que, na contemporaneidade, há concordância de que a concepção de território está intrinsecamente ligada à ideia de poder e seria uma simplificação inadequada considerá-lo apenas como os limites político-administrativos dos países. O poder, longe de ser uma categoria limitada pelo espaço ou tempo, é reconhecido como uma força presente em todas as produções que se fundamentam na interação entre espaço e tempo.

Assim, diferentes óticas e perspectivas podem ser aplicadas, para a compreensão do conceito de território, havendo várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. Como diz Hasbaert (2007, p. 45),

Como sabemos, o conceito de território é amplamente utilizado não apenas na Geografia, mas também em áreas como a Ciência Política (especialmente no que se refere ao Estado) e a Antropologia (principalmente em relação às comunidades tradicionais, com vínculos espaciais mais pronunciados).

Assim, a Ciência Política aborda o conceito de *território*, como qualquer área delimitada e definida a partir de relações de poder, sendo a base de sustentação do Estado. Já a antropologia, aborda *território*, como dotado de identidade, rico em significação, simbolismo e subjetividade; no entanto, as definições de *território*, nas diferentes concepções, podem se complementar, assim, nas palavras de Hasbaert (2003, p. 14),

Embora por tradição a dimensão privilegiada nos estudos sobre território seja a dimensão política, o simbólico-cultural sempre esteve presente. Mesmo para o mais tradicional dos intérpretes do território, Friedrich Ratzel, no final do século passado, um "laço espiritual" ou uma "ligação psicológica" ao solo (que ele várias vezes utiliza como sinônimo de território) é criado "no costume hereditário da co-habitação [que dá nascimento ao sentimento nacional]", no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior".

Seguindo esse pensamento, as concepções naturalista, econômica e política são agrupadas sob a ótica materialista. Já na perspectiva idealista, o território é visto em uma dimensão simbólica e de identidade. Assim, Hasbaert (2003, p. 14) defende que “[...] uma noção de território que despreze a sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam o seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder”. Nas palavras de Santos (2007, p. 14), “[...] o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, da troca [...]”.

Entende-se, dessa forma, que a dimensão política, assim como a dimensão simbólica cultural são complementares e não dicotômicas. Como enfatiza Saquet (2003, p. 24):

[...] um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização.

Nessa perspectiva, a compreensão sobre essas várias concepções de *território* percorre, impreterivelmente, pelo entendimento das relações de poder e das identidades no estabelecimento dos territórios e da consolidação da territorialidade (o ser humano se apropria e constrói o território, que é o resultado da territorialização). Dessa forma, são de grande importância as ideias de Hasbaert (2007), de que as concepções materialista e idealista são indissociáveis, ou seja, elas se completam. Portanto,

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo ao mesmo tempo a dimensão concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move essas relações (Hasbaert, 2007, p. 46).

Assim, os assentamentos rurais, como área de estudo, podem ser entendidos como a materialização da territorialização; são espaços delimitados, a partir de novas relações de poder. Os trabalhadores (que antes eram sem-terra) passam a ser com terra, resultado da luta de um determinado grupo social, incluindo as mulheres, na contenda pela terra. Dessa forma, Zimmermann (1994, p. 205) diz que “[...] os assentamentos rurais são ‘espaços de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases’”. Mas também, no território conquistado, vive-se o cotidiano, as relações pautadas pelo poder, a divisão sexual do trabalho, a luta pela manutenção na terra e, conseqüentemente, a territorialidade camponesa.

O processo de territorialização se manifesta na característica de pertencimento de uma determinada sociedade ou comunidade para com seu território. Bonnemaïson (2002, p. 107) destaca que “[...] a territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço ‘estrangeiro’. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus [...]”. Assim, o vivido se configura na prática, ou seja, em um conjunto de relações culturalmente afluentes, entre indivíduos e locais específicos, sendo a dimensão simbólica e subjetiva, responsável pela formação e visibilidade do território.

A importância de valorizar os aspectos culturais e identitários seria primordial para compreender as especificidades territoriais e assimilar esse território como referência cultural, além das relações de poder. Como nos diz Hasbaert (2007, p. 54), “[...] o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo), em que está mergulhado, relações essas que são para sempre, relações de poder”.

Portanto, é inegável que, quando as famílias são assentadas no novo espaço de relações sociais, levam consigo a sua cultura, a origem da sua família e sua composição, os seus desejos, o que, de certa forma, emerge em diferentes territorialidades, podendo fomentar novos conflitos e disputas, no interior desses assentamentos. Assim, poderá ser construído um novo território de acordo com as transformações das relações instituídas nesse espaço, causando uma reorganização no processo produtivo, com a produção heterogênea, a introdução de novas atividades e também de novas relações

de poder.

### 3.2 Lugar: o espaço vivido

O conceito de *lugar* tem sofrido alterações ao longo do tempo, fruto da progressão de muitas correntes teóricas da Geografia. Foi a partir do desenvolvimento dos estudos da geografia humanista, quando alguns autores desenvolveram uma visão mais profunda e complexa das relações, que um sujeito estabelece com seu meio, a partir de experiências cotidianas, que lugar, evolui para uma categoria analítica e se torna essencial à disciplina; de acordo com Corrêa (2012, p. 30), “[...] o lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido”.

Sendo assim, a categoria se torna de grande importância para a compreensão de sentimentos espaciais, baseados na experiência cotidiana, simbolismo e apego para com um determinado lugar. Com isso, há o privilégio da microescala, propondo uma investigação do lugar, como um mundo das experiências humanas a partir da percepção.

Os estudos geográficos, pelo viés dos autores humanistas, despertaram o interesse pelo *lugar*. Seguindo uma abordagem fenomenológica, eles veem o conceito como uma experiência vivida no espaço, levando em consideração os fatores subjetivos do indivíduo e suas relações com outras pessoas. Nas palavras de Tuan (1974, p. 72), “[...] o nativo tem uma atitude complexa derivada de sua imersão na totalidade de seu meio ambiente”. Portanto, para a corrente humanista, lugar é uma categoria fundamental de significados geográficos e uma constante relação com o espaço abstrato. A partir das ideias humanistas, surgiram novas ideias sobre a categoria lugar.

A concepção de *lugar* é discutida na ciência geográfica, particularmente pela ótica crítica e humanista; no entanto, é importante dizer que o intuito aqui não é compará-la com outras definições, mas trazer outras reflexões para se pensar uma melhor formulação no âmbito da Geografia. Assim, em busca de renovação conceitual, teórica e metodológica, o movimento humanista baseia-se na filosofia do sentido, particularmente na fenomenologia e no existencialismo. De acordo com Correa (2012, p. 30), “[...] semelhantemente à geografia crítica, a geografia humanista, calcada nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, é uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista”. Seguindo esse pensamento, a geografia crítica e a

humanista possuem algumas convergências; no entanto, o conceito de *lugar*, depende do tipo de abordagem teórico filosófica adotada pelo pesquisador.

Yi Fu Tuan (2018) discute a relação entre espaço e tempo, na concepção de lugar. De acordo com o autor, um lugar, é uma área que foi devidamente designada, convertendo um espaço insignificante em lugar, o que, por sua vez, tem implicações na duração da significação desse espaço.

Assim, para Tuan (2018, p. 14-15) “[...] o sentido de lugar raramente adquire-se de passagem. Conhecer um lugar a fundo requer longo e envolvimento profundo”. Dessa forma, o sujeito pode levar algum tempo, para desenvolver uma significação de lugar. Por conseguinte, quanto mais tempo passar em um lugar, melhor, mais profunda e mais significativa será a experiência, uma vez que o passado, as lembranças são componentes cruciais para a formação do apego.

Em várias passagens, Tuan (2018) destaca como a experiência molda os lugares, e o faz em uma variedade de escalas: o lar como habitação principal, a cidade como ponto focal de símbolos-chave, bem como bairros, regiões e o Estado-Nação. Certamente, quando a escala muda (do lar para a nação), o indivíduo perde o contato direto com o espaço, levando a um entendimento fracionado.

Tuan (2018) faz a distinção entre espaço e lugar, para explicar a singularidade deste último conceito em relação ao primeiro. Para ele, enquanto o espaço está associado à liberdade (um conceito mais abstrato), lugar está associado à segurança, algo mais concreto. No entanto, Tuan (1983, p. 12) argumenta sobre

[...] o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado se transforma em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (...) as ideias de espaço e lugar, não podem ser definidas uma sem a outra.

Dessa forma, o espaço se transforma em lugar, quando o conhecemos completamente, atribuindo-lhe definição e significado. A ideia de conhecer completamente um lugar, porém, não pode ser relativizada, dada a dificuldade de se alcançar tal plenitude. Por conseguinte, lugar está associado a sentimentos, emoções,

reflexão, e proteção, sendo que o sentido de permanência está ligado intrinsecamente ligado ao conceito de lugar. Em seu livro *Topofilia*, Tuan (1974, p. 74) estabelece uma comparação entre o visitante e o nativo:

A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes.

Por conseguinte, lugar é algo simbólico, construído pela experiência. Além de ser conhecido pelo corpo e pela mente, é também através de formas e experiência mais passivas e diretas que desafiam a objetificação. Para compreender completamente um lugar, é necessário entendê-lo de forma abstrata, assim como se conhece outra pessoa, e para isso é preciso conviver.

Em contrapartida,

Vivemos um tempo de mudanças. Em muitos casos, a sucessão alucinante dos eventos não deixa falar de mudanças apenas, mas de vertigem. O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo (Santos, 2006, p. 222)

Assim, como resultado das práticas produtivas e simbólicas das mulheres assentadas em relação ao assentamento, é válido verificar se elas possuem um sentimento de pertencimento nas relações com o entorno e com a terra, fator muito importante a ser considerado na vida de quem vive no meio agrário.

Na afirmação de Carlos (2007, p. 17), “[...] lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade – lugar”. Então, as pessoas dão sentido aos lugares, que se tornam um encontro de trocas, da particularidade de suas casas, de suas terras onde nasceram, e assim por diante.

Para Carlos (2007, p. 16),

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida.

Portanto, lugar é onde as pessoas vivem e constroem suas vidas, desenvolvem suas identidades, ou seja, o assentamento pode ser (para as assentadas) o lugar onde expressam seus desejos e medos em um novo espaço, com novas oportunidades de serem respeitadas e existirem. Pode ser o local de uma mudança ou renascimento cultural, de autodeterminação, da capacidade de superar as próprias limitações.

### 3.3 A fronteira

Não há como falar sobre os assentamentos rurais (localizados em uma área limítrofe entre Brasil e Bolívia, no município de Cáceres, MT) sem abordar o conceito de *fronteira*. Becker (1988, p. 67) define-a:

[...] a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico.

Por muito tempo, no debate sobre fronteiras, predominou a formação dos Estados Nacionais, pois está ligado à incorporação dos espaços físicos, bem como ao seu domínio. Dessa forma, em seu sentido mais básico, fronteira é um limite imaginário, onde o poder soberano se estende, ou seja, significa um limite entre dois países, como no caso de Brasil e Bolívia. Ela pode representar diversas potencialidades para o Estado-Nação, como fronteiras econômicas, políticas e culturais.

Nesse sentido, Becker (1988, p. 82), ainda diz que:

A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa em cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Uma nova definição de fronteira mais



abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade - como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório - e a relação desta com a totalidade de que é parte.

Assim, fronteira não se resume apenas aos limites imaginários de soberania entre dois países, também pode ser vista como um processo de formação social e histórica no campo das humanidades, contribuindo para a criação do humano socioespacial. Nesse sentido, respaldamo-nos nas ideias de Moura (2021), autor que afirma que fronteira denota a autoridade do Estado dentro de suas fronteiras, mas não tem necessariamente a capacidade de controlar as interações sociais nos espaços em que se estabelecem, sendo a demarcação territorial sua função primordial.

Dessa forma, utilizamos o conceito de fronteira, como concepções humanas para uma organização territorial, no caso da localização dos assentamentos aqui pesquisados, podem ser tanto por questão de limites territoriais, pelo fato da sua localização, quanto culturais, pelo fato de serem espaços de troca mútua de culturas e valores diferentes. Ao relacionarmos fronteira à luta pela terra, Martins (1997), define fronteira, como frente de expansão e frente pioneira, em que há disputas de poder. A frente de expansão é marcada pelos que lutam pela terra e defendem o uso privado das terras devolutas. Já a frente pioneira é marcada pelos que defendem o modo de produção capitalista e pela mercantilização da terra.

Assim, o autor entende que uma determinada sociedade cria um espaço politicamente e socialmente disputado, que está intimamente ligado às mudanças daquele povo, que fazem parte de um jogo de poder, revelando quem domina e quem é dominado.

Em sua pesquisa intitulada *Caminhos da fronteira*, que se aproxima da nossa pesquisa ao abordar a fronteira Brasil/Bolívia, Januário (2004) refletiu sobre os diferentes conceitos de fronteira. Durante sua investigação, identificou quatro perspectivas distintas: a militar, a do morador, a da academia e a da imprensa, cada uma delas oferecendo uma visão única do fenômeno.

Para os militares, a fronteira é percebida como algo concreto, um símbolo de patriotismo, civismo e amor à nação. Para os moradores locais, em contrapartida, a fronteira muitas vezes parece inexistente, pois transitam livremente de um lado para o

outro. Já a Academia concebe a fronteira como um espaço de encontro entre o diferente, um caminho entre diversos mundos, caracterizado por trocas culturais e convivência entre etnias diversas, sendo, portanto, um "espaço em movimento". Por sua vez, a imprensa retrata a fronteira como um lugar marcado pela violência, pelo narcotráfico, por roubos de cargas, entre outros eventos negativos.

Com isso, foi utilizada a noção de fronteira em movimento neste estudo. Mauss (1972) argumenta que a existência de uma nação depende, em certa medida, da integração da sociedade. Para ele, a nação deveria eliminar todas as formas de segmentação, como clãs, cidades, tribos, reinos e domínios feudais. Dessa forma, destacam-se as relações de solidariedade e as trocas culturais entre o povo brasileiro e boliviano, desafiando alguns discursos preconceituosos que veem a fronteira como um lugar de conflito permanente.

Costa (2013) ressalta que as comunidades fronteiriças, por muitas vezes desconhecerem os limites estatais, apresentam desafios à própria ideia de soberania como manifestação de poder. Essas regiões fronteiriças criam oportunidades para negociações em termos materiais, identitários e trocas culturais e matrimoniais. Essas interações adicionam nuances vivas a uma perspectiva comumente simplificada em tons de cinza, que tende a dividir a fronteira entre "nós" e "eles" ou, no contexto estudado, entre *brasileiros* e *bolivianos*.

Por conseguinte, podemos compreender a emergência dos contextos locais fronteiriços, que reconfiguram tanto os limites físicos quanto simbólicos das nações. Essas transformações históricas são impulsionadas por parcelas de poder presentes e distribuídas entre todos os indivíduos e sociedades. Costa (2013) ainda nos diz que a experiência de vida nas áreas fronteiriças oferece exemplos que possibilitam transcender perspectivas que concebem o poder de maneira ampla e, mais especificamente, enxergam o Estado como uma imposição dominante ou como uma relação unilateral.

Essa dinâmica complexa evidencia a fluidez e a adaptabilidade das fronteiras, desafiando noções estáticas de territorialidade e nacionalidade. Nesse cenário, a compreensão profunda desses contextos fronteiriços torna-se de grande importância para uma visão mais abrangente e dinâmica das interações sociais e políticas, destacando a constante interação entre poder, identidade e territorialidade ao longo do

tempo.

Além disso, Moura (2021) provoca o debate sobre *idades gêmeas*. Segundo ele, as cidades gêmeas no Brasil, conforme definido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (anteriormente Ministério da Integração Nacional), referem-se a áreas urbanas de municípios divididos pela linha de fronteira, seja terrestre seja fluvial. Apresentam um notável potencial de integração em aspectos econômicos e culturais. Essa divisão pode ser resultado de obras de infraestrutura, como estradas, pontes e calçadas, podendo ou não estar interligadas.

Cáceres, localizada em território brasileiro, e San Matías, em território boliviano, são consideradas cidades gêmeas, conforme afirma Moura (2021). Mato Grosso abriga oito cidades gêmeas, sendo que apenas uma delas, Cáceres, faz fronteira com San Matias, mas não estão conurbadas.

Em síntese, a existência dessas cidades brasileiras nas fronteiras internacionais desempenha um papel importante na facilitação da integração entre os países vizinhos. Ao servirem como pontos de conexão cultural, econômica e social, têm um papel significativo no que tange à promoção da cooperação e compreensão mútua entre as nações fronteiriças. O estabelecimento de laços estreitos nessas regiões reforça a importância da colaboração transfronteiriça, contribuindo para o desenvolvimento conjunto e o fortalecimento dos laços entre as comunidades.

### **3.4 Reforma agrária e assentamentos rurais no Brasil e em Mato Grosso: reflexões teóricas**

A história do Brasil é repleta de conflitos pela posse da terra. A concentração de riquezas é uma marca da estrutura fundiária do Brasil, que tem origem na invasão territorial portuguesa. Por meio de uma ocupação violenta, foi implantado um modelo de exploração baseado em princípios que se conservam e caracterizam ainda hoje a agricultura patronal. O sistema de capitanias hereditárias foi a primeira forma de distribuição de terras no Brasil, por intermédio do qual a Coroa portuguesa atribuía grandes extensões de terra a donatários, que eram membros da nobreza ou prestadores de serviço à Coroa. Como afirma Stedile (2012, p. 24): “[...] a 'concessão de uso' era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração”.

Logo, a má distribuição de terras ocorre desde a chegada dos portugueses, seja para ocupar o vasto território em 1500, seja para escravizar a população ameríndia e africanos trazidos à força de seu continente. Conforme Oliveira (2007, p. 24): “[...] foi assim que, em função dos interesses comerciais da Inglaterra, o tráfico de escravos constituiu-se em uma atividade rendosa por vários séculos”. Desse modo, pode-se evidenciar a utilização de mão de obra escravizada, o monocultivo em larga escala e a agroexportação.

Oliveira (2007, p. 24) destaca que “[...] a produção escravagista de mercadorias espalhou-se pelo novo mundo, pelo continente americano particularmente”. Como resultado, nas economias coloniais, sob controle da circulação, os africanos escravizados foram considerados mercadorias, muito rentável para os donos de fazenda, pois o comércio dessas pessoas permitiu a aquisição de fundos antes mesmo da produção do comércio. Sobre isso, Oliveira (2007, p. 24) afirma:

Nesse sentido, as relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada. De outro lado, essas relações, sendo desiguais, não sendo fator, mas condição do capital, produziam um trabalhador igualmente específico, cuja gênese não era mediada por uma relação de troca de equivalentes (não era mediada pelo fazendeiro-comerciante), mas era mediada pela desigualdade que derivava diretamente da sua condição de renda capitalizada, de uma sujeição previamente produzida pelo comércio (era mediada, pois, pelo fazendeiro-rentista).

Dessa forma, com a chegada dos portugueses, estabeleceu-se uma grande propriedade escravista que produzia para o mercado externo e para a subsistência dos seus habitantes. A Coroa, sob pressão da Inglaterra, para substituir o trabalho escravo pelo assalariado, promulgou a Lei de Terras, para evitar que os ex-escravos se apossassem das terras, pois a abolição seria inevitável.

A partir da aprovação da Lei de Terras em 1850, a terra foi transformada em patrimônio (de riqueza e exploração predatória dos recursos naturais), provocando a expulsão da população local e a incorporação de imigrantes, o que explica o início da extrema desigualdade no acesso à terra no país. De acordo com Stedile (2012, p. 24),

“[...] a lei normatizou, então, a propriedade privada da terra”. A partir de então, a terra foi transformada em objeto de mercado e passou a ter preço. Dessa forma, essa lei regulou e solidificou o paradigma do latifúndio no Brasil, sendo base para estrutura desigual da propriedade da terra no país atualmente.

Desde sempre, a história do Brasil foi repleta de contendas sociais e revoltas populares. A luta pela reforma agrária no Brasil ganhou força entre 1940 e 1960. Naquele período, os movimentos operários e os acampamentos ganharam força, sendo estes últimos organizados contra as desigualdades do sistema tradicional de propriedade da terra, seja em fazendas seja em latifúndios, com mão de obra dependente e submetida a relações de trabalho não capitalistas.

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio (Oliveira, 2007, p. 106).

Durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964), foi aprovada a primeira legislação trabalhista, que garantia aos trabalhadores rurais muitos dos direitos já obtidos pelos trabalhadores urbanos, incluindo o direito à sindicalização. Além disso, foi criado um instituto de reforma agrária e promulgada uma legislação que definia quais terras poderiam ser utilizadas para esse fim.

Para Oliveira (2007, p. 110), “[...] o avanço da luta camponesa promovido pelas Ligas deixou as elites latifundiárias do país em uma posição de confronto. A luta de classes ganhava contornos profundos com o avanço da organização dos camponeses”. Essas medidas foram suficientes para desencadear um golpe militar em 1964, inaugurando um governo militar de 21 anos, permanece o *status quo*, a concentração de terras, o latifúndio e, conseqüentemente, de riquezas, atendendo aos interesses da elite brasileira. Assim, a luta e os embates pela terra que acontecem no Brasil são históricos.

Assim, pode-se afirmar que existe uma questão agrária no Brasil, tendo em vista a estrutura fundiária atual, que é o cerne da desigualdade social do país, onde convivem

contemporaneamente uma elite agrária e trabalhadores sem-terra, povos originários, quilombolas e camponeses. Nesse cenário, Filho (2006, p. 149) vai dizer que:

De certo modo, num território que foi historicamente construído e modelado dentro das relações econômicas, através de incentivos tributários e do acesso à terra pelas grandes corporações, modelou-se também um leque de interesses conflitantes e complexos, sob os quais moldam as novas relações Estado-Sociedade, cujo modelo possibilite construir a lógica reprodutiva na nova divisão do trabalho, portanto, um modelo funcional na atual fase de desenvolvimento capitalista.

Assim, o território agrário é fruto da construção humana, que vem sendo reproduzido de acordo com os interesses dos agentes dominantes, de maneira que a maior parte das terras encontra-se nas mãos de poucos indivíduos. Nessa circunstância, Oliveira (2007, p. 99) argumenta:

É por isso que o proprietário de terra é um personagem de dentro do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria terra.

Voltando o olhar para o território agrário matogrossense, houve inúmeros incentivos ao povoamento no Estado de Mato Grosso. De acordo com Moreno (1994), os governos que estiveram no poder desde 1892 têm fomentado e contribuído para que latifundiários, capitalistas individuais, grupos econômicos e empresas agropecuárias ou de colonização tenham acesso a extensas porções de terra.

De acordo com as literaturas pesquisadas, constatou-se que a ocupação do Mato Grosso se intensificou, principalmente a partir de 1930, durante o Estado Novo, quando foram implementados programas federais com o objetivo de atrair a população de outras regiões do país, a chamada *Marcha para o Oeste*. Moreno (1994) clarifica que a implementação da colonização visava à ocupação dos espaços vazios e ao fortalecimento do controle nas regiões fronteiriças, por meio do estabelecimento de assentamentos agrícolas nacionais.

O objetivo inicial do programa era povoar o interior do país para integrá-lo na economia nacional. A promoção da Reforma Agrária também era um dos seus objetivos, com o intuito de desmontar os latifúndios e promover o desenvolvimento da agricultura familiar, o que não se efetivou. Houve uma inversão de rota, que resultou no avanço da fronteira agropecuária em áreas naturais, causando impactos ambientais significativos, como desmatamento e degradação do solo.

Ainda de acordo com Moreno (1994), a política de colonização serviu muito mais para controlar a entrada de imigrantes no Estado e tentar conter o aumento da pequena propriedade. O número de pessoas que vieram para Mato Grosso e a quantidade de desempregados que já residiam aqui não constituíram forças suficientes para provocar um processo contrário à concentração fundiária, favorecida pelo incentivo estatal à apropriação do latifúndio. Dessa forma, o programa *Marcha para o Oeste* não pode ser considerado uma política de reforma agrária. A distribuição de terras e a promoção da agricultura familiar são questões que demandam políticas públicas específicas e mais amplas, que levem em conta as necessidades da população rural e a preservação do meio ambiente.

Já no período democrático (doravante 1984), o reordenamento fundiário em Mato Grosso teve como características a venda indiscriminada de terras devolutas, que foi utilizada em disputas eleitorais como pagamento ou recompensa por favores políticos. A maioria dos concessionários rompeu os acordos com o Estado e utilizou a terra para benefício próprio, transformando a política de colonização em um lucrativo comércio de terras (Moreno, 1994). Esses dois períodos da história do Estado foram marcados pelo acesso à terra de forma injusta e a tendência é que não haja mudanças positivas; pelo contrário, em um dos períodos mais obscuros da história do nosso país, a Ditadura Militar, houve a centralização e militarização da questão fundiária.

Moreno (1994) aponta que a centralização e a militarização da questão fundiária tinham como objetivo garantir a territorialização do capital nacional e internacional, sustentando-se na ideologia de segurança e integração nacional. Priorizou-se a implantação de projetos de colonização empresarial; dessa forma, grandes grupos econômicos passaram a ser beneficiados por meio de uma política de regularização fundiária. Nesse período, vários programas e projetos foram desenvolvidos, incluindo

planos para distribuir as terras da Amazônia e do Cerrado ao capital nacional e internacional. Por meio de projetos de exploração mineral, florestal e agrícola, bem como planos individuais de colonização, alimentava-se o discurso desenvolvimentista, priorizando as classes privilegiadas e desarticulando a luta pela terra.

Com o golpe de 1964, a Reforma Agrária proposta por João Goulart foi liquidada e promoveu-se uma verdadeira caça às lideranças sindicais das Ligas Camponesas, levando grande parte de seus participantes a fugirem, o que resultou na ruína do movimento. Entretanto, o primeiro governo militar sofreu pressões sociais, tanto internas quanto externas, o que o levou a assinar, ainda no ano de 1964, o Estatuto da Terra. O intuito era demonstrar que, ao desarticular a organização popular dos trabalhadores, a reforma agrária seria realizada pelo Estado. A lei foi aprovada, mas nunca foi colocada em prática, pois o próprio Ministro do Planejamento garantiu aos congressistas latifundiários que a lei não sairia do papel (Oliveira, 2007)

Esses episódios da nossa história revelam os fatores que resultaram na concentração fundiária no Estado de Mato Grosso. Por esse motivo, é muito presente a existência de latifúndios e atividades monocultoras, que foram facilmente recebidas pela elite agrária dominante, já que essa parcela da sociedade ocupa um lugar de privilégios. A luta pela terra não é nula e, como consequência, houve o aumento dos conflitos em relação à terra. De acordo com Medeiros (2008, p. 10), os assentamentos rurais são produtos de diversos conflitos em torno da posse da terra e das pressões dos trabalhadores e de suas organizações pelo direito ao uso pleno da terra.

Logo, a concretização da reforma agrária acontece através dos assentamentos rurais – a materialização da conquista do pedaço de chão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Martins (2018) afirma que o advento dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil resulta da luta pela terra de trabalhadores organizados em movimentos sociais ou não. A partir do momento em que são assentados, o maior obstáculo é manter-se na terra, que se torna um território de resistência camponesa.

Em contrapartida, Moreno (2005) nos traz dados de que, em Mato Grosso, entre 1970 e 1980, foram implantados 88 projetos de colonização privada, envolvendo 33 empresas em uma área de 3,25 milhões de hectares e 19.550 famílias colonizadoras. Os assentamentos criados nesse período foram usados para forjar uma 'reforma agrária',



mas, na realidade, fizeram parte da política de colonização da região. Esses projetos de colonização resultaram na criação de municípios como Nova Mutum, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Colíder, Vera, Alta Floresta, Cláudia, Carlinda, Juína, Cotriguaçu e Colniza, entre outros.

Dessa forma, o que promove realmente a Reforma Agrária, mesmo que de maneira parcial, é a luta pela terra travada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, neste trabalho, representados pelo camponês matogrossense. São os reais protagonistas da (re)invenção não capitalista, ou seja, da *agricultura camponesa*, termo que utilizaremos nesta pesquisa. Pereira e Binztok (2011) afirmam que camponeses são os que participam de movimentos sociais como o MST porque têm um compromisso com a sociedade e entendem que a terra é condição necessária para a reprodução de seu modo de vida. Como resultado, criam seus próprios espaços de luta e resistência por meio do movimento pelo espaço, construindo, conquistando ou reconquistando e reivindicando território.

Assim, os assentados e assentadas são sujeitos sociais engajados na luta pela reforma agrária, ou seja, aquele povo que luta e resiste, mesmo em ambientes hostis, como é o caso do estado de Mato Grosso, onde a grande propriedade predomina e os latifundiários se opõem à reforma agrária, pois não querem perder seus privilégios.

A Reforma Agrária surgiu com o objetivo de resolver a questão da concentração fundiária, que ocorreu ao longo da história do Brasil e, conseqüentemente, do estado de Mato Grosso. Assim, de acordo com Oliveira (2007, p. 67), “[...] seguramente coloca o camponês diante da necessidade histórica da sua própria transformação como produtor individual”, no contexto da reforma agrária. Com isso, a conquista da terra, no Brasil e em Mato Grosso, é materializada por meio dos assentamentos rurais, mediante a luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

### **3.5 Geografia feminista: gênero e divisão sexual do trabalho**

O conceito de *gênero* tem sua origem atrelada ao debate feminista da década de 1970, embora sua concepção como categoria analítica apareça apenas no final da década de 1980, e sua consolidação como novo referencial analítico ocorre na década de 1990, junto às ciências humanas e sociais.

O feminismo é um movimento social, mas também possui um corpo teórico e

metodológico que tem sido integrado a muitos campos das ciências sociais, incluindo a Geografia. De acordo com Silva (2009), entre os vários movimentos sociais que surgiram na década de 1960, o *feminista*, notadamente o reconhecido como segunda onda, foi fundamental para inspirar o trabalho de geógrafas, que iniciaram um movimento dentro da Geografia nos anos 1970.

O movimento que iniciou nas ruas adentrou as instituições acadêmicas europeias e norte-americanas, abrindo a discussão sobre temas antes considerados tabus e proibidos. Silva (2009) nos fala que, por muito tempo, as ações desses grupos não eram consideradas adequadas como objeto de estudo para a Geografia.

Assim sendo, foi fundamental introduzir temas relacionados ao feminismo para criticar, desconstruir e engajar em um processo de repensar como a Geografia estava sendo construída. Silva (2009) enaltece que a luta das geógrafas levou a avanços para uma perspectiva feminista, incluindo a inserção do gênero como tema transversal para as disciplinas da área de humanas.

Desse modo, a questão das diferenças entre homens e mulheres ao longo da história da humanidade desencadeou um debate sobre o modo e o interesse de conceber o *gênero* como uma categoria de análise. Conforme Scott (1992, p. 88):

De fato, todas as exigências de reconhecimento das experiências e das histórias de diversos tipos de mulheres representam a lógica da suplementação, desta vez em relação à categoria universal das mulheres, o bastante para qualquer história geral das mulheres e para a competência de qualquer historiador das mulheres cobrir todo o campo.

Como este trabalho trata da análise das lutas pela terra e pela manutenção do território, após os assentamentos, é relevante destacar o recorte de gênero, bem como a divisão sexual do trabalho. De acordo com Biroli (2018, p. 28), “[...] a literatura mobilizada destaca a divisão sexual do trabalho como base para a opressão das mulheres”. Sobre as atividades 'atribuídas' às mulheres, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e da casa é quase exclusiva delas, o que reduz significativamente a probabilidade de desenvolvimento de outras potencialidades que possam possuir. Criou-se uma estrutura de organização social apresentada como natural ou necessária, garantindo a sua

reprodução e perpetuação.

Além disso, os trabalhos domésticos são frequentemente vistos como algo sem importância, pois não são atividades remuneradas. Sobre isso, Biroli (2018) afirma que a base do sistema patriarcal no capitalismo é responsável pelo trabalho desigual de homens e mulheres, sendo o trabalho das mulheres definido como produtivo, mas não remunerado. A autora ainda menciona que, por meio do casamento, as mulheres fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, o que proporciona ao homem a possibilidade de desenvolver seu trabalho remunerado.

Saffioti (1987, p. 14) argumenta que, quando a mulher fica “[...] em casa todo ou quase todo o tempo, tem menor número de possibilidades de ser estimulada a desenvolver suas potencialidades”. Para manter um equilíbrio, presume-se a partilha de responsabilidades entre homens e mulheres em qualquer atividade, incluindo o espaço doméstico, e não se trata de ajuda, pois assim se pressupõe que o trabalho é da mulher. Ainda sob a ótica de Saffioti (1987, p. 15), “[...] trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família”.

A sociedade atual, no entanto, ainda reproduz a pauta da divisão sexual do trabalho e, apesar da grande presença da mulher no mercado de trabalho, a questão de gênero as coloca em desvantagem em relação ao homem.

Sobre o conceito de *gênero*, Scott (1999, p. 35) explica que

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens.

Para a autora, o termo *gênero* também é utilizado para caracterizar as relações sociais entre os sexos. Assim, o *gênero* torna-se uma forma de indicar as construções sociais e a criação de ideias sociais, bem como o que seria o papel do homem e da mulher. *Gênero* assume a forma de se referir exclusivamente às origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Sua aplicação permitiu diferenciar os papéis atribuídos aos homens e às mulheres.

Segundo Biroli (2018, p. 26), “[...] a posição de desvantagem das mulheres

atualiza-se, assim, nos novos padrões de organização do trabalho no capitalismo”. Dessa maneira, o papel feminino ocupa uma posição secundária e subordinada em relação ao homem. Na maioria das vezes, a luta da mulher pela terra é invisibilizada, já que, na sociedade patriarcal e capitalista, o homem nasce validado, enquanto a mulher precisa lutar para conquistar seu lugar de destaque.

Nas palavras de Butler (2003, p. 19), “[...] a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão”. O percurso das mulheres, então, é marcado pela luta para alcançar uma posição justa de igualdade social, política e econômica em relação aos homens.

Biroli (2018, p. 23) complementa:

De fato, na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividades e sub-representado na política.

Em contrapartida, Santos e Garcia (2005, p. 298) afirmam que “[...] no espaço agrário, as mulheres estão sendo, cada vez mais, protagonistas de sua própria história”. Dessa maneira, evidenciar a atuação da mulher no território agrário, em espaços de reprodução distintos, como os assentamentos rurais, vem mostrar seu papel tanto no desenvolvimento agrário brasileiro quanto na construção de uma sociedade melhor.

Segundo Scott (1992, p. 77), “[...] a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objeto de estudo e sujeitos da história”, reafirmando o significado e a importância das mulheres na história, exigindo ir contra as definições pré-estabelecidas, em que o patriarcado domina e dita o que é “verdadeiro”. Assim, os relatos históricos, segundo os pensamentos de Scott (1992, p. 78), “[...] questionam a prioridade relativa dada à ‘história do homem’, em oposição à ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos.

Questionar e repensar a história escrita faz refletir que, historicamente, as mulheres e suas histórias foram invisibilizadas, suas vozes caladas. Para Perrot (2007, p. 17): “[...] em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte

da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo”. Como se pode ver, o silêncio das mulheres contribui, imaginariamente, para a sua honra; mulher que fala muito passa a ideia de não ter pudor. Assim, pouco se fala delas, pouca importância se dá. Há, dessa forma, uma desvalorização da mulher por si mesma, cujas vidas não importam muito.

O início da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos na década de 1960 e na França uma década depois, estreitamente ligada aos fatores científicos, sociológicos e políticos, fatores que contribuíram para a necessidade da “mulher” como sujeito de pesquisa nas ciências humanas em geral (Perrot, 2007). Devido ao retrocesso político ocasionado pela ascensão de uma direita conservadora ao poder, no entanto, o panorama político do século XXI se desenvolveu de maneira surpreendente e alarmante. O avanço da extrema direita ressaltou a urgência de considerar o feminismo decolonial, pois esse momento é caracterizado por uma crise profunda no sistema capitalista global, a ausência de políticas públicas efetivas e uma perda sem precedentes de representação democrática. Nas palavras de Hollanda (2020, p. 11), “[...] no campo da produção de conhecimento, a interpelação das epistemologias heteronormativas e coloniais entram como agenda feminista prioritária”.

Partindo desse pressuposto, o feminismo prioriza a contestação da colonialidade do conhecimento, indicando caminhos políticos que a América Latina deve seguir. Nas palavras de Gonzalez (2020, p. 40), “[...] o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região”. É imprescindível, sim, lutar por todos, mas não podemos pensar que esse todo seja algo homogêneo; logo, devemos reconhecer nossas diferenças e lutar por elas, atendendo às demandas específicas para naturalizar a diversidade e, enfim, contemplar todos em suas especificidades.

Seguindo esse mesmo pensamento, Hollanda (2020) enfatiza que o feminismo branco norte-americano e europeu das décadas de 1960 a 1990 foi facilmente aceito pelo feminismo latino-americano e brasileiro. Nos dias que correm, no entanto, essa aceitação sem criticidade traz problemas, pois a falta de um pensamento crítico impediu a compreensão de que nossa história e realidade são diferentes das dos Estados Unidos e da Europa, a começar pelo modo como a população brasileira foi formada. Assim,

Um caminho possível em busca de uma perspectiva decolonial brasileira seria uma análise radical da especificidade da questão de nossa mestiçagem, priorizando suas implicações em termos dos processos constitutivos das desigualdades sociais. Uma mestiçagem marcadamente sexista na medida em que em nosso período colonial é o homem branco que se deita com a mulher negra, e não a mulher branca com o homem negro (Hollanda, 2020, p. 23-24).

A miscigenação da população brasileira, tão propalada, não é fruto somente de histórias de amor, que uniram pessoas de etnias diversas. Aliás, poucas têm essa configuração; a maioria da hibridização resultou de violências sexuais contra mulheres negras e indígenas. É importante ressaltar que o feminismo, tanto na teoria quanto na prática, desempenhou e continua sendo um papel crucial nas lutas e conquistas dos direitos das mulheres. Ao levantar novas questões, buscou uma nova abordagem para compreender a diversidade feminina. No entanto, o feminismo sob a perspectiva eurocêntrica e neocolonial “esqueceu” dessa diversidade. O feminismo decolonial surgiu para preencher essa lacuna. Segundo Holanda (2020, p. 24),

Além da questão racial – que implica a inclusão das mulheres indígenas e suas cosmogonias e tradições em nosso universo simbólico interseccional, a questão dos feminismos comunitários contemporâneos deve ser pautada com urgência. Refiro-me às populações rurais e às populações periféricas que têm práticas bem diversas daquelas previstas no feminismo eurocêntrico.

Considerar a mulher como protagonista de sua própria história é algo relativamente novo, e a contribuição feminina sob a ótica decolonial é ainda mais recente. Destacar a importância da mulher na luta social torna-se essencial para superar as questões de gênero. Na sociedade capitalista, manter relações de poder sobre as mulheres no território agrário equivale a atender aos interesses da elite latifundiária e reproduzir a lógica eurocêntrica, representando um retrocesso na luta da classe trabalhadora. A seguir, aprofundaremos mais nessa temática.

### **3.6 Feminismo decolonial: uma perspectiva a partir das mulheres trabalhadoras de assentamentos rurais**

Ao revisitar os primórdios dos movimentos feministas na América Latina, observa-se claramente a influência exercida pelo feminismo eurocêntrico, universalista e liberal.

Lugones (2014a) afirma que, após o término do processo de colonização, persiste a colonialidade de gênero, uma vez que permanece arraigada na interseção entre gênero, raça e classe, funcionando como elementos fundamentais ao sistema de poder do capitalismo global. As questões legislativas foram priorizadas em detrimento de abordagens histórico-sociais que foram fundamentais para compreender as estruturas implícitas e essenciais à manutenção da ordem hierárquica dos papéis de gênero. Sales e Santos (2019) destacam que o movimento feminista da década de 1960 reconhece que nos países europeus, como Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Itália, onde o capitalismo estava em estágio avançado, o conceito de mulher estava vinculado à sua identidade de gênero.

Esse movimento, com origens na Europa e nos Estados Unidos, centralizava suas demandas no sufrágio. Não demorou para que esse protesto alcançasse as mulheres latino-americanas, especialmente as brancas pertencentes à classe média-alta. Sales e Santos (2019) argumentam que os privilégios associados a uma identidade branca considerada superior foram moldados ao longo da história, tanto social quanto politicamente, tornando-se fundamentais à estrutura do pensamento social brasileiro, assim como em outros países da América Latina.

Esse processo teve raízes na época da escravidão, que perdurou do século XVI ao XIX, seguida pela política de branqueamento após a abolição da escravatura em 1888. Essa dinâmica também se manifestou durante a construção da ideologia da democracia racial brasileira nos anos 1930. Essa ideologia pressupõe uma sociedade livre de desigualdades raciais, promovendo a fraternidade e a harmonia entre brancos e negros, sugerindo que a raça não desempenha um papel marcante nas disparidades entre brancos e negros no Brasil.

Por conseguinte, esse feminismo não confrontava a herança colonial que resultou na hipersexualização do corpo feminino, nem considerava suas interseções com raça e classe. Essa herança, predominantemente presente nos discursos contemporâneos, persiste e se perpetua: “a condição social das mulheres negras era apenas citada ou mencionada sem discutir o privilégio racial das mulheres brancas” (Sales e Santos, 2019, p. 115). Vários registros históricos defendem a colonização e a exploração realizadas pelos homens em relação a outros homens e mulheres. Embora haja uma submissão

discutida das mulheres pelos homens, é de grande importância empreender uma análise crítica para compreender como essa hierarquia pode ser reproduzida entre as mulheres. Longe de propor uma dicotomia ou uma luta contra o feminismo, embasamo-nos na fala de Rios (2020), argumentando que é um manifesto que advoga simultaneamente por um feminismo contrário ao patriarcado, anticolonial e anticapitalista, com o objetivo de ampliar seus horizontes em direção à liberdade e igualdade.

O feminismo decolonial surgiu como uma resposta à necessidade de abordar as complexas interações entre gênero, raça e classe na América Latina, questionando as estruturas coloniais que moldaram as experiências das mulheres no seu lugar de vivência. Embasadas por Rios (2020), o feminismo decolonial se contrapõe de maneira direta ao feminismo liberal, que se concentra principalmente em questões relacionadas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, sem levar em consideração as divisões e disparidades existentes entre as mulheres.

Por consequência, ao desafiar as normas eurocêntricas do feminismo, o feminismo decolonial reconhece as diferentes formas de opressão enfrentadas por mulheres de diferentes origens étnicas e sociais. O objetivo é destacar as vozes marginalizadas e buscar criar uma narrativa inclusiva que respeite a diversidade cultural e étnica presente no Sul global (Rios, 2020).

Assim, uma das suas principais contribuições é a ênfase na interseccionalidade, reconhecendo que as experiências das mulheres variam significativamente com base em suas identidades étnicas, culturais e sociais. Em nossas vidas, marcadas por experiências de colonização, opressão racial e de gênero, também nos distinguimos daquilo que o sistema dominante tenta nos moldar (Lugones, 2014a). À vista disso, ao trazer à tona as vozes das mulheres indígenas, afrodescendentes e de outras minorias étnicas, o feminismo decolonial busca criar uma narrativa mais abrangente e precisa das lutas femininas na América Latina, denotando não apenas na rejeição de estereótipos, mas na valorização das diversas formas de resistência e expressões de identidade.

Dessa forma, também se destaca pela busca do resgate das sabedorias locais e culturais, desafiando a imposição de valores estrangeiros, as chamadas Epistemologias do Sul. O que para Cunha e Casimiro (2019), a expressão "Sul" é utilizada metaforicamente para referir-se aos conhecimentos moldados nas experiências de



sofrimento causadas pelas violências do colonialismo, do capitalismo e do heteropatriarcado. No entanto, esse conceito de "Sul" representa, acima de tudo, a força e a coragem presentes nas sabedorias incorporadas nas práticas sociais concebidas e desenvolvidas na luta por uma transformação libertadora. Isso abre espaço no campo epistemológico para contemplar a diversidade do mundo, sem negligenciar experiências, especialmente aquelas que escaparam à exclusão da ciência moderna.

Assim sendo, entendemos que ao valorizar as tradições ancestrais, esse movimento reconhece a importância de compreender e incorporar as perspectivas indígenas e afrodescendentes no diálogo feminista. Cunha e Casimiro (2019), ainda nos falam que com a hermenêutica feminista das epistemologias do Sul, compreendemos que os conhecimentos provenientes das experiências de sofrimento das mulheres representam não apenas formas de resistência, mas também de existência, buscando alternativas à violência e à expropriação. Por consequência, entendemos que isso não apenas fortalece as identidades das mulheres no território, mas também contribui para uma visão mais holística e inclusiva do feminismo.

Compreendemos dessa maneira, que as epistemologias do Sul, nos ajudam a refletir sobre as mulheres assentadas, ao analisarmos o papel desempenhado por elas, como um papel central nas lutas por justiça social e econômica, enfrentando os desafios impostos pelo patriarcado, pelo sistema capitalista e pelos resquícios das estruturas coloniais. Para Bozano (2019), é importante desenvolver epistemologias que empoderem as periferias como uma fonte de resistência decolonial, conferindo destaque não apenas às vozes como simples fontes, mas reconhecendo-as como sujeitas de direito. Mais do que criar epistemologias exclusivamente para mulheres latino-americanas, é essencial gerar novas abordagens para pensar e resistir junto com as mulheres do continente. Daí a importância de adotar perspectivas capazes de identificar as diversas violências, lutas e formas de resistência presentes nos feminismos desenvolvidos neste lado do mundo.

Lugones (2014a), entende que a estratégia de resistência está enraizada na subjetividade e intersubjetividade, surgindo a partir das ações e interações tanto individuais quanto coletivas. Assim exploramos a interseção entre a realidade das mulheres assentadas e os princípios do feminismo decolonial, destacamos como essas mulheres se tornam agentes de transformação e resistência em suas comunidades e na

busca por uma abordagem mais inclusiva do feminismo.

Ainda de acordo com Lugones (2014a), descolonizar o gênero é uma prática essencial e implica uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e heterossexualizada pelo capitalismo, buscando uma transformação efetiva na realidade social. Portanto, a descolonização de gênero implica posicionar quem teoriza no contexto de pessoas, dentro de uma compreensão histórica e subjetiva/intersubjetiva da dinâmica entre opressão e resistência na interseção de sistemas complexos de dominação. Em grande medida, essa abordagem precisa estar alinhada com as subjetividades e intersubjetividades que contribuem e são influenciadas pela situação específica. Ela deve incorporar o processo de "aprender" sobre diferentes povos.

Neste sentido, aproximamos das experiências vivenciadas pelas mulheres assentadas, que moram em comunidades rurais e se organizam em associações para enfrentar uma série de desafios decorrentes da herança colonial, como a concentração de terras, a exploração agrícola e a marginalização socioeconômica. Para Mendes; Neves; Neves; Silva (2014), a formação da associação de mulheres agricultoras resulta em vários ganhos coletivos, incluindo melhorias na qualidade de vida das famílias, desenvolvimento político, inclusão social, a chance de diálogo entre as esferas pública e social, o incremento da sociabilidade e autoestima, a obtenção de financiamentos para custear operações ou obter créditos e, sobretudo, alterações significativas nas dinâmicas de gênero.

Dessa forma, acreditamos na viabilidade e no fortalecimento do desenvolvimento de um feminismo comunitário, como defende Paredes (2013). Entendemos que essas condições criam um ambiente propício para a emergência de uma perspectiva decolonial do feminismo, pois essas mulheres buscam não apenas igualdade de gênero, mas também a superação das injustiças históricas que permeiam suas vidas.

Paredes (2013) destaca como esse processo, influenciado por um colonialismo tanto externo quanto interno, constrói e perpetua uma representação fundamentada em um imaginário ético e estético marcado por valores eurocêtricos. Esse paradigma exclui não apenas as mulheres indígenas, às quais Paredes menciona, mas também as assentadas rurais, as participantes de nossa pesquisa. Sob o olhar de Cunha e Casimiro (2019), as mulheres e jovens do sexo feminino resistem de maneiras variadas contra as

ameaças à integridade de suas terras, meios de subsistência, seus corpos e a vida comunitária, criando perspectivas de vida alternativas.

A conclusão desta reflexão destaca a importância da solidariedade entre as mulheres e a necessidade de construir alternativas frente às estruturas opressivas. Segundo Cunha (2019), os confrontos relacionados à disputa por terras, a intensificação da exploração de recursos minerais e energéticos, o cultivo intensivo apoiado no uso extensivo de agrotóxicos, entre outras causas, têm desencadeado conflitos territoriais graves e lamentáveis. Nesses contextos, a violência contra as comunidades que resistem ou se manifestam contrárias ocorre de forma sistemática.

Encerramos este capítulo refletindo sobre as contribuições teóricas relacionadas às categorias de análise, como *território* e *lugar*, os conceitos de *fronteira*, os *assentamentos rurais* e *reforma agrária*, bem como a perspectiva da geografia feminista, abordando temas como gênero e divisão sexual do trabalho, e o feminismo decolonial a partir das experiências das mulheres trabalhadoras em assentamentos rurais. Mergulhamos em um rico conjunto de ideias e reflexões provenientes dos estudos das Ciências Humanas, especialmente da Geografia.

Por meio das leituras, compreendemos não apenas as dimensões físicas e territoriais, mas também as complexidades sociais e de poder envolvidas na organização e transformação do espaço rural. Ao adotarmos as lentes da geografia feminista e do feminismo decolonial, expandimos nossa compreensão para além das narrativas dominantes, reconhecendo as múltiplas formas de opressão e resistência que moldam as vidas das mulheres em assentamentos rurais.

Esta reflexão nos desafia a considerar não apenas as estruturas políticas e econômicas que moldam o campo, mas também as relações de gênero e os processos de colonização que permeiam essas realidades. Ao destacarmos as vozes e experiências das mulheres trabalhadoras rurais, reafirmamos a necessidade de uma abordagem inclusiva e sensível às questões de gênero e raça na análise geográfica.

Portanto, este capítulo não apenas oferece um panorama teórico, mas também nos convoca a uma reflexão mais profunda sobre as interseções entre território, gênero e poder, fornecendo embasamento para o desenvolvimento da pesquisa e a promoção de uma geografia mais justa e inclusiva.

## **4 MULHERES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS JATOBÁ, CORIXINHA E SAPICUÁ: TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO**

Neste capítulo, discutiremos as trajetórias e a construção da identidade das mulheres assentadas. Algumas dessas mulheres, sujeitas de nossa pesquisa, são oriundas de áreas urbanas e migraram para o campo em busca de melhores condições de vida. Outras nasceram no meio rural e ali permanecem, enfrentando uma luta constante e resistente em relação à terra. Algumas participaram do processo de criação do assentamento, enquanto outras chegaram depois de sua implantação. Existem diversas histórias e trajetórias, frequentemente marcadas por lutas constantes pelo reconhecimento e valorização.

### **4.1 História das mulheres assentadas e perfil socioeconômico**

As entrevistadas de nossa pesquisa são mulheres dos assentamentos Corixinha, Jatobá e Sapicuá. Conduzimos entrevistas por meio de grupos focais com as assentadas que residem nessas áreas, buscando informações sobre a história e o perfil socioeconômico das mulheres assentadas, levantando questões relacionadas à sua trajetória de vida e à origem da renda familiar, a fim de traçar esse perfil."

Durante os grupos focais, ao abordarmos esses temas, notamos que as participantes, mesmo que timidamente no início, começaram a se apresentar e compartilhar suas histórias de vida. Procuramos criar um ambiente acolhedor para que se sentissem à vontade para se expressar. Buscamos inspiração nas ideias de Paulo Freire, que, em sua obra *Pedagogia do oprimido*, destaca que não há saber superior ao outro, mas sim saberes diferentes."

Também nos baseamos em Cunha (2019), que destaca que as formas de violência oriundas do capitalismo extrativista contemporâneo são essencialmente uma negação do *outro* por meio de uma antinomia violenta. Gradualmente, o *outro* é transformado em um objeto que, idealmente, deve ser eliminado. Diante desse contexto, buscamos reflexões sobre o potencial de diálogo entre nós, sempre priorizando o respeito pelos diversos saberes. Como mediadoras, procuramos não apenas demonstrar respeito, mas também reconhecer os fazeres e saberes que essas mulheres trazem consigo.

Aqui, destacaremos algumas das histórias que nos foram relatadas. Optamos por selecionar três narrativas representativas: a história de uma assentada nascida na Bolívia e que atualmente vive em um dos assentamentos rurais estudados, a de uma assentada que sempre residiu no campo e a de outra que morava na cidade e decidiu mudar-se para o campo."

A pesquisadora, atuando como mediadora, convidou as participantes da pesquisa a compartilharem suas histórias de vida. Assim, iniciamos com a seguinte narrativa:

Minha mãe casou com um brasileiro [...], antes morava lá do outro lado, São José, na Bolívia [...]. Não sou casada. Moro aqui no assentamento, com a minha mãe e meu pai [...]. Eu ia lavar roupa lá na minha avó, quando não era na minha avó, era aí na tia dela ou na casa da P..., de vez em quando [...]. Meu pai é um dos primeiros, quando isso aqui era fazenda ainda, fazenda São Judas Tadeu. (Entrevistada 01, Assentamento Corixinha, 2023).

A Entrevistada 01 é uma mulher de origem boliviana, membro do Grupo Amigas da Fronteira (Figura 04), que residiu tanto na zona rural boliviana, em San Jose de La Frontera, quanto no território brasileiro, no Assentamento Corixinha.

**Figura 04 – Casa do Grupo Amigas da Fronteira, localizada no Assentamento Corixinha.**



**Fonte:** Autora (2023).

O Grupo Amigas da Fronteira, conforme ressaltado por Puhl (2014), foi formado em 2006 por mulheres das comunidades de Corixinha no Brasil e San Jose de la

Frontera na Bolívia. Seu propósito inicial era colaborar na utilização e processamento de recursos como o pequi e a castanha do cumbaru. No entanto, devido a problemas internos, em 2008, ocorreu o afastamento das mulheres bolivianas do grupo.

De acordo com os relatos, a retirada das mulheres bolivianas de San Jose de La Frontera ocorreu por vários motivos: um deles foi a implantação da barreira sanitária em 2007, que tinha como objetivo erradicar a febre aftosa, o que resultou na proibição da entrada de produtos de origem animal e vegetal da Bolívia. Além disso, outro motivo mencionado foi a falta da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento necessário para participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Como estrangeiras, as mulheres bolivianas não possuíam requisitos necessários.

Pelas narrativas das assentadas, ficou claro que as mulheres bolivianas não se retiraram completamente. Mesmo após sua saída oficial, ainda ocasionalmente participam das atividades da cozinha da associação, embora não sejam mais associadas. Isso demonstra que, mesmo após deixarem formalmente o grupo, ainda exercem influência e desempenham um papel junto às mulheres brasileiras nos assentamentos rurais.

O fato chamou a atenção, pois geralmente há uma exclusão e discriminação de pessoas de determinados grupos sociais. Como Januário (2004) descreve em seu livro *Caminhos da fronteira*, as diferenças reais entre esses grupos e o que define seus limites são suas diferenças étnicas e culturais em termos de pertencimento. No entanto, durante o trabalho de campo, foi observado um companheirismo e solidariedade entre elas, principalmente nos momentos de dificuldades, conforme destacado pela Entrevistada 01.

Possivelmente, esse comportamento também pode estar pautado na cooperação, como nos indica Puhl (2014, p. 202) ao afirmar que “a cooperação é a dimensão mais exigente e fundamental a ser promovida entre as famílias como caminho de ajuda mútua”. Foi observado que hoje essas mulheres compreendem a importância da cooperação, pois pode gerar benefícios em muitos aspectos da vida. Isso inclui tanto o âmbito profissional, visto que pode levar a uma maior diversificação de visões e ideias, quanto o âmbito pessoal, promovendo bem-estar emocional e físico. A cooperação é

fundamental à criação de uma rede de apoio para a criação dos filhos e para a resolução de problemas, como destacado pela entrevistada em relação à falta de água no assentamento.

Bordieu (2007), no entanto, destaca que a cooperação é um fenômeno complexo e está intrinsecamente ligada às estruturas sociais existentes. O autor argumenta que a cooperação pode ser desigual e que os indivíduos com maior capital simbólico possuem mais recursos para influenciar e controlar as trocas simbólicas.

Enfim, o fato dessa jovem e sua mãe integrarem o grupo nos remete à proposta inicial do Grupo Amigas da Fronteira, que era incluir mulheres bolivianas e brasileiras como associadas, o que, infelizmente, não deu certo. Nesse caso, recorreremos novamente à fala de Bordieu (2007), sabendo que a cooperação pode ser desigual e limitada pelas estruturas sociais e pelas relações de poder existentes.

Hoje, o grupo integra a Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (Arpep), criada em setembro de 2009. Essa associação é formada por agricultoras familiares ecologistas e em transição agroecológica, com o objetivo de congregar as famílias de agricultoras extrativistas para promover a atividade econômica, social e a proteção ambiental. A Arpep abrange a região sudoeste do Mato Grosso (Mendes; Neves; Neves; Rodrigues, 2013).

Do assentamento Corixinha, vamos para o assentamento Jatobá. Aqui, selecionamos a fala da Entrevistada 12, que é uma das responsáveis pela Igreja Menino Jesus de Praga. Solicitamos que ela compartilhasse um pouco sobre a história de sua vida, como veremos a seguir:

Eu vim quando era criança, lá pra Vila Nova, né? Aí eu criei os meninos tudinho. Quando eu vim já tava, já tava tudo grandinho, né? Porque J... pegou essa terra aqui do INCRA, né? Que ele já estava aqui há 5 anos, eu vim em 2003, né? Água? Nossa, nós ia lavar roupa lá na Corixa e nós ia de carroça. Lavava a roupa, assim pnhava o sabão em pó numa vasilha, batia com a mão, enxaguava e já tinha que vir embora porque já chegava de noite. Tinha que levar comida, do dia e eu e os meninos, nós vinha embora, já de tardezinha, ficava o dia inteiro pra lá. É assim a vida nossa, foi muito sofrida aqui, porque os menino tudo, estudava em Clarinópolis, não tinha aqui, na Sapicuá, nem nada, Depois que veio o colégio que foi isso que isso começou a estudar aqui.[...] Eles iam de ônibus, 4 horas já pegava o ônibus pra ir. Chegava meia-noite duas horas da manhã. [...] As coisas melhorou por causa que as próprias pessoas se reuniram e furaram um poço que veio a água, né? Mas antes era bem sofrido. Aí a gente veio aqui pra igreja, né?

E aí começou a trabalhar, lutar. A igreja quase fechou ia eu e as amiga. Nós falou, não, não pode fechar as portas. Nós tem que lutar e lutemo, elas não tá aqui, mas eu estou aqui, hoje. Foi em 2000, a primeira missa, né? É igual, eu falei assim, tem a pedra, né? A dona pohnou uma pedra, quem nem e aí aquela imagem que tá lá, que é o santinho. Aí foi que começou celebrar a missa e hoje nós estamos aqui, ainda na luta e já tem mais de 20 anos. (Entrevistada 12, Assentamento Jatobá, 2023).

Na fala dela, podemos perceber um certo sentimento de gratidão ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por ter “dado” a terra, e isso não se resume somente a ela; outras mulheres também nos transmitiram essa impressão. Nas palavras de Puhl (2014, p. 96):

[...] houve alguns aprendizados com a estratégia de luta do MST. E, o Vargas do INCRA de Cáceres, querendo combater e desarticular o avanço do movimento na região, incentivou outros trabalhadores sem terra a acamparem para ele assentá-los antes dos acampados articulados pelo MST e assim provocar a desistência de muitos acampados.

Os relatos denotam que o presidente do INCRA atendia aos interesses dos latifundiários. Silva e Binztok (s/a) confirmam nossa afirmação ao dizerem que pouco foi alterado o quadro predominante da estrutura fundiária, mesmo com a implantação dos assentamentos. Além disso, estão implantados em um lugar com escassez de água. Martins (2018, p. 97) corrobora, dizendo que a escassez de água não é exclusividade dos assentamentos localizados na fronteira; essa situação também pode ser verificada nos assentamentos Facão, Paiol, Sadia e Laranjeira I.

Ao analisar outras partes da fala da entrevistada, podemos refletir sobre o papel da mulher na vida doméstica. Biroli (2018) diz que, mesmo que o valor do cuidado com as crianças seja inegável, a experiência das mulheres como mães traz desvantagens, pois o cuidado da casa, do marido e das crianças fica sob a responsabilidade dela. Nesse caso, havia o agravante da falta de água, o que, sem dúvidas, intensificou a desvantagem.

Biroli (2018) ainda ressalta que a posição prática de poder que as mulheres ocupam cotidianamente está relacionada à desvalorização da esfera doméstica e, por



extensão, à desvalorização da mulher. Evidenciamos aqui que, mesmo em meio a todas as dificuldades, essa mulher nunca desistiu, seguindo firme com sua família. Portanto, ela teve uma grande contribuição na manutenção e posse da terra, pois sempre confiou e agiu para que um dia a situação melhorasse e permanecessem ali.

E de fato, foi o que aconteceu, como podemos observar quando ela menciona que houve melhorias, mas isso se deu pelo fato de as próprias pessoas se reunirem e perfurarem um poço de onde vem a água. Anteriormente, a situação era bastante difícil, com escassez de água. Aqui, evidenciamos a importância de pensar no coletivo, pois por meio da cooperação, toda a comunidade foi beneficiada com o acesso à água, que agora é canalizada de um assentamento vizinho.

Chama a atenção a menção que ela faz à igreja. Foi no espaço da Igreja Menino Jesus de Praga, no assentamento Jatobá, que ocorreu a conversa com a pesquisadora. Essa igreja tem um grande significado para ela (Figura 05).

**Figura 05: Igreja Menino Jesus de Praga, localizada no Assentamento Jatobá.**



**Fonte:** Autora (2023).

Ressalta que também lutou pela igreja, que quase fechou, mas ela e duas amigas não deixaram fechar as portas. Elas lutaram e, embora as duas amigas já não estejam mais no assentamento, ela permanece. Como é possível perceber através de sua fala, a entrevistada se mostra bastante religiosa. Quando questionada sobre a origem de sua religiosidade, ela diz que:

Da minha mãe! Porque a minha mãe, toda vida dela foi religiosa. Ela rezava terço em casa. Ela não, naquela época, ela não ia na missa porque era muito longe, muito difícil. Então, nós reunia e rezava o terço. Então, foi o que ela deixou para nós. Porque a minha mãe, Ela foi muito nova e me deixou muito nova. Vou repassando para a filharada (Entrevistada 12, Assentamento Jatobá, 2023).

O momento é comovente, pois ao lembrar da mãe, que não está mais neste plano, ela se emociona e evidencia que vem passando esse costume religioso aos seus descendentes. Podemos constatar isso pela presença das noras, filhos e netos nos trabalhos realizados na igreja, e o esposo também se faz presente. Embora as mulheres constituam a grande maioria nas instituições religiosas, a Igreja Católica e muitas das igrejas evangélicas não permitem que as mulheres sirvam no sacerdócio como posição de autoridade.

Dessa forma, há uma predominância das mulheres como religiosas, como apontado por Rosado-Nunes (2005). A autora destaca que o envolvimento da mulher na religião se manifesta nos rituais, na transmissão e na prática religiosa, sendo as guardiãs da memória do grupo religioso. Isso é perceptível no relato da Entrevistada 12, ao recordar a primeira missa, a luta para a igreja não fechar e ao destacar que o costume religioso foi herança de sua mãe. Além disso, ela se preocupa em deixar esse legado aos seus descendentes. Portanto, cabe às mulheres guardar a memória das práticas religiosas para transmiti-las às gerações seguintes.

O próximo relato é a história e trajetória de vida da Entrevistada 07, que residia na zona urbana de Cáceres. Devido à oportunidade de trabalho como professora, mudou-se para a zona rural, no Assentamento Sapicuí:

Cheguei aqui em meados de 2001, encontrei umas salas de tábuas, né? Encontrei é, vários alunos que não tinham roupa de frio. Naquela época, fazia muito frio e eu, todas as noites eu chorava e falava assim, não, amanhã eu vou embora e não volto mais. Porque a gente não aguentava. Aí no outro dia que eu levantava, olhava para as crianças e falava assim, não, vou ficar mais uma semana. E aí chegou no final do ano, daquele ano, eu falei assim, eu vou embora e não volto mais. Aí no final do dia, que eu já tava com a mala pronta, esperando o motorista, né? E aí aquele motorista chegou com um monte de cartinha e me emociona lembrar. E o motorista chegou, estava chovendo. O motorista chegou com aquele monte de cartinha e falou assim, professora R..., os alunos voltaram na estrada correndo pra me entregar. E aí eu fui embora e voltei, cheguei a ir embora pra Bahia. E eu liguei para a M... um dia e eu falei assim, ainda tem um lugar pra mim

na escola? Ela falou assim, tem sim. A comunidade está perguntando se você quer voltar. E eu voltei e estou aqui até hoje. Por causa desse dia, né? Aí foi aqui que eu conquistei meu espaço, né? Enquanto professora, enquanto mulher, enquanto mãe, né? Porque aqui que eu conheci meu marido. Hoje a gente tem um sítio, eu posso falar que hoje eu sou professora, mas também eu sou mulher rural, porque eu me envolvo também com as coisas. Com as coisas do sítio, né? Me envolvo com as coisas do sítio. Eu quero muito permanecer nesse lugar. Eu devo dizer que a gente tem muitos frutos aqui né, R...? Do nosso esforço, do nosso trabalho, porque a gente não tinha a sala de aula e os nossos alunos, apesar dos famintos, sem material escolar, a gente conseguia fazer um trabalho e conseguir mandar eles pra frente. Entrar para a faculdade, né? Vocês conseguem e eram, e são os nossos orgulhos muitos alunos, né? Tem os que não quiseram ir para faculdade, mas porque não quiseram, né? Não? Nós vamos ser mãe, nós vamos ser mãe e vamos ser bons homens e é isso que a gente quer (Entrevistada 07, Assentamento Sapicuá, 2022).

No relato, podemos perceber a construção do lugar. Tuan (1974), em sua obra *Topofilia*, argumenta que lugar vai além de uma mera localização física no espaço. Ele também é imbuído de significado e experiência humana. É onde as pessoas estabelecem uma conexão emocional e pessoal e é moldado por suas percepções e memórias.

Pode ser notado na fala da entrevistada que, após toda a sua trajetória, as memórias daquele assentamento. Ao ser confrontada com a dura realidade enfrentada pelos alunos, criou um vínculo afetivo com eles e com a comunidade. Menciona que ali conquistou o seu espaço como professora, mulher e mãe, e também se percebe como mulher rural. Hoje, ela se sente parte daquele universo e expressa com convicção o desejo de permanecer naquele lugar, acreditando que há muitos frutos ali, oriundos do esforço e trabalho conjunto com as outras professoras. Essas reflexões remetem novamente à fala de Tuan (1974), que enfatiza que um componente crucial do amor pelo lugar é a consciência do passado.

Dessa forma, cada indivíduo desenvolve uma relação única com o ambiente ao seu redor, baseada em suas experiências, memórias, crenças e valores. Como ela tem uma história de trabalho desenvolvido junto aos alunos, de luta e de resistência no assentamento, mesmo que sua origem não seja do meio rural, hoje ela se enxerga como mulher rural. Essa é uma experiência individual e a percepção dela. Tuan (1974) enfatiza que as preferências individuais em relação a certas paisagens ou lugares podem variar amplamente. Alguns podem escolher ambientes urbanos movimentados, enquanto

outros podem ser mais atraídos por áreas rurais tranquilas. Essas predileções são influenciadas por fatores como origem cultural, história familiar, personalidade e interesses pessoais.

No caso da entrevistada, por interesse pessoal e em busca de trabalho, ela se adaptou e optou pela área rural. As diferentes maneiras pelas quais as pessoas experimentam e se relacionam com o ambiente físico são individuais. Além disso, entrevistada nos fornece uma informação importante:

A escola, foi forjada, pelo nosso trabalho, pelo nosso esforço, pelo esforço da comunidade... E de alguns de alguns parceiros, né? Como a Floresteca, a Prefeitura ainda colaborou com alguns materiais, né R...? Mas a escola foi forjada assim, na luta de professores, comunidade (Entrevistada 07, Assentamento Sapicuá)

Aqui, ela compartilha um pouco sobre como a primeira escola municipal, que atende os assentamentos, foi construída. É evidente o esforço da comunidade para erguer essa escola, com o apoio da Floresteca. Durante sua fala, há um sentimento de gratidão em relação a essa empresa, que cultiva a Teca (*Tetona grandis*). De acordo com Coutinho (2017), a Floresteca possui 23 anos de atuação no mercado de teca e alcançou a meta de ser a maior produtora privada de madeira de teca no mundo.

Sobre esse aspecto, podemos realizar uma análise acerca dessa parceria com a Floresteca, que pode ser considerada como uma forma de política de compensação ambiental. Segundo Born e Talocchi (2002), as compensações ambientais são ferramentas empregadas para proporcionar uma contrapartida econômica por efeitos adversos, como danos ambientais não mitigáveis, decorrentes de diversas atividades humanas.

Sim, ao colaborar com a construção da escola, a Floresteca está, de certa forma, buscando compensar os possíveis impactos negativos de suas atividades no meio ambiente. Isso representa uma tentativa de beneficiar as comunidades locais afetadas, como os assentamentos de fronteira, por meio do cultivo de teca. Na Figura 06, a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, situada no Assentamento Sapicuá.

**Figura 06 – Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, no Assentamento Sapicuá**



**Fonte:** Autora, 2022.

A Entrevistada 07 traz mais informações sobre como era a vida das mulheres e dos alunos quando ela chegou ao assentamento:

As mulheres daquela época, daquela época, né? Acho que até hoje, né? Enfrentavam a roça com os maridos e naquela época, tinha plantação de arroz aqui, né? Eu lembro que tinha uma máquina de arroz do lado da escola, onde eles vinham de carroça para limpar o arroz, né? Então as mulheres eram muito sofridas. Porque elas não tinham conforto que hoje a gente vê, né? Que depois de um certo tempo o governo ainda trouxe um benefício, no valor que eles puderam melhorar as casas. Mas até então, era uma situação de vida muito pobre. As crianças, elas vinham para a escola com fome. Tinha alunos que falava assim, professora, a senhora lembra quando a gente comia manga verde para matar nossa fome? Pássaro morria na caixa d'água de amianto e a gente só sabia que tinha morrido um pássaro lá, quando a água começava a feder, que a gente não aguentava mais. E bebia água com cheirinho de urina de capivara. Então hoje a situação dos assentamentos melhorou muito a condição da mulher melhorou muito, mas melhorou porque ainda tem mulher, tem mulheres guerreiras que ainda persistiram ainda, né? Ainda insiste em ficar no lugar, insiste em manter o sítio, insiste e acreditam, né? Que vai melhorar e melhorou, né?

Por meio desses relatos, podemos perceber que a vida dessas mulheres é marcada por uma incrível força, coragem e determinação na luta por melhores condições de vida e na resistência para permanecer na terra. A luta pela reforma agrária é uma luta

feminina, pois são elas que enfrentam diariamente as condições adversas e injustas do campo. Apesar de todas as dificuldades, elas permanecem firmes e confiantes em sua luta e na possibilidade de construir um futuro melhor para suas famílias e comunidades.

É perceptível em todas elas a resiliência e a solidariedade como traços comuns. São mulheres que lutam não apenas por sua própria emancipação, mas também pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Suas histórias de vida se entrelaçam com a história dos assentamentos, onde construíram suas vidas e permanecem, apesar de todas as adversidades, como a escassez de água, por exemplo.

Seguindo esse pressuposto, ao questionarmos sobre a origem do sustento familiar, a maioria das participantes dos grupos focais afirmou que provém de diversas fontes, sendo a criação de gado para a venda de leite a predominante, conforme evidenciado em alguns depoimentos:

Do leite, né? Meu marido tira, aí ele também trabalha fora até hoje. Ele ficou um ano aqui mexendo no sítio, mas é muito complicado, né? Só o sítio é complicado. E aí, conseguiu o serviço na fazenda. Então é da fazenda e de tirar o leite (Entrevistada 16, Assentamento Jatobá)

Nós é, eu sou aposentada, meu esposo é aposentado. Mas ele ainda tira o leite, né? Então, é o sustento da família. (Entrevistada 12, Assentamento Jatobá)

Na minha casa é o leite (Entrevistada 03, Assentamento Corixinha)

A maioria dos moradores aqui vive do leite (Entrevistada 11, Assentamento Sapicuí)

Martins (2018) também destaca esse fato em sua dissertação de mestrado, afirmando que os assentamentos são influenciados pelos latifúndios circundantes, resultando na prevalência de pastagens, ocupando uma grande parte de sua área. Os assentados veem a criação de gado para a venda de leite como uma maneira mais acessível de capitalização, prática evidenciada pela presença de resfriadores de leite, indicando uma modernização no campo. Podemos interpretar que a produção camponesa é remodelada sob os moldes capitalistas, como ilustrado na Figura 07.



**Figura 07** – Resfriador de leite, no Assentamento Jatobá



**Fonte:** Autora, 2023.

As narrativas evidenciam que alguns assentados dependem da aposentadoria como fonte de renda, situação mais presente no Assentamento Jatobá, onde três assentadas mencionaram que tanto elas quanto seus esposos recebem esse benefício. Além disso, algumas famílias complementam suas rendas trabalhando em fazendas próximas aos assentamentos.

Além da renda proveniente da venda de leite, mencionaram também a criação de animais de pequeno porte, como aves e suínos. Quando a mediadora perguntou se os animais de pequeno porte eram criados para venda, algumas das assentadas responderam: “É para o consumo, e quando aparece quem quer comprar, eu vendo. E assim, vamos indo” (Entrevistada 14, Assentamento Jatobá). “Crio galinha, só para o consumo” (Entrevistada 15, Assentamento Jatobá).

Os animais de pequeno porte, como galináceos e suínos, também desempenham um papel complementar na renda principal. Essas atividades são típicas da agricultura familiar, destinadas ao consumo próprio, com o excedente voltado para a venda. A Figura 08 mostra alguns dos animais criados nas propriedades.

**Figura 08 – Criação de animais nos Assentamentos**



**Fonte:** Autora, 2023.

Algumas mulheres obtêm renda do funcionalismo público, principalmente devido à presença da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida. A maioria delas considera essa atividade como um complemento de renda, como evidenciado nos relatos das funcionárias públicas do Assentamento Sapicuá:

Meu marido continua funcionário da fazenda (risos), é um bom funcionário, já tem mais de 26 anos, continua funcionário da fazenda. Eu tenho sítio, também exploro meu sítio, né? Temos gado, vendemos, né? E do meu salário, de funcionária pública. Temos 3 rendas, temos a renda do sítio, renda do serviço dele e a minha (Entrevistada 10, Assentamento Sapicuá).

Lá em casa, lá é só a do, da exploração do sítio, mesmo com o gado, né? E meu salário (Entrevistada 11, Assentamento Sapicuá).

Só da escola mesmo, só um lote ali e uma casa (Entrevistada 06, Assentamento Sapicuá).



Grande parte do meu sustento vem da onde a gente mora. A gente tem horta, a gente tem criação porco. Né? A gente cria, cria gado. Tem roça. Tanto da alimentação, também (Entrevistada 07, Assentamento Sapicuá)

Meu marido, ele tem, a gente tem um gadinho, tem gado, daí tem porco, galinha. Ele trabalha assim, de motosserra. Agregado ao salário de professora (Entrevistada 09, Assentamento Sapicuá).

Meu marido, ele é pedreiro e nós não temos sítio e é a minha renda e a renda dele (Entrevistada 08, Assentamento Sapicuá).

A renda das mulheres dos assentamentos pesquisados tem diversas origens, e algumas delas se uniram em torno da Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (Arpep), no Assentamento Corixinha. Segundo Martins (2018), essa união fortalece os produtos da agricultura camponesa, especialmente os provenientes do trabalho das mulheres camponesas.

#### **4.2 O papel da mulher na criação dos assentamentos rurais**

Dentre as mulheres assentadas que participaram da pesquisa, duas delas estiveram envolvidas no processo de criação dos assentamentos rurais Jatobá e Corixinha. A Entrevistada 15, do Assentamento Jatobá, criado no ano de 1997, fez uma narrativa longa:

Sempre trabalhamos em fazendas. Aí, de lá. Nós trabalhamos lá no R..., aí quando nós mudemos, aí o Z..., meu irmão, chamou, nós pra mora lá no sítio. Aí nós fomos morar, ficamos uns tempo lá, uns anos lá. Aí depois, S... foi pra fazenda e nós fomos lá pra fazenda. Nós fomos lá pra fazenda na, na Iracema, né? Fomos pra lá, duremo parece que um ano lá. Aí nós mudemos, o homem da fazenda, deu um lote lá de Clarinópolis, deu, não vendeu, né? Porque a troca de serviço. Aí nós ficamos morando no Clarinópolis, lá. De lá, que nós mudemo pro assentamento. [...] Fiquei acampada sim, no acompanhamento. [...] Aí tinha umas casinha lá, né? Aí nós ficamos naquelas casinha, tinha bastante casinha, era tipo sede, né? Aí, esse, nós ficamos lá naquelas casa, lá. Até, esse, é cortar o lote. [...] Eu e a N... que fomos, né? Porque a N... que tava comigo, né? Aí a N... veio comigo, porque eu não queria vir sozinha, junto com as homaiada, né? Aí tava J..., compadre H..., tinha muita gente diferente. [...] Eles respeitava, tudo, respeitava. Aí os dias que eu fiquei lá sozinha lá, aí esse, eu cozinhava para eles. Porque o marido ainda estava na fazenda. Aí, cozinhava para eles. Demorou uns três anos pra dividir a terra. Depois que dividiu, daí esse, mandou limpar, né? Pra fazer barraco no sítio. Naquele tempo era barraco. A maior dificuldade era a água. A água, era uma água que ia da represa, ali do São Roque. Pegavam a água de caminhão pipa, um caminhão velho de pipa. Baldeava a água, abastecia

ele pra repartir a água pros assentado (Entrevistada 15, Assentamento Jatobá, 2023).

A fala retrata uma experiência pessoal dessa assentada, relacionada às atividades agrícolas e às mudanças dos locais de moradia, que pode ser a mesma realidade de muitas famílias brasileiras. Essa história é a trajetória de uma família que vivia e trabalhava em fazendas e, posteriormente, foi assentada.

A história compartilhada ilustra questões cruciais relacionadas à problemática agrária no Brasil. A menção frequente às mudanças de local de trabalho e residência sugere uma condição de instabilidade, comum para muitos trabalhadores rurais no país. Stédile (2012) argumenta que a verdadeira ignorância em relação à questão agrária em nosso país é resultado da subserviência colonial, que impediu o desenvolvimento de ideias, pesquisas e pensamentos nacionais por 400 anos.

Como resultado, a falta de moradia estável e a dependência de terceiros para obter um local para viver fazem parte da realidade de muitas famílias que não possuem acesso à terra e vivem em condições precárias. Adicionalmente, a narrativa discute a questão da distribuição de terras, destacando que o lote em Clarinópolis foi concedido em troca de serviços. Essa prática é frequente em áreas de conflito agrário, onde os trabalhadores rurais muitas vezes são compelidos a prestar serviços em troca do uso da terra, evidenciando a concentração de poder e a desigualdade nas relações entre os detentores das terras e os trabalhadores.

Ao analisar essa narrativa, concordamos com Silva e Binztok (s/a) ao afirmarem que a decisão dos camponeses de se juntarem à luta pela terra não foi algo casual, uma decisão mágica, mas a culminação de um processo de expropriação e exploração que durou toda a vida pelos quais os camponeses passaram. Mesmo após a posse da terra, as dificuldades continuaram, como o acesso à água, que é mencionado como um dos principais problemas enfrentados pelos assentados. A necessidade de buscar água em caminhões-pipa demonstra a falta de infraestrutura básica nesses locais onde o assentamento rural foi implantado, e a falta de garantia do direito à água potável, conforme previsto na Constituição Brasileira."

Sobre a falta de água, Martins (2018) observa que esse problema afeta todos os

assentamentos da fronteira. Se não for resolvido, impactará diretamente o futuro desses assentados, uma vez que a água é um recurso essencial tanto para a produção quanto para o consumo. Nos relatos, foi possível constatar que os próprios assentados investiram na tentativa de solucionar a problemática da água, perfurando poços artesianos em outros assentamentos e canalizando essa água para suas casas.

Em resumo, a fala evidencia as desigualdades e desafios enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, sobretudo no que se refere à falta de acesso à terra, à instabilidade de moradia e, quando assentados, à ausência de infraestrutura básica, como água. Esses aspectos ressaltam a urgência de políticas agrárias que garantam o direito à terra, o acesso a condições dignas de moradia e melhores padrões de vida para a população rural.

Em sua fala, ficou muito clara a importância do papel exercido por essa mulher dentro do acampamento. Revela uma dinâmica de gênero na qual a mulher é responsável por cuidar dos outros; neste caso, preparar a comida e zelar pelo bem-estar dos homens presentes. Isso reflete uma divisão do trabalho baseada em gênero, na qual as mulheres são socialmente esperadas a assumir responsabilidades domésticas e de cuidado, enquanto os homens podem se dedicar a outras atividades. Sobre esse tema, Birolì (2018, p. 25-26) argumenta que:

A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas.

Essa dinâmica é prejudicial do ponto de vista feminista, pois reforça estereótipos de gênero e coloca as mulheres em uma posição de subordinação. Ao assumir o papel de cozinheira, a mulher é relegada a uma posição de servidão aos homens, e sua participação é vista como um complemento às atividades masculinas, em vez de ser valorizada em pé de igualdade.

A partir da ótica do Feminismo Decolonial, Cunha e Casimiro (2019) refletem sobre o novo regime monetário estabelecido com a ascensão do capitalismo, no qual apenas a

produção voltada para o mercado é reconhecida como geradora de valor. Conseqüentemente, todas as outras práticas essenciais para sustentar a vida, desde a produção de alimentos e sua transformação em refeições até a manutenção de abrigos que garantem condições de existência, bem como os conhecimentos relacionados à cura e à preservação da harmonia social em níveis familiar ou comunitário, entre diversas outras responsabilidades desempenhadas, especialmente pelas mulheres, passam a ser subestimadas e desconsideradas como formas de trabalho.

As estruturas opressivas, historicamente, relegaram as mulheres a papéis específicos, frequentemente associados ao âmbito doméstico e ao cuidado não remunerado. Urge reconhecer e valorizar as diversas contribuições das mulheres em vários domínios, incluindo o conhecimento de cura, a preservação da harmonia social e outras atividades historicamente desconsideradas como trabalho.

A Entrevistada 05, do Assentamento Corixinha, que também esteve envolvida no processo de criação do Assentamento em 2001, compartilhou o seguinte relato conosco:

É, sou uma das fundadoras do assentamento, né? Meus pais trabalhavam para fazenda, né? Pro dono da fazenda e quando o INCRA comprou a propriedade, é o dono, conversou com o pessoal do INCRA para meu tio e minha mãe ter um pedaço de terra dentro da fazenda. E aí, minha mãe pegou a terra dela e meu tio pegou, e aí a gente... É, eu tinha 3 aninhos na época, quando minha mãe veio embora para fazenda, né? Trabalhar. Nasci em Mirassol, mas fiquei pouco tempo em Mirassol. A gente mudou para fazenda. [...] A caçula nasceu até lá na fazenda, né? É, e. Desde então, morei desde pequenininha lá. E aí, hoje minha mãe tem o lote dela, né? Moro com ela. E faço parte da associação de mulheres, no assentamento Corixinha, que a associação é ARPEP. [...] Assim a gente era feliz e não sabia, né? Que a gente morava, era coberto de lona com a casa era de pau a pique, piso, era de chão. Fogão a gás não existia, só fogão a lenha e aí a gente plantava mandioca, que era a renda que a gente tirava, era da mandioca que a gente plantava pra vender, né? E tirava o leite que a gente fazia o queijo, levava o leite para vender na Bolívia e tinha o bananal, que antes do pessoal começar a desmatar, minha mãe tinha uma roça muito grande de banana. Então isso aí era o nosso meio de sobrevivência. [...] Isso no início aí depois quando cada um pegou seu lote, umas pessoas continuou é, plantando. E outras já era mais bem de situação, foram formando, desmatando e formando pra passagem, né? (Entrevistada 05, Assentamento Corixinha, 2023).

Descreve sua experiência com orgulho, destacando que foi uma das fundadoras do Assentamento Corixinha. Mais uma vez, está presente o papel fundamental da mulher na questão agrária no Brasil. A narradora menciona que sua mãe e seu tio conseguiram

um pedaço de terra dentro da fazenda quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comprou a propriedade. A partir disso, tanto sua mãe quanto ela própria passaram a viver e trabalhar no assentamento, assumindo a responsabilidade pela produção e sustento da família.

A narradora destaca o trabalho árduo realizado por sua família, como o plantio de mandioca para venda e a produção de queijo a partir do leite das vacas. Além disso, menciona a existência de um bananal antes do desmatamento, que representava uma importante fonte de renda para a família.

Essa fala também evidencia a importância do trabalho das mulheres no campo, muitas vezes subestimado e invisibilizado. As mulheres não apenas contribuem para o sustento da família, mas também desempenham um papel fundamental na produção de alimentos e na geração de renda dentro da comunidade agrícola:

[...] as relações de gênero se delineiam de maneira distinta nos mais variados contextos e que a produção do espaço varia de acordo com a escala corporal de cada ser social, ou seja, uma mulher que vivencia os espaços urbanos não possui a mesma relação com o mundo que a mulher camponesa, por exemplo. Parece muito obvio identificar essa questão de contexto social, histórico e geográfico de mulheres mas, na maioria das vezes os próprios movimentos feministas tendem à universalização das experiências e, com isso, produzindo lacunas e ausências nos discursos, representações e análises (Morais, 2018, p.36)

A partir dessa ideia, é importante ressaltar que, historicamente, as mulheres rurais enfrentam desafios e dificuldades, como a falta de reconhecimento de seus direitos, acesso limitado a recursos e tecnologias agrícolas, além de questões de gênero e desigualdade social. No entanto, a narradora mostra que, apesar das condições precárias em que viviam, elas eram capazes de encontrar satisfação e sustento por meio de sua própria força de trabalho.

Essa história evidencia a resiliência e a importância do trabalho das mulheres no contexto agrário brasileiro, destacando a necessidade de valorizar e garantir seus direitos e o reconhecimento de suas contribuições para o desenvolvimento rural. Também se relaciona diretamente com a questão agrária no Brasil, pois revela a luta pela terra e a busca por uma vida melhor mediante a reforma agrária, Stédile (2012, p.61) diz que o

“desenvolvimento capitalista traz entranhada a monopolização da terra”.

O processo de assentamento foi alcançado por meio da luta, permitindo que famílias trabalhadoras obtivessem acesso a um pedaço de terra para garantir sua subsistência e autonomia. No entanto, há também referência ao desmatamento e à conversão de algumas áreas em pastagens, o que evidencia os desafios enfrentados pelos assentamentos e a necessidade de equilibrar a produção agrícola com a preservação ambiental.

As trajetórias e a construção da identidade das mulheres assentadas contêm uma variedade de histórias e experiências que moldam suas vidas no campo. Algumas delas migraram das áreas urbanas em busca de melhores condições de vida, enquanto outras nasceram e permaneceram no meio rural, enfrentando desafios e lutando pela terra como forma de resistência. Algumas estiveram envolvidas desde o início do processo de criação do assentamento; outras se juntaram posteriormente.

Foi possível desvendar não apenas a diversidade de origens e experiências das mulheres assentadas, mas também suas contínuas lutas pelo reconhecimento e valorização em um contexto frequentemente caracterizado por desigualdades e marginalização.

Ao encerrar este capítulo, nos deparamos com a complexidade das vidas dessas mulheres e com a importância de reconhecer suas histórias individuais e coletivas. Ao destacar suas lutas e resistências, reafirmamos o compromisso de promoção da justiça social e da igualdade de gênero no contexto rural. Participar dessas entrevistas nos incentiva a refletir sobre a importância de dar voz e visibilidade às experiências das mulheres assentadas, reconhecendo sua contribuição para a construção e a manutenção territorial dentro desses assentamentos.

## **5 O PAPEL DAS MULHERES EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO**

O presente capítulo tem como objetivo analisar o papel da mulher em relação à proteção do território dos assentamentos rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá, considerando suas contribuições e os desafios enfrentados no que diz respeito ao meio ambiente, cultura, moradia, trabalho, infraestrutura, educação e saúde pública.

Nesse sentido, torna-se valioso compreender o papel das mulheres nesse processo, uma vez que a população feminina desempenha um papel fundamental na gestão e na proteção do território.

### **5.1 Mulheres assentadas: meio ambiente e cultura**

Ao desenvolver esta pesquisa, percebemos que as mulheres assentadas desempenham um papel fundamental na preservação do meio ambiente e na promoção da cultura. São consideradas guardiãs do conhecimento ancestral, transmitindo de geração em geração práticas agrícolas sustentáveis, medicina tradicional, culinária típica e outras expressões culturais, o que fortalece a identidade dos assentamentos rurais e preserva suas raízes, contribuindo para a preservação da diversidade cultural.

Começamos, perguntando se elas conhecem alguma ação de preservação ao meio ambiente e se os problemas ambientais, preocupam-nas. Segue a fala da entrevistada do Assentamento Jatobá:

Eu não conheço pessoas assim, né? Mas nós, dentro da igreja. Nós já fizemos encontro e falava sobre o meio ambiente. Nós mesmo, já todo mundo ali, por exemplo, eu falo um pouco, aí ele fala outra, Maria, falava outra sobre o meio ambiente. A gente já conversou sobre isso aí. Se os pais vai, já levam os filhos nos encontro e ali discute sobre o meio ambiente. Não desmatar não... é saber como vai descartar o... né? O padre traz um livro, né? Que já fala sobre o meio ambiente. E aí a gente faz nas quarta-feira e aí já conversa ali, todo mundo ali, sobre o meio ambiente. Eu já discuti isso aí na comunidade nossa (Entrevistada 12, Assentamento Jatobá)

A fala da entrevistada revela seu engajamento em discutir questões ambientais dentro da igreja, enfatizando a participação ativa da comunidade em encontros sobre o assunto. Destaca a importância de sensibilizar os pais e levar seus filhos para que

também se engajem nessas discussões.

O relato não aborda especificamente o papel da mulher em relação ao meio ambiente, menciona algumas pessoas que falam sobre o assunto, mas não detalha se existe uma participação específica das mulheres nesses encontros. Não são abordadas questões de gênero e a possibilidade de as mulheres desempenharem um papel fundamental na proteção e preservação do meio ambiente. Embora a igreja possa ser um espaço para debater essa temática, é importante destacar que a inserção das mulheres nessa discussão é fundamental para trazer mais perspectivas e soluções para os desafios ambientais.

As mulheres precisam ser incluídas na discussão e ações relacionadas à preservação do meio ambiente, bem como a necessidade de garantir sua participação igualitária e empoderamento em questões ambientais. Isso pode envolver o reconhecimento e valorização de suas práticas, experiências e perspectivas únicas, além de abrir espaço para sua liderança e contribuições a soluções sustentáveis. As entrevistadas abordaram sobre as queimadas e desmatamento:

Fazia muita queimada de pasto, hoje não faz mais. Coivara, que eles faziam. Nem derrubada da mata, não faz (Entrevistada 07, Assentamento Sapicuá)

Eu acho que a questão da queimada, quando começou a ficar muito seco ultimamente... as pessoas têm muito, bastante consciência, né? Pra ter, pra não que não pode sequer queimar lixo, porque pode voar enquanto a questão ambiental. Mas quando a questão ambiental, né? Cada sítio é obrigatório, ter uma reserva legal, né? Porque a reserva legal, ela não é comunitário, porque tem assentamentos que a reserva, é comunitária. Nos 5 assentamentos, nosso da região, é individual. Cada sítio tem que ter sua reserva e agora com o CAR, teve todo esse processo é, vai, já foi orientado as pessoas, como essas têm, têm sítios que na real, realmente não tem a reserva ambiental. Por quê? Porque era uma área limpa da fazenda, então aí tem toda essa questão, todo esse estudo do INCRA. Mas isso aí é uma questão que tem fiscalização ambiental, devido à reserva legal, do sítio (Entrevistada 10, Assentamento Sapicuá)

Não tem nenhum projeto pra preservar o meio ambiente. Eu não conheço, não conheço nenhum [...] A gente tem medo, né? De acontecer alguma coisa. É, de acabar com a floresta, com as árvores. Porque acho as árvores é que nós respiramos, né? Então não pode se acabar. O meu sítio é um dos únicos que tem árvores. É nove, tem nove alqueires, porque foi desmatado só três alqueires. Tem onça, cobrinha. Tem sim, oncinha sempre pegava bezerro do vizinho lá (Entrevistada 15, Assentamento Jatobá)



É perceptível a falta de projetos voltados para a preservação do meio ambiente nos assentamentos rurais. As duas primeiras expressam uma mudança positiva de comportamento em relação à prática de queimadas de pasto e ao desmatamento: [...] “fazia muita queimada de pasto, hoje não faz mais”. Essa mudança é importante, pois tanto as queimadas de pasto quanto o desmatamento têm sérias consequências ambientais.

A fala da Entrevistada 10, do Assentamento Sapicuá, destaca a obrigatoriedade de cada sítio de ter uma reserva legal, mencionando o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais do Brasil, criado pela Lei nº 12.651/2012, conhecida como Novo Código Florestal. Seu objetivo é integrar as informações ambientais das propriedades rurais. Laudares, Silva e Borges (2014, p. 117) afirmam que “o CAR surge como uma possibilidade de fomento para a formação de corredores ecológicos e para a conservação dos demais recursos naturais, o que contribui para a melhoria da qualidade ambiental”.

Em resumo, o Cadastro Ambiental Rural desempenha um papel crucial à preservação do meio ambiente, fornecendo conhecimentos e instrumentos para a adequada gestão e planejamento do uso das terras rurais, de forma sustentável e em conformidade com a legislação ambiental vigente. Essa medida pode ter contribuído para a diminuição das queimadas e do desmatamento nesses assentamentos rurais.

As mulheres extrativistas do Assentamento Corixinha talvez não tenham plena consciência, mas contribuem significativamente para a preservação do meio ambiente:

Projeto não. A gente já teve várias palestras, pessoal da Fase e do Sindicato, né? Mas nunca teve andamento, né? Por que as pessoas não se empenha, para a gente ter uma conscientização para não poder acabar com a natureza, né? Talvez nós que trabalhamos aqui na cozinha, a gente tem um olhar diferente. Mas projeto essas coisas, não. A gente teve é... reunião, é... a FASE o sindicato vir e falar os benefício, né? Que tem a natureza pra gente, não desmatar, não fazer queimada. Mas é difícil. É só isso aí que eu sei [...] É, vocês previne ele lá dentro da propriedade de vocês, têm um olhar diferenciado para ele, porque dali que vocês tiram uma vez por ano, a renda de lá, né? Então acho que todas, né? Tem essa conscientização. Cada uma, acho que se previne, né? Por que tipo assim, tem uma conscientização. Por exemplo, aqui o pequi, todas elas, todos nós, né? Da associação, nós tiramos uma rendinha do pequi. Não tipo assim, talvez diretamente, é nós como mãe, mas nossos filho tira uma renda comprar um celular, comprar um sapato, na época do pequi, né? E bastante, que é, é não é pouco. Então acho que nós previne dentro da nossa comunidade, é prevenindo nossos

pés de pequi. Aqui não tem muito cumbaru, né? Mas de agora em diante que a gente começou a trabalhar, a gente já tá até um... Por exemplo, lá no meu sítio, eu já não rocei mais, os pés de cumbaru. Estou deixando, porque eu sei que eu vou tirar um dinheiro depois dali, né? Que aí não precisa de eu comprar farinha para gente trabalhar, porque aqui a gente não, ainda não trabalha com cumbaru, pra fazer o processo dele, né? Mas daqui mais uns 3 ou 4 anos eu quero trabalhar com isso. Porque na região nossa é pouca, né? Cumbaru. Mas eu acho que é, acho que todas aqui, previne pelo menos o pequi. [...] Aí tinha um buraco que a gente jogava os pequi que cada uma trazia, da, cada um da sua propriedade que a gente reunia para coletar. A gente chegava aqui, limpava eles e os que não, a gente via que não prestava, jogava dentro do buraco e aí acabou, que nasceu esse pé de pequi. E aí a gente é deixou ele aí, né, pra ser um símbolo da cozinha, né? De trabalhar o pequi. Lá na minha horta mesmo eu e a Renata. Na época, nós, catava o pequi, é individual pra gente, coloca aqui na cozinha. A gente jogou um monte de pequi dentro dos canteiros, podre lá e nasceu dois pé de pequi, dentro da minha horta está lá. No meu sítio, só tem... no sítio da minha mãe, só tem dois pé de pequi, agora tem quatro, dois dentro da horta e dois dentro do pasto. Mas lá já no outro meu sítio, de lá é só pequi, só tem pequi lá naquela, no outro sítio (Entrevistada 05, Assentamento Corixinha).

A assentada valoriza a realização de várias palestras e reuniões sobre a importância da preservação da natureza, mas lamenta a falta de um projeto concreto ou avanços reais, devido à falta de engajamento das pessoas nessa causa. Talvez por trabalhar na cozinha da associação, cujo propósito, segundo Mendes, Neves, Neves, Rodrigues (2013), é reunir as famílias de agricultoras extrativistas para promover o desenvolvimento econômico e social, além de preservar o meio ambiente, isso lhe proporciona uma perspectiva diferente sobre a importância da natureza.

Também reconhece que é desafiador sensibilizar para evitar o desmatamento ou as queimadas, mas destaca que na comunidade existe uma consciência de prevenção e conservação, especialmente em relação ao *pequi*, que gera renda para a comunidade. Elas demonstram um cuidado especial com as árvores que produzem essa fruta. Um exemplo desse cuidado é o pé de pequi que cresceu a partir do plantio de sementes do fruto, tornando-se um símbolo da cozinha e do trabalho delas com o fruto (Figura 09).

**Figura 09** – Em frente da casa, o pé de pequi, símbolo da cozinha da Associação



**Fonte:** Autora, 2023.

Tendo consciência da preservação ambiental, reconhece o valor econômico que o pequi traz para a comunidade, demonstrando uma atitude proativa de prevenção e conservação ao cuidar das árvores de pequi em sua propriedade. Sua fala como mulher extrativista revela que, apesar das palestras e reuniões com representantes da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pouco é feito para realmente engajar as pessoas nessa causa. Destaca a importância de evitar o desmatamento e as queimadas, ressaltando que as mulheres que trabalham na cozinha possuem uma perspectiva diferente, pois obtêm sua renda anual da natureza, através da extração do pequi, sem precisar derrubar as árvores. A Figura 10 mostra o fruto de pequi exposto aos alunos da Escola Estadual João Sato do

município de Araputanga, durante uma atividade com as mulheres extrativistas.

Foi relevante a atuação da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), assim como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Assentamento Corixinha, em apoio às mulheres, por meio de representantes que fornecem o suporte necessário, especialmente importante no transporte dos produtos para a venda na zona urbana de Cáceres, MT.

**Figura 10 – Fruto do Pequi**



**Fonte:** Autora (2023).

A Entrevistada 5, assumindo um papel de liderança, expressa enfaticamente para a pesquisadora e para as demais participantes do grupo focal a importância da conscientização, sensibilização e prevenção por parte de todos. Ressalta que a natureza proporciona benefícios, como a renda obtida a partir do fruto do pequi e destaca que tanto as mães associadas quanto os filhos se beneficiam indiretamente dessa renda com a venda dessa fruta. Essa consciência leva-as a alertar a comunidade sobre a necessidade de adotar medidas para preservar os pés de pequi e não cortar as árvores de cumbaru, planejando utilizar essa fonte de renda no futuro.

A Figura 11 mostra uma das associadas vestindo uma camiseta com a inscrição



*Sem feminismo não há agroecologia*, criada durante o III ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) em 2015, demonstrando o compromisso dessas mulheres em integrar práticas de respeito ao meio ambiente no cultivo de alimentos, além de resistir ao modelo neoliberal e à cultura machista.

**Figura 11 – Associada vestida com a camiseta “Sem Feminismo não há Agroecologia”**



**Fonte:** Autora (2023).

Está clara a preocupação com a falta de ação e progresso em projetos de sensibilização ambiental. Apesar de reconhecer a importância de preservar a natureza e aproveitar seus recursos de maneira sustentável, a Entrevistada 5 percebe a dificuldade em implementar mudanças efetivas. Sua própria experiência e ações indicam uma consciência individual e coletiva da importância da preservação, especialmente em relação ao pequi, uma fonte de renda para a comunidade. A fala também evidencia a falta de valorização de outras espécies, como o cumbaru, com o qual as associadas pretendem trabalhar no futuro.

Com relação às manifestações culturais nos assentamentos, é incontestável que quando as famílias são estabelecidas, trazem consigo sua própria cultura. Como argumenta Tuan (1974), quem chega a um ambiente novo o percebe de acordo com a cor das lentes de sua experiência passada. Sobre cultura, seu significado é amplo, com inúmeras definições e uma gama de aspectos abordados. Segundo Sousa Filho (1999), cultura pode ser entendida como o complexo corpo de regras, símbolos, mitos e modos de ser que compõem a vida de um indivíduo. Da mesma forma, Cunha (2019) argumenta que as culturas não permanecem estáticas ou imutáveis, e, por conseguinte, as identidades também não são fixas e inflexíveis.

A diversidade cultural resulta da interação do homem com o meio ambiente, sendo produto da criatividade e das habilidades comunicativas do indivíduo. Além disso, é importante reconhecer que a produção cultural dentro desses assentamentos pode ser usada como uma estratégia para fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade com o lugar, como percebemos na fala da assentada (12) do Jatobá:

Lá em casa nós fizemos, uns 7 anos ou mais, a festa. A povo... mas a bebida era vendida, mas os comes e bebes, assim a comida e essas coisa assim, os bolinhos que nós fazia, era tudo de graça para dividir pros pessoal, né? Eu só tirei o baile, o baile não tem mais. Nem a bebida pra vender, né? Mas a reza, nós continua. No dia nós reza o terço, dia de São João. Dos que chegou, dos primeiro, chegou a participar. E o tradicional, é o chá de amendoim. Que nós faz o chá e distribui com biscoitinho pro pessoal. Seu pai que que fez o forno, né? Tanto o meu como de dona M...É herança do senhor S..., porque ele fez os forno, que aí assava frango na época, leitoa, carne. A gente assava para servir, né? No começo, depois, aí passou a fazer a churrasqueira, né? Nós começou assim, porque aqui não tinha tradição. Aí nós começou fazer, aí nós fizemos uns sete anos. Aí continua, só o terço agora. Tiremos baile porque nós não vai mexer mais com festa, mas vai só reza o terço entre a comunidade só, também. Aí depois, agora... veio a pandemia, né? Aí nós parou. Não vai mexer mais com a festa. Aí, mas o terço entra com o pessoal daqui mesmo, nossa turminha. Nós reúne em casa o terço (Entrevistada 12, Assentamento Jatobá)

A entrevistada descreve uma tradição cultural, a festa de São João realizada em sua casa. Ela e sua família costumavam promover uma celebração que incluía comida e bebida. Ao longo dos anos, deixaram de realizar bailes e de vender bebidas, mas mantiveram a tradição de rezar o terço no dia de São João. Outra tradição descrita por ela é o chá de amendoim, acompanhado de biscoitos, que é distribuído entre os

participantes da festa. O chá de amendoim é uma bebida típica das festas juninas.

Arruda (1999) ressalta que, no modelo de “cultura rústica”, as famílias são as unidades centrais de produção e consumo, interligadas por meio de relações de ajuda fundamentadas na reciprocidade. Essas relações constituem o tecido social do meio rural, manifestando-se em práticas como o “mutirão” e festas religiosas, que fortalecem os laços comunitários e a solidariedade entre os moradores. Podemos destacar em seu relato a importância das relações de ajuda, como evidenciado quando ela menciona seu vizinho, que é pai da pesquisadora, construindo o forno de barro. Isso ressalta a relevância desses laços de colaboração e cooperação dentro da comunidade, como ilustrado na Figura 12.

Figura 12 – Forno de barro



**Fonte:** Autora (2023).

Menciona que, devido à pandemia, decidiram interromper a festa, mas ainda mantêm a tradição de rezar o terço com seu grupo. Essa observação ressalta o enfoque cultural em sua narrativa, destacando as tradições e rituais praticados em sua comunidade, preservando elementos como comida, bebida e as rezas católicas.

A presença da religiosidade católica é bastante marcante no território desses

assentamentos, evidenciada pelas tradicionais Festas de Santo:

Lá na Corixa, lá tem as famílias que fazem todo ano, a de Nossa Senhora Aparecida. Lá eles são bem ativos nessas questões de festa de Santos, São João, São Pedro, Nossa Senhora, é tem Santo que eles fazem, que a gente nem sabe que tem aquele Santo. [...] Agora, a questão cultural mesmo é a festa da dona T..., lá que é tradicional, né? São João que é uma, é ela, traz essa cultura ali, faz muitos anos desde quando eles tiveram dentro do assentamento. Lá, eles teve época que eles fazia até aquele negócio de passar na brasa, né? No Corixa tem também na festa. Acho que depende da fé para passar e não queimar... Ele tem, aí eles fazem a reza, né? É lá era também, eles têm essa questão do do, do, do, do, da, da... nas questões do, dos pratos típicos, né? Que era o biscoitinho de araruta, quentão, o chá de amendoim que é uma delícia que a dona, a dona T..., faz, a dona M... também (Entrevistada 11, Assentamento Sapicuá)

A narrativa retrata a importância das festas religiosas na comunidade de Corixa, onde as famílias são ativas na organização das celebrações em homenagem aos santos, como Nossa Senhora de Aparecida, São João e São Pedro. Percebe-se uma conexão entre os assentamentos e essa comunidade, que está localizada na fronteira entre Brasil e Bolívia. Além disso, a tradição cultural dentro dos assentamentos é evidenciada pela celebração da festa de São João, praticada por uma moradora do Assentamento Jatobá, que vem sendo realizada há alguns anos.

A referência ao costume de passar na brasa durante a festa indica a preservação de rituais antigos, influenciados pela fé e tradições ancestrais, os quais, segundo elas, testam a fé dos religiosos. A reza também faz parte dessas práticas religiosas, reforçando a importância da espiritualidade na cultura da comunidade. Além disso, a fala menciona os pratos típicos associados às festas, como biscoitinho de araruta, quentão e chá de amendoim. Esses alimentos tradicionais representam uma parte significativa da cultura trazida por essas famílias de seus lugares de origem.

Para Jurcevitz (2005), as festas populares são vistas como uma manifestação cultural que revela crenças e modos de vida marcados pelo tempo, constituindo uma identidade coletiva. Portanto, as celebrações religiosas podem fortalecer um espírito cansado e sobrecarregado pelas ansiedades cotidianas, permitindo que as pessoas se sintam mais à vontade e vivam momentos de menor tensão durante as festividades.

No geral, percebemos uma forte conexão entre religião, tradição e culinária nos



assentamentos rurais estudados. A participação ativa das famílias nas festas religiosas e a preservação de rituais antigos demonstram a importância da cultura na vida cotidiana dos moradores. Essas práticas comunitárias contribuem significativamente para fortalecer as referências culturais dos assentamentos rurais pesquisados. Ao discorrer sobre festas culturais, compreendemos os diversos saberes acumulados e a resistência cultural das comunidades, que se mantêm através de suas práticas simbolizadas na alimentação, na arte, na música, na dança e em outras manifestações culturais.

Nesse outro relato, a assentada também menciona as festas de santo e evidencia a importância dos saberes ancestrais de uma parteira no território do assentamento:

Não, festa quem faz, só o R..., que faz Santa Luzia todo ano. Faz uma reza e faz uma janta para as criança? Aí, parteira, tem a dona L..., né? Que é a mulher do seu S... também, que são um dos fundador daqui do assentamento, que também era funcionário da fazenda, né? Que pegaram uma Terra aqui, a mulher dele é parteira. Eu mesmo, meus 2 filhos, quem me deu um toque pra ver se eu ia ter normal, foi ela. D... e L... E..., só a E..., que não teve esse ar da graça. Mas ela, nos meus dois filhos, ela, porque eu queria ganhar em casa, né? Aí, como ela me deu o toque, falou que eu, que eu não conseguiria ter normal que eu poderia ir para a cidade para fazer uma cesariana. Aí ela bem dizer aqui na comunidade, ela ajuda bastante meninas que tem seus filhos em casa. (Entrevistada 05, Assentamento Corixinha)

Nessa narrativa, além das festas de santo na comunidade, a entrevistada faz referência, à presença de uma parteira no Assentamento Corixinha, destacando a habilidade da mulher em realizar partos em casa. A narradora também compartilha sua experiência pessoal ao mencionar que uma parteira da comunidade deu conselhos sobre seu parto e a ajudou a decidir entre um parto normal ou uma cesariana. Ela ressalta a confiança que tem na parteira e destaca a importância do trabalho dela, ajudando outras jovens mulheres a darem à luz em casa. Essa tradição é de suma importância, especialmente nos dias atuais, pois observamos um descaso quanto aos conhecimentos tradicionais e aos saberes ancestrais em nossa sociedade. Com a crescente ênfase nos avanços tecnológicos e científicos, frequentemente negligenciamos o valioso legado deixado por nossos antepassados.

Fruto do colonialismo, um grande número de comunidades nativas foi destruído, resultando na expulsão dos povos originários de suas terras. Galeano (2008) argumenta

que esse “desencontro” cultural foi motivado pelo ambicioso objetivo de erradicar os costumes das populações nativas, impondo crenças alienígenas e demonizando sua própria cultura. É fundamental enfatizar os conhecimentos tradicionais, que são frutos de uma longa trajetória de experiências e aprendizados acumulados pelo nosso povo, ao longo de gerações e a urgência em discutir sobre decolonialismo, tanto dentro da academia, como fora dela. Para Santos (2013), é uma abordagem crítica que visa decolonizar o conhecimento e reconhecer as formas de conhecimento marginalizadas pelo eurocentrismo.

Tendo como uma das finalidades primeiras a perpetuação dos saberes tradicionais, o trabalho coordenado pela Professora Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira na *Mostra Científica e Olimpíada Nacional de Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas*<sup>1</sup> envolve professores da Educação Básica. No município de Cáceres, alunos desenvolveram e apresentaram trabalhos sobre conhecimentos tradicionais e alguns deles foram selecionados como Bolsistas de Iniciação Científica Júnior pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Essa integração entre academia e escolas de Educação Básica é de grande importância.

É fundamental que reconheçamos e valorizemos os conhecimentos tradicionais e os saberes ancestrais. Devemos promover ativamente sua transmissão para as novas gerações, a fim de evitar a perda desses saberes, afirmação destacada pela Entrevistada 15 do Assentamento Jatobá, que mencionou que o assentamento já teve duas benzedeadas, mas uma se mudou e outra faleceu sem transmitir seu conhecimento para seus descendentes.

Cunha e Casimiro (2019) destacam que esses saberes coexistem e devem ser reconhecidos como legítimos e relevantes na reflexão e implementação dos processos de emancipação. Em suma, o declínio dos conhecimentos tradicionais e saberes

---

<sup>1</sup> Esse projeto é desenvolvido junto ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e busca compartilhar o conhecimento científico e cultural gerado por comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, utilizando abordagens interativas. A autora da dissertação também atua nesse projeto, que tem como objetivo, a integração dos pilares de Ensino, Pesquisa e Extensão, estimulando o interesse de crianças, adolescentes, jovens e professores pela ciência, dando início ao conhecimento científico aos estudantes ainda na Educação Básica. Além disso, promove a divulgação da produção científica e cultural de escolas públicas e privadas, à comunidade, há também uma integração dos níveis de Educação Básica e Ensino Superior.

ancestrais representa uma perda significativa para a comunidade. É crucial reconhecer a importância desses saberes, valorizá-los e resgatá-los, a fim de construir um futuro inclusivo e conectado com nossa história e identidade cultural.

## **5.2. O acesso das mulheres à moradia e à infraestrutura**

No decorrer desta pesquisa, observamos que as mulheres, desde sempre, enfrentam uma série de desigualdades em diversos aspectos da vida, incluindo o acesso à moradia, à infraestrutura e à valorização do trabalho. Doravante, apresentaremos os relatos das mulheres sobre esse assunto e como elas lutam diariamente para superar as barreiras sociais, políticas e econômicas que as impedem, bem como podem impedir a comunidade de desfrutar plenamente desses direitos fundamentais.

Na sequência, alguns dos relatos das assentadas, abordando a questão da moradia e da infraestrutura nos assentamentos:

Hoje a gente tem as nossas casas de material, né? Não é aquela casa boa, né? Porque na época foi um material de terceira, que eles levou. Hoje está com algumas rachaduras, algumas casas, a minha, principalmente. É? Tem é. É 2 quarto banheiro, sala, cozinha, tudo isso, uma varanda. Hoje, a estrutura da casa é boa, não é barraco mais. É, as estradas tem estrada no assentamento todo. Hoje não está boa por causa da chuva, né? Então tá cheia de buraco. E energia, quando saiu a moradia da, das casa já logo em seguida já saiu a “Luz para Todos” para nós. Então todas as casa tem energia. E hoje, assim, a estrutura é muito boa pra gente morar, né? Que tem uma segurança mais do que um barraco, você pode trancar a porta. Antes, você, o que era a casa de barraco, você não tinha segurança nenhuma (Entrevistada 05, Assentamento Corixinha)

A entrevistada descreve a situação das moradias no Assentamento Corixinha, mencionando que as casas foram construídas com material de baixa qualidade, resultando em rachaduras ao longo do tempo. Ela revela que a estrutura atual é considerada boa, oferecendo segurança, pois agora é possível trancar a porta, o que não era viável quando viviam em barracos.

Quanto à infraestrutura, há estradas no assentamento, mas estão cheias de buracos devido à chuva. Durante nossa chegada, pudemos observar essa situação. Todas as casas no assentamento têm acesso à energia elétrica, graças à iniciativa do “Luz para Todos”, uma política pública federal coordenada pelo Ministério de Minas e

Energia. É operacionalizada com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras e suas empresas) conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.873 do governo federal, conhecido como *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos* (Brasil, 2005). Trata-se de um programa de extrema importância para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, com objetivo levar energia elétrica para todas as regiões do país, especialmente para áreas rurais, desempenhando um papel crucial na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais brasileiras.

Embora tenham ocorrido melhorias nas condições das moradias, ainda persistem problemas a serem sanados, como as rachaduras nas casas e a necessidade de melhorias nas estradas, especialmente durante o período chuvoso. Portanto, existem desafios a serem superados para assegurar uma infraestrutura adequada nesse assentamento. Na sequência, os relatos de moradoras do Assentamento Jatobá sobre as condições de moradia: inicialmente as casas eram de palha, mas, com apoio do governo, foram refeitas com material mais resistente:

A estrada tá boa, mas tem bastante buraco, com essa chuva, vai fazendo buraco. Tem Pedra. [...] A água de poço, né? De poço, de longe. Paguemo pra furar o poço, todo mundo pagou. Aí foi desmembrado o lugar do poço (Entrevistada 15, Assentamento Jatobá)

Quando nós entramos aqui, era casa de palha, rancho né? De palha, a minha casa. Aí o governo deu, né? Durou parece que uns 10 anos para o governo dar essa casa. Depois que nós entramos, durou uns 10 anos, que deu o material, né? Pra nós fazer a casa. Tem a energia elétrica, água, né? Esse que já falei, que vem 6 km, mas tem, né? Graças a Deus, desde 2010. Energia também tem, a estrada aqui nossa até é boa porque fica na beira do asfalto, não fica longe (Entrevistada 16, Assentamento Jatobá)

A casa, no assentamento, já, já no começo eu morei, sim. Que não, não era de alvenaria, porque era recente. Depois que foi construída a casinha, né? E na chácara também não era. Eu, depois que eu vim morar. De madeira, na fazenda também morei de madeira, em uma das fazendas. Depois que eu fui morar em casa de alvenaria. A estrada agora, eu acho que tá bem. E para mim, que às vezes bem na beira do asfalto, né? Pra mim é bem acessível, tanto transporte e tudo. Tipo eu não lido diretamente, quando é mais pro fundo, né? (Entrevistada 17, Assentamento Jatobá)

A entrevistada 15 conta que há muitos buracos nas estradas devido à chuva, pela

falta de manutenção adequada. Martins (2018), em sua dissertação, já alerta sobre a necessidade constante de conservação nas estradas vicinais, também conhecidas como *linhões*, devido à sua topografia plana, que frequentemente apresenta declives acentuados.

Mais uma vez, mencionam a falta de água no assentamento, e a existência de um poço de água em outro, que abastece suas casas e foi perfurado mediante pagamento pelos moradores. Essa informação destaca que o fornecimento de água potável continua sendo um desafio no assentamento onde ela reside.

Sobre as moradias, a entrevistada 16 relata que, quando ela começou a morar no assentamento, as casas eram de palha e que, após cerca de 10 anos, o governo forneceu materiais para a construção de casas de alvenaria – a maioria das casas foi construída por meio de programas federais, embora houvesse também aqueles que construíram com recursos próprios. Diz que há energia elétrica e água disponíveis, embora seja proveniente de uma fonte localizada a 6 km de distância. Apesar das agruras, a entrevistada expressa gratidão por essas melhorias e destaca que mora próximo ao asfalto, o que facilita o acesso à cidade.

A Entrevistada 17 relata que morou inicialmente em casas de madeira, posteriormente substituídas pelas de alvenaria. Ela considera que a estrada atualmente está em boas condições e acredita que é acessível, principalmente por estar próxima ao asfalto, o que facilita o transporte. No entanto, menciona que não frequenta as áreas mais afastadas do assentamento, portanto, não sabe as condições das estradas do interior.

Os relatos somam-se, confirmando melhorias e desafios em relação às estradas e infraestrutura nos assentamentos. Embora tenham sido mencionadas algumas benfeitorias, como a construção de casas de alvenaria e a disponibilidade de energia elétrica, ainda persistem problemas, como a falta de manutenção das estradas e a necessidade de buscar água em distâncias consideráveis. Mais uma vez transparece a lacuna de políticas públicas e investimentos contínuos para melhorar a infraestrutura dos assentamentos e garantir o bem-estar dos moradores:

Agora as moradias são todas agora de alvenaria, mas antigamente era... Era de lona mesmo, era bem precária mesmo. [...] Veio o dinheiro pra reforma, né? Que o governo dá e veio também para alimentação, aí fazer aquelas compras. Todas

as casa é de material, agora. Tem umas que está até chique demais, não é R...? Risos... Tem mais, tem uns 10 anos mais ou menos, uns 10 anos (Entrevistada 06, Assentamento Sapicuá)

Aqui na, na região dos assentamentos, todas as casas são de alvenaria, passaram por reformas junto ao Incra, né? Porque foi doado, a questão da construção. Então, praticamente é... as casas são do mesmo no mesmo estilo, padrão, né? Um que foi a questão dos materiais, aquelas famílias que têm maior recurso financeiro ampliaram a casa, colocaram blindex, já mudaram, já colocaram... já mudou bastante, então isso, mas todos moram, tem como base, é com... quarto, 2 quartos, sala e cozinha e um banheiro, né? Que foi a base do Incra (Entrevistada 06, Assentamento Sapicuá)

A primeira entrevistada conta que, no início, as moradias eram de lona – condições precárias de habitação. O governo, porém, forneceu recursos, possibilitando a construção de moradias de alvenaria. Ela observa que algumas casas estão até “chiques demais”, indicando melhorias no padrão de construção, ocorridas cerca de 10 anos atrás.

A Entrevistada 6 destaca que as casas nos assentamentos são de alvenaria, resultado de reformas realizadas pelo governo federal (INCRA) e seguem um padrão. Algumas famílias, com melhor condição financeira, conseguiram ampliá-las, adicionando características como “Blindex”, referindo-se a uma marca de vidro temperado (Figura 13).

**Figura 13 – Casa com janela de vidro temperado**



**Fonte:** Autora (2023).

Menciona que todas as casas possuem um ou dois quartos, sala, cozinha e banheiro, conforme as diretrizes estabelecidas pelo INCRA, a configuração de casa padrão (Figura 14).

**Figura 14 – Casa padrão do Incra**



**Fonte:** Autora (2023).

As narrativas indicam uma melhora nas condições de habitação nos assentamentos, fruto das reformas promovidas pelo governo, possibilitando a construção de casas de alvenaria. No entanto, a segunda entrevistada destaca que a melhoria nas casas nem sempre é igual para todas as famílias, visto que algumas conseguem investir mais recursos em suas moradias. Além disso, evidenciam uma padronização nas casas, tanto em relação ao estilo de construção quanto à distribuição dos cômodos, sugerindo que há diretrizes estabelecidas pelo INCRA para a construção das moradias nos assentamentos.

No geral, as entrevistadas demonstram uma percepção positiva sobre as mudanças na moradia nos assentamentos, mas também destacam desigualdades na

melhoria das casas, ressaltando a influência do nível de recursos financeiros das famílias nesse processo.

### 5.3. Mulheres e a valorização do trabalho

No decorrer da pesquisa e dos relatos, ficou muito claro que as mulheres nos assentamentos rurais enfrentam desafios específicos, como a dupla jornada de trabalho, pois, além de manter a produção agrícola, também são responsáveis pelas tarefas domésticas, cuidado dos filhos e algumas ainda trabalham fora. Acerca disso, Birolí (2018) defende que os efeitos desse tipo de exploração não param nos limites da casa. As “obrigações familiares” restringem e moldam o emprego das mulheres fora de casa, ao mesmo tempo em que justificam uma maior exploração capitalista de seu trabalho assalariado.

Apesar da sobrecarga de trabalho enfrentada, muitas mulheres são subestimadas. Com o intuito de coletar informações sobre o reconhecimento do trabalho que desempenham nos assentamentos, perguntamos se se sentem valorizadas pela comunidade e pelo Estado em relação às suas atividades. A entrevistada 14 compartilhou o seguinte relato:

E aqui é mexo com galinha, ovo, faço meus crochê. Para vender. Essas coisas para vender, para ajudar a complementar a renda, né? Que é pouco. (...) A gente queria ter esse valor, mas realmente a gente não tem. As pessoas não valoriza, porque você vai, mata uma galinha, aí é 7 meses pra você chegar um frango, pra você comer. Você vai vender 50 real, pessoa olha pra sua cara e fala não, mas tá caro. Se você fizer, por tanto, eu fico. Você não vai fazer, porque eu prefiro comer que eu vender de graça também, porque o preço que está o milho, né? Todo trabalho que tem e vender aí 1 frango aí por, por, por 30, real, 40, real, não tem condições. Não tem essa valorização, porque você vai lá na feira, comprar lá é 60, 65, um trem que você não sabe nem que jeito foi limpo lá, que jeito foi matado. O povo não dá valor nos trens da gente aqui. É igual o queijo, eu fazia queijo, parei por que? Por causa do preço, povo não quer pagar o que vale? Para Cuiabá, quando você manda para Cuiabá, lá é 40 real, 50, real um queijo. Agora aqui, você vai vender por 25, 30 povo acha caro. Paga o leite, aí um absurdo, porque vai 8 litros de leite, fazer um queijo bom. Aí você põe o leite, soma o leite, 8 litros a 4 real, dá 36, aí vem o sal, vem o coalho e você vai vender a 25? Não tem condições (Entrevistada 14, Assentamento Jatobá)

Ao analisar o discurso da entrevistada, é evidente a ausência de reconhecimento pelo trabalho desempenhado pela mulher em sua propriedade, onde se dedica à criação



de aves e à produção de queijo para venda. Ela menciona realizar essas atividades como forma de complementar a renda, porém destaca a falta de valorização por parte da comunidade, que não reconhece o tempo e o esforço demandados para criar os animais até que estejam prontos para o consumo.

Além disso, relata que, ao tentar comercializar seus produtos, as pessoas questionam os preços e consideram-nos elevados, sem levarem em conta os custos envolvidos na produção. Como exemplo, menciona o queijo, cujo valor de venda em Cuiabá é significativamente mais alto do que em seu território, mesmo mantendo o mesmo padrão de qualidade. Isso evidencia a subvalorização do trabalho da mulher, que não consegue obter uma remuneração justa pelo seu árduo esforço. A entrevistada ainda acrescenta que optou por interromper a produção de queijo devido à relutância das pessoas em pagar o preço justo pelo produto. Ela ressalta que o custo de produção, incluindo o valor do leite, não é compensado pela venda do queijo a um preço mais baixo, tornando essa atividade economicamente inviável.

Essa revelação evidencia a falta de valorização do trabalho feminino e o impacto negativo na renda familiar. Ela enfrenta dificuldades em obter um retorno justo por suas atividades, o que acaba desencorajando seu empreendedorismo e limitando suas possibilidades de ganho. Sobre isso, Biroli (2018), diz que o sistema patriarcal foi caracterizado pela exclusão da mulher e pela autoridade direta do homem sobre a mulher, exercida por meio de sua função de marido ou pai. Dessa forma, por trás dessa desvalorização do trabalho, está a estrutura patriarcal que limita as oportunidades para as mulheres, negando-lhes acesso à educação, autonomia e participação em decisões importantes. Sua contribuição para a sociedade frequentemente era invisibilizada ou desvalorizada.

É importante refletir e questionar as razões subjacentes dessa falta de valorização do trabalho da mulher. Questões de gênero, desigualdade e falta de conscientização sobre o custo envolvido na produção podem contribuir para essa realidade. Chegou o momento de promover a valorização do trabalho feminino, reconhecendo sua importância e garantindo condições adequadas para que possam obter uma renda justa pelos seus esforços.

A próxima fala, refere-se a uma das associadas da ARPEP (Associação Regional

das Produtoras Extrativistas do Pantanal):

[...] eu sou a tesoureira, mas o meu papel, onde é exercer como a presidente, né? Porque a nossa presidente, ela mora em outro assentamento, né? E a associação ela é composta de, de membros de, de 4 grupo, né? Aí, presidente de um lado, tesoureiro do outro. E assim a gente dividiu na, nos 4 grupo, né? Porque não é só da Corixinha, tinha a nossa associação, tem a as meninas de Mirassol, do Facão e do nossa Senhora da Guia. Então, são formadas em 4 grupos separados, não juntos. Valorização dentro do assentamento, não? Talvez pelo Estado também não, mas pelo... Que é a associação, ela é reconhecida nacional. Hoje, por exemplo, se você perguntar lá em Brasília, o que é a ARPEP? Talvez é mais reconhecido do que dentro do município, né? Porque a gente já ganhou, tem um troféu, né? Em Brasília, do reconhecimento é, mas dentro do assentamento, não. É raro, porque são poucas pessoas que apoia, né? A associação, né? Talvez ache que você vem pra cá, só pra você ficar atoa, que já teve várias pessoas que acham que a gente tá na cozinha, né? Que é um lugar que a gente está fazendo o pão, que a gente vem só pra fofocar e ficar à toa. Mas aí tem é hoje a gente está conseguindo mudar bastante isso, né? Porque é, eu fiz tipo, eu falo assim, uma campanha, né? Com esses que falava desse jeito, né? Até a esposa dele hoje, participa com nós, né? Que no começo falava a esse aí não dá lucro nenhum, isso aí só dá trabalho. Essas muié vão pra lá só pra esconder atrás do pão, né? Que era um tipo de conversa. Aí um dia ele estava no em frente, lá no bar, eu peguei e chamei ele lá. Aí eu mostrei a quantidade de trigo, nós tinha que amassar, mostrei o freezer para ele. Aí eu falei, nós está aqui desde às 5:30 h. Pra você mudar sua consciência, né? Nós vem pra cá, nós trabalha mais do que vocês, porque nós chega aqui 5:00 h da manhã, nós sai daqui tem vez 11:00 h da noite pra gente conseguir fazer cento e poucos quilos de pão, então talvez a hora que você passa ali, nós tá sentada, mas nós tá esperando o nosso pão crescer, porque tudo tem que ter seu tempo. Até na minha própria casa, né? Quando eu comecei a trabalhar, é entregar pro PA, isso aí também não dá lucro. Isso, só dá gasto, né? Mas tipo assim é? Nunca fui de falar o que eu ganho, porque o dinheiro é meu. Eu que trabalho, não dou satisfação, nem quero que ele dá satisfação dele pra mim, mas hoje mudou muito. Hoje a gente entregando pro PNAE, a diária da gente sai bem, bem paga, né? Se a gente colocar, tira as despesa, tudinho. Hoje a gente consegue levar uma diária boa pra casa, então hoje, eu, por ser uma diária maior do que a dele, né? Hoje eu falo, olha, se você tivesse um serviço desse também, estaria bem, né? Oo ruim nossos que nós entrega uma vez ou duas vezes por mês só, pro PNAE, né? Mas é um dinheiro, que é a metade de lucro pra gente. Porque a gente está tirando uma diária de R\$ 219,00, a diária no dia que nós trabalha. Então, quem é dentro do assentamento que ganha isso? Ninguém. Hoje, eu acho, tipo, assim eu fiz um cartaz das diária, do que a gente produz, o que a gente é, ganha aqui dentro, as despesa tudo, e aí eu já deixo pra mim... Eu posto no, no grupo das meninas, no grupo da Corixinha, tudo pras pessoas ter o conhecimento e saber que a gente está ali, pra gente, é levar um dinheiro pra casa e também para defender do machismo, né? Pra não dizer que só o homem que tem a liberdade de trabalhar e colocar as coisas dentro de casa, que a gente também trabalha e consegue colocar (Entrevistada 05, Assentamento Corixinha)

A narrativa revela uma realidade na qual o trabalho das mulheres é desvalorizado

e menosprezado, especialmente dentro do contexto do assentamento em que ela reside. Ela menciona que há pessoas, especificamente um homem, que têm a percepção de que as mulheres estão na associação apenas para fofocar e ficar ociosas, demonstrando uma visão estereotipada de que o lugar das mulheres é na cozinha, sem reconhecimento do seu trabalho árduo na produção de pães.

Essa postura desvaloriza o trabalho de toda a comunidade e a luta das mulheres. Safioti (1987) afirma que não há dúvidas de que o machismo do trabalhador também se volta contra ele, primeiro porque paga um preço excessivamente alto para comandar uma mulher e, segundo, porque a supremacia masculina impede, ou pelo menos dificulta, o avanço das lutas da classe trabalhadora. Mendes, Neves, Neves e Paula (2014) lembram que as associadas da ARPEP encontraram obstáculos culturais evidenciados nas atitudes de seus esposos/companheiros, os quais atribuíam a elas a responsabilidade pela realização de tarefas domésticas, incluindo a gestão da casa, a educação dos filhos e a manutenção do quintal nas áreas rurais.

A desvalorização do trabalho feminino está diretamente relacionada ao machismo, que se manifesta nas crenças e atitudes em relação às mulheres. A entrevistada menciona que teve que enfrentar esse machismo e mudar a visão das pessoas por meio de uma campanha de conscientização. Ela ressalta ainda que a mudança é gradual e que até mesmo a esposa de uma pessoa que pensava de forma machista, agora participa da associação.

A falta de reconhecimento do trabalho das mulheres não se limita apenas ao âmbito do assentamento, mas se estende também ao município. A entrevistada destaca que a Associação (ARPEP) é mais reconhecida em nível nacional, em Brasília, do que localmente.

A falta de valorização do trabalho das mulheres dentro do assentamento também é evidenciada pela comparação salarial entre a entrevistada e o marido. Ela menciona que, atualmente, a diária dela é maior do que a do marido, por conta do trabalho que realizam na associação e nas entregas da produção de alimentos, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, ela destaca que ainda é uma luta enfrentar o machismo e mostrar que as mulheres também possuem a liberdade de trabalhar e contribuir para a renda familiar. Isso mostra o quanto o machismo reina em

nossa sociedade e não poderia ser diferente nos assentamentos rurais, Safioti (1987) explica que os homens são ensinados a competir constantemente, seja por um emprego, um salário melhor, uma promoção na carreira seja até mesmo pela atenção de uma mulher.

O machismo deve ser combatido e o trabalho das mulheres, valorizado. A liderança feminina do assentamento já faz movimentos nesse sentido, mas é um trabalho árduo que não deve ser subestimado. Cunha e Casimiro (2019) nos mostram que mulheres e jovens do sexo feminino enfrentam diversas formas de resistência diante das ameaças direcionadas às suas terras, meios de subsistência, integridade corporal e comunidade, construindo alternativas para perspectivas de vida distintas. Assim sendo, é necessário desconstruir estereótipos de gênero e promover uma cultura que valorize e respeite o trabalho das mulheres, o qual representa uma forma de resistência dentro do assentamento.

Precisamos revisitar as falas de duas professoras, cujos relatos destacam o trabalho que desempenham no assentamento:

Olha pela... pelo Estado, pela Prefeitura, a gente não tem. Mas a gratificante é, é... a comunidade. Quer ver? Ex-alunas chega, e dá um abraço, né? Domingo, foi a senhorinha que fazia tempo que não vejo, né? Abraço e oi professora, que saudade, né? Então, de 93 que eu entrei na prefeitura, tem aqui um, a pessoa assentada que é o G... que eu dei aula pros primeiros filhos dele e olha que ele tem pouco, 13, né? Então, a gente se sente gratificante com isso, né? Que você é bem quista na comunidade. Porque é duro, quando o professor chega na comunidade e ele não é bem-quisto, porque tem professor que pensa que vim dar aula aqui, é só para dar aula aqui. E não é. Você tem que envolver a comunidade também. Você tem que saber para quem que você está trabalhando, é diferenciado, é diferenciado, então isso é o gratificante da gente, né? Saber que você é bem quista, se acontecer alguma coisa, não fulano, não, fulano é assim, assim, assim te defende, não é mesmo? Então é duro quando você não tem esse apoio. Então, e outra a gente vai nas festa, né, aquele dia lá, aiiii vai, encontra. Nós temos o nosso clube ali também, né? E tem, quando tem as festas da comunidade, que nem antigamente as festas do dia dos pais, dia das Mães, era tudo no... ali, no clube. Tem então nós temos esse, né, Rebeca? Esse convívio com a comunidade. A valorização, realmente da comunidade. Ela é... né? Muito importante e aqui é muito forte, né? Eu vim trabalhar nas eleições de domingo e aí, nossa, você fica. Você não sabe se você atende ou se levanta e dá um abraço. Porque aí a gente vem pra escola, a gente passa o dia na escola, e já é outra geração, né? E aí, quando vem a época de votação, aí vem todo mundo. (Entrevistada 06, Assentamento Sapicuá)

E com relação a estados e municípios, eu acho que é um. Um descaso, sabe? Com um professor que realmente mora na comunidade, que realmente está ali,

né? A gente sabe que a formação é importante pra gente, pra gente continuar. A gente sabe que a nota no seletivo ela também é importante, né? Que a gente precisa continuar aprendendo para poder ensinar sempre melhor, né? E... mas o que acontece é o seguinte, é que não se investe mais em políticas de formação de professores do Campo, né? Às vezes, quando tem formação, é específico para aquele professor, né? Uma coisa assim que eu fico pensando. Tem a formação continuada do professor da educação infantil. Aí o professor vai para a formação. No outro ano, ele pega o quinto ano. Aí e a formação da educação infantil? Então eu acho que a formação ela deveria ser para todos, né? Se é, se é para o ensino fundamental 1, então que seja para todos, né? E que e valorizar também essa questão da gente morar num lugar, né? Da gente permanecer no lugar porque tem vínculo, o aluno vem pra escola e ele busca esse vínculo. O vínculo com a escola é muito importante (Entrevistada 07, Assentamento Sapicuá)

As entrevistadas percebem uma valorização do trabalho que realizam na comunidade. Destacam a importância do reconhecimento e do carinho recebido como uma das gratificações da profissão de professoras. Essa aprovação está intrinsecamente ligada ao envolvimento com a comunidade, estendendo-se para os alunos e suas famílias, estabelecendo vínculos sólidos."

O poder executivo das esferas estadual e municipal, no entanto, não reconhece o trabalho plural da docência. As entrevistadas apontam descaso com os professores que moram nas comunidades e falta de investimento em políticas de formação específicas para os professores do campo. Fernandes e Molina (2004) destacam que a idealização da Educação do Campo teve início em julho de 1997, durante o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera), realizado no campus da Universidade do Brasil (UnB), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)."

As formações continuadas são importantes para que possam ensinar cada vez melhor, mas lamentam que nem sempre são oferecidas de forma abrangente, muitas vezes sendo específicas apenas para um grupo de professores. Caldart (2004) afirmar que a educação do e no campo desempenha um papel pedagógico crucial à resistência camponesa, pois contribui para a manutenção territorial das áreas rurais ao promover práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, valorizar a cultura local e os saberes tradicionais, e fomentar a preservação e valorização dos territórios.

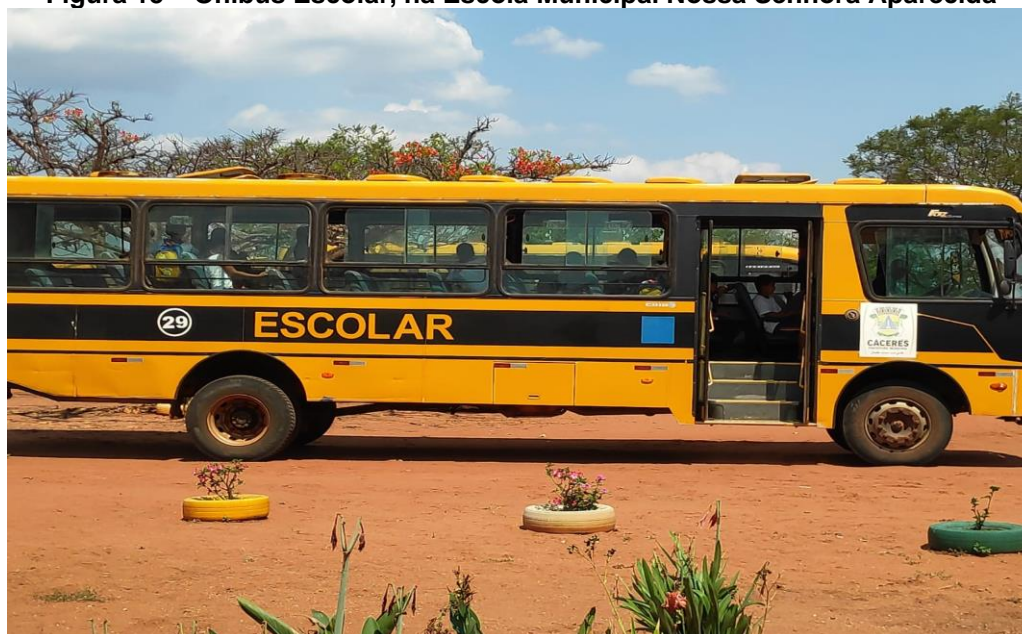
O que pode explicar essa falta de investimento e valorização por parte do estado

e município, percebida como um descaso com o trabalho dos professores que atuam nas comunidades rurais? As entrevistadas destacam a valorização recebida da comunidade como gratificante, ao mesmo tempo em que apontam a falta de investimento e reconhecimento por parte das instituições públicas como uma questão que precisa ser abordada e resolvida para garantir a qualidade da educação no campo.

#### 5.4. Educação, gênero e transformação de vida

Os assentamentos da fronteira Brasil-Bolívia são atendidos pela Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida (Assentamento Sapicuá), que oferece o Ensino Fundamental, e a Escola Estadual Doze de Outubro (Assentamento Nova Esperança), Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Modalidade Regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos). As mães assentadas responderam que seus filhos utilizam o transporte escolar (Figura 15).

**Figura 15 – Ônibus Escolar, na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida**



**Fonte:** Autora, 2022.

Um ônibus foi adquirido com recursos do Programa do Governo Federal "Caminho da Escola", criado em 2007, durante o Governo Lula, que tem como objetivo oferecer transporte escolar para alunos da Educação Básica, da rede pública de ensino que vivem em áreas rurais ou de difícil acesso.

Para tanto, a Resolução/CD/FNDE Nº 45, de 2013, que discute os critérios de utilização do Programa Caminho da Escola permite que os estados, municípios e o

Distrito Federal utilizem seus veículos para o transporte de alunos da zona urbana e instituições públicas de ensino superior, desde que isso não prejudique o atendimento dos alunos que moram em zonas rurais e matriculados em escolas da rede pública de Educação Básica. No entanto, eles precisam expedir regulamentação própria.

O programa visa garantir a igualdade de oportunidades de acesso à educação, proporcionando segurança e conforto aos estudantes. Antes da implementação do programa, a situação dos transportes nesses assentamentos era bastante precária:

Antigamente era a JAÓ, né? Os que estudavam o Ensino Médio era, lá no Clarinópolis. Aí diz que vinham todas pintadas, todas no salto... tudo chique, né? Quem era a mulher do F...? Como que chama S..., né, S...? S... vinha no salto, aí quebrava, meu filho. Tinha que tirar o sapato, passar por dentro do pasto, depois chegar em casa 1 h da manhã, 2 h da manhã. Era desespero. Aí, até que mudou, agora não quebra mais não. Esse amarelinho, foi a melhor coisa (Entrevistada 06, Assentamento Sapicuá)

A entrevistada se refere à empresa Trans Jaó (Figura 16) que fornecia o transporte escolar antes da implementação do Programa 'Caminho da Escola'. No relato transparece o sofrimento que era para os estudantes. Quando ela cita que “esse amarelinho foi a melhor coisa”, refere-se ao ônibus do Programa, devido à sua cor. Na época, os alunos que frequentavam o Ensino Médio tinham que se deslocar cerca de 35 km até a Comunidade Clarinópolis para estudar."

**Figura 16 – Ônibus da Empresa Trans Jaó**



**Fonte:** Alves (2008).

De acordo com Oliveira (2020), para garantir o direito à educação, o governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), implementou três programas: o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), que foi extinto em 2007, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Caminho da Escola. Os relatos revelam que a implementação do Programa Caminho da Escola permitiu que mais estudantes tivessem acesso à escola, reduzindo a evasão escolar e incluindo alunos em situação de vulnerabilidade. Foi um grande avanço para a comunidade.

Em se tratando de educação, sabemos que ela desempenha um papel crucial na transformação de vidas, proporcionando oportunidades e abrindo portas para um futuro melhor. Como destacado por Freire (2014), a transformação do mundo para o qual aspiramos é uma ação política e seria ingênuo não reconhecer que todo sonho tem seu contrassenso. Ao longo das gerações, a história revela resquícios de concepções anteriores da realidade, interesses de grupos e classes, noções preconcebidas e o desenvolvimento de ideologias que ainda persistem, apesar de possuírem elementos mais contemporâneos.

A partir disso, é importante reconhecer que a educação nem sempre é igualmente acessível para todas as pessoas, especialmente quando se leva em consideração o gênero. Durante muito tempo, mulheres e meninas foram marginalizadas e privadas do direito à educação, resultando em desigualdades de gênero que perpetuam a exclusão social e limitam as perspectivas de desenvolvimento. Na sequência, a ênfase recai no nível de escolaridade das assentadas participantes da pesquisa (Quadro 2).

**Quadro 02 – Grau de escolaridade das participantes da pesquisa**

<b>Entrevistada</b>	<b>Ensino Fundamental Incompleto</b>	<b>Ensino Médio Completo</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado</b>
01		X		
02	X			
03		X		
04		X		
05		X		
06			X	
07				X
08		X		
09			X	
10			X	
11			X	
12	X			
13			X	
14	X			
15	X			



16	X			
17		X		
18	X			

Fonte: Autora (2023).

O quadro mostra a totalidade das participantes e revela que seis delas não concluíram o ensino fundamental, um fenômeno que deve ser analisado considerando o contexto sociocultural e econômico em que estão inseridas. Historicamente, muitas mulheres enfrentaram barreiras para acessar uma educação de qualidade, devido a questões como discriminação de gênero, falta de oportunidades e expectativas sociais inadequadas. Freire (1987) destaca que o processo educativo deve ser pautado pelo diálogo, respeito mútuo e empoderamento, permitindo que os oprimidos, incluindo as mulheres, desenvolvam suas capacidades críticas e criativas.

Para superar as desigualdades de gênero na educação, é necessário não apenas fornecer oportunidades iguais, mas também criar um ambiente educacional empático e inclusivo, onde as mulheres possam desenvolver todo o seu potencial. A seguir, relatos de algumas das participantes da pesquisa que não concluíram o Ensino Fundamental:

Só fiz é a quarta série, quarta série. Na época, o meu pai não tinha condições de manter nós na cidade, nem levar também, que era muito distante. Que o sítio do meu pai, era muito no meio do mato. Nunca morei em cidade. (Entrevistada 12, Assentamento Jatobá)

Estudei até a oitava. Porque aí eu casei, eu perdi a coragem para estudar. Não quis mais estudar e logo engravidei e veio os filhos. Não quis mais estudar não. E meu marido também nunca incentivava, o primeiro marido meu, nunca incentivou. Quem veio incentivar eu para fazer uma faculdade, foi o P..., mas aí não quis mais. (Entrevistada 14, Assentamento Jatobá)

Eu estudei só a segunda série. É porque eu foi pro sítio, né? Esse, minha mãe ficava muito sozinha, aí eu ia pro sítio ficar um pouco com ela, aí eu parei de estudar. Já tava grande já. Já tava trabalhando, trabalhava de dia, estudava a noite. (Entrevistada 15, Assentamento Jatobá)

Eu não passei a primeira série. Entrei com a V... e desisti. Eu tenho vontade, só que a cabeça é dura demais, na hora que o professor tá ensinando ali é, vai bem. Mas daqui a pouco chega em casa, que eu vou ler, eu já não consigo mais. Não tive oportunidade para estudar, morava com a minha vó, não tinha não. Era só serviço. Aí a professora também, que nem lá, era difícil, né? Aí quase não tinha professora, escola tinha, não tinha os professores para ficar lá, né? Os professores a maioria era de Cáceres, né? Aí não gostava de ficar lá. Aí era poucos alunos que estudavam mesmo. Aí eu vim estudar aqui, junto com a V... que eu falei

vamos, V.... Será, né? Eu falei, vamo. É.. Ela Foi pra frente, eu fiquei para trás. Ah, mas tá bom, né? Pelo menos, né? Ela já sabe. Então nós ia começar a estudar de novo, só que agora não teve ônibus. Tinha bastante aluno. (Entrevistada 02, Assentamento Corixinha)

As narrativas indicam restrições no acesso à educação básica, seja por questões financeiras, casamento, responsabilidades com os filhos, falta de incentivo familiar seja por dificuldades logísticas. Para a maioria das entrevistadas, o casamento e os filhos foram apontados como obstáculos para continuar os estudos. Safioti (1987) afirma que a sociedade tende a naturalizar esse processo, tentando fazer crer que os deveres domésticos da mulher são inerentes à sua condição feminina. A entrevistada 14 interrompeu os estudos na oitava série devido ao casamento, seguido pela chegada dos filhos, além da falta de estímulo do ex-marido. Menciona que só recebeu incentivo para cursar uma faculdade mais tarde, após se casar novamente. Por sua vez, a entrevistada 15 parou de estudar na segunda série para ajudar a mãe no sítio, já sendo adulta e trabalhando. Ela destaca as dificuldades de conciliar trabalho e estudo. Essa responsabilidade tradicional atribuída às mulheres de cuidar dos idosos e dos filhos reflete as normas de gênero arraigadas na sociedade.

Biroli (2018) também aborda essa questão, destacando que, quando se trata de cuidar de crianças e idosos da família e realizar tarefas diárias como o preparo de alimentos, a responsabilidade recai principalmente sobre as mulheres. Dessa forma, é crucial reconhecer que o cuidado com os idosos e os filhos é uma responsabilidade coletiva que deve ser compartilhada por toda a sociedade, independentemente do gênero. O feminismo advoga que os homens também podem e devem desempenhar um papel ativo no cuidado de idosos e filhos, contribuindo para um ambiente familiar mais equilibrado e harmonioso.

As Entrevistadas 02 e 12 têm em comum o fato de que, quando crianças, moravam na zona rural, o que dificultou o acesso à educação. A Entrevistada 12 relata que o pai não tinha condições de mantê-la na cidade, razão pela qual só estudou até a quarta série. Da mesma forma, a Entrevistada 02 menciona a falta de oportunidades e a ausência de professores na escola da comunidade onde morava, o que dificultava o aprendizado; ela não passou da primeira série. Voltou a estudar depois de adulta, mas desistiu logo após

ingressar. Ela expressa o desejo de retomar os estudos, mas afirma que atualmente não há transporte disponível para os alunos da EJA.

Negar o acesso à educação torna mais fácil manipular as pessoas e manter privilégios, como destacado pelo MEC (2002). Desde 1934, todas as Constituições brasileiras têm tratado da questão educacional, demonstrando uma atenção significativa a esse tema. No entanto, é interessante notar a ausência de menção à Educação do Campo nos textos constitucionais de 1824 e 1891, lacuna especialmente intrigante, considerando que o Brasil era predominantemente agrícola àquela época. Essa omissão reflete o distanciamento entre os dirigentes e a educação rural e as demandas das instituições culturais ligadas a uma economia agrícola que dependia da agricultura intensiva em mão de obra.

A maioria das narrativas destaca obstáculos socioeconômicos e familiares no percurso educacional das entrevistadas. A falta de recursos financeiros, apoio familiar e professores qualificados são apontados como barreiras, somados à influência da sociedade patriarcal. Além disso, algumas entrevistadas mencionam dificuldades pessoais em conciliar trabalho e estudo. Essas experiências ressaltam a importância de políticas educacionais inclusivas e de qualidade para garantir acesso igualitário a oportunidades educacionais para todos. Embora as mulheres tenham feito progressos significativos em sua educação nas últimas décadas, ainda enfrentam desafios específicos ao concluir o Ensino Médio. A seguir, as dificuldades enfrentadas para concluir o Ensino Médio:

Então, eu, eu estudei até o final, terminei agora, mas eu comecei a estudar aqui. Eu nunca tive estudo, desde criança. Comecei a estudar depois de véia mesmo. Aí eu desde quando eu mudei para cá, né? Eu entrei na escola, foi pouco tempo que eu terminei. Não tinha oportunidade. Desde criança, minha mãe vivia também em fazenda, é como eu tô falando, eu fui criada em fazenda, em mato. E aí ela também, antigamente não tinha... que nem aqui a gente hoje em dia, não tem como você deixar um filho sem estudar. Né? É, você vai até preso. E antigamente, não. Antigamente era mais... tirar um filho da escola. Eu entrava num dia, no outro dia já me tirava da escola, vai embora para trabalhar no mato com a minha mãe, né? Com meu padrasto. Então não tinha oportunidade. Aí eu fui ter oportunidade, depois de grande, depois que eu tive meus filhos, tenho 4 filhos. Depois dos 4 que eles estudando e a gente ia junto pra escola. E agora eu não sei tanto, mas o suficiente e já tá bom. Quando a gente não sabe nada, a gente é cega. A gente é mesma coisa de ser cega. Você vai viajar, você olha no ônibus, você não sabe se você vai pegar. Você vai num lugar ver o preço de uma coisa,

não sabe quanto que tá. Para mim, para mim viver, é bom já é o suficiente, porque eu aprendi (Entrevistada 04, Assentamento Corixinha)

Eu terminei o segundo grau. Desde quando comecei a estudar, tive a oportunidade porque morava no Caramujo, que era vila. E a escola era perto. Então eu acabei o segundo grau só. Aí depois, logo já casei, não fiz faculdade, mais nada (Entrevistada 03, Assentamento Corixinha)

Sim, terminei o ano retrasado, o terceiro. Só terminei só o terceiro e parei. Eu, eu tive a minha filha, eu parei depois, quando eu tive o meu outro filho, eu retornei. Aí estudei um tempo, parei de novo. Aí agora terminei quando eu estava grávida da minha pequenininha, né? Eu decidi a estudar, né? Aí foi dificuldade minha maior, porque pra você estudar você tem que parar de trabalhar. E aí eu tinha que trabalhar, porque eu tinha a minha filha, tinha... e era minha mãe e minha irmã, só que morava na casa. Então nós tinha que trabalhar, né? Então, o horário que tinha aula não era adequado para mim, que não dava certo com meu estudo. Aí eu fechei aí. Aí eu tive um outro relacionamento, tive um outro filho e estou com ele até hoje. Aí, tipo assim, aí me deu a oportunidade de voltar a estudar, né? Porque aí eu ia pra escola, ia, saía nós 3, né? De casa, né? Porque quando ele era pequeno, não tinha como eu levar ele. Aí quando ele já era maior, aí eu já tinha dificuldade, porque eu trabalhava no serviço, não podia sair. Aí quando eu saí do serviço, aí nós ia nós 2 para escola, eu e minha filha e meu filho. Aí, por isso que eu terminei e hoje para mim, fazer uma faculdade eu acho difícil, porque pra mim abandonar lá o sítio, né? Porque a minha mãe, hoje ela não mora no sítio dela, mora lá em Cotriguaçu porque ela foi embora para lá, para cuidar dos pais dela e acabou que os pais dela morreu e ela arrumou um casamento lá e ficou lá. E quem mora no no sítio dela, sou eu, né? Então, para abandonar lá para vir para a cidade, a gente... para mim não tem como, porque aí morar na cidade com 2 crianças, né? Que é, bancar minha outra filha que está aqui fazendo faculdade aí pra mim já fica mais difícil. Mas, eu quero mais pra frente fazer um curso de enfermagem, que eu acho que eu me adapto bem com enfermagem. Gosto muito de fazer isso aí (Entrevistada 05, Assentamento Corixinha)

A entrevistada 04 relata que não teve oportunidade de estudar na infância, pois era constantemente retirada da escola para trabalhar no campo com a mãe. Só teve a chance de estudar quando seus filhos começaram a frequentar a escola, e ela decidiu acompanhá-los. Enfatiza a importância de adquirir conhecimento, que a tirou da "cegueira", mesmo que não saiba muito, pois lhe proporcionou independência e habilidades básicas necessárias para a vida.

Estamos diante da importância do conhecimento e como o aprendizado transforma a percepção do mundo. Paulo Freire (1987) destaca a ideia de que a educação é um processo libertador, que leva à conscientização e à capacidade crítica. Dessa maneira, a fala reflete o processo de despertar para a importância do conhecimento e do aprendizado, alinhando-se à perspectiva freiriana de que a educação traz

empoderamento e libertação, permitindo que os indivíduos superem a "cegueira" da ignorância e participem plenamente de suas vidas e comunidades.

As entrevistadas 03 e 05 evidenciam as dificuldades de acesso à educação enfrentadas pelas mulheres, devido à conciliação de vários papéis. A entrevistada 03 relata que teve a oportunidade de estudar porque morava em uma vila próxima à escola; no entanto, logo após concluir o Ensino Médio, casou-se e não teve a oportunidade de continuar seus estudos.

Muitas mulheres abandonam a educação formal, após concluir o Ensino Médio, possivelmente devido a circunstâncias familiares, sociais ou econômicas. Saffioti (1987) ressalta como as expectativas tradicionais de gênero frequentemente resultam em mulheres sendo direcionadas para papéis de cuidadoras e esposas, em detrimento de suas próprias ambições e desejos educacionais. O poder patriarcal, discutido por Saffioti, pode perpetuar a ideia de que o casamento é uma prioridade e que a educação formal é secundária para as mulheres. A interrupção dos estudos após o Ensino Médio, devido ao casamento, destaca a importância de questionar as normas de gênero que podem limitar as escolhas das mulheres e enfatiza a necessidade de empoderamento e busca ativa por oportunidades educacionais, independentemente do estado civil.

A Entrevistada 05 teve que interromper seus estudos devido à maternidade e à necessidade de trabalhar para sustentar sua família. A dificuldade de conciliar os horários de trabalho e estudo, além da complexidade de deixar sua propriedade rural para ir à cidade em busca de uma faculdade, igualmente contribuíram para a evasão.

O poder masculino e as normas patriarcais ainda perpassam várias esferas da sociedade, incluindo a educação e o mercado de trabalho. As mulheres muitas vezes são pressionadas a cumprir papéis tradicionais de mães e cuidadoras, o que pode levá-las a interromper seus estudos ou limitar suas carreiras profissionais. Além disso, a falta de apoio adequado à maternidade, como licença parental remunerada e creches acessíveis, pode aumentar o fardo das mulheres que precisam equilibrar o trabalho e a família (Saffioti, 1987).

Tornar-se mãe e conciliar diferentes papéis e responsabilidades mostram como as condições socioeconômicas e geográficas também impactam a oportunidade de acesso à educação. É necessário criar políticas e programas que incentivem a inclusão e a

permanência das mulheres na educação, levando em consideração suas especificidades e necessidades. Por fim, alguns relatos das mulheres que fizeram pós-graduação e daquela que fez mestrado:

Quando eu vim para cá, eu já tinha a faculdade. Aí eu fiz a Pós Graduação, já estávamos aqui. Ela trouxe coisas boas pra mim, né? Tanto como a R... falou, é aperfeiçoamento dentro da sala de aula. É uma coisa para você melhorar mais, mais, mais, mais e se tivesse sim, que tudo é novidade, né? Que traga novidade pra gente, os projetos, né? Os projetos que a gente se envolve, tanto que aí para desenvolver os alunos, né? Seria ótimo, se tivesse. Mas o estudo, pra mim foi muito bom, graças a Deus (Entrevistada 06, Assentamento Sapicuá)

E o interessante que quando eu fiz a minha primeira faculdade, eu fiz Letras e eu cheguei no final do curso, eu não queria ser professora. Aí eu vim, professor, vim professora para cá por falta de opção. Eu falei assim, não, eu preciso ganhar um pouquinho melhor. Então não... Eu preciso ganhar um pouquinho do meu salário... Eu era caixa de supermercado, precisava ganhar um dinheirinho pra mim, ir embora pra Bahia com um dinheirinho no bolso, e aí eu cheguei aqui. Eu me apaixonei pela educação. A gente só se apaixona pela educação depois que a gente experimenta. Aí eu experimentei. Eu não quis largar mais e assim eu, eu efetivei, nesse lugar. Aí o curso de Letras já não oferecia tantas vagas, né? A concorrência era maior e aí eu busquei uma outra formação. Então, eu vou fazer Pedagogia, aí fiz Pedagogia, e consegui. Hoje sou professora efetiva do município, então consegui. [...] É, aí eu fiz porque eu precisava, eu, eu. Eu tinha meu marido, eu tinha meu filho, eu já morava no sítio, então já não podia mais sair desse lugar, porque eu já é... É enraizei aqui, né? Já estava aqui e aí eu consegui, é... me efetivar logo no primeiro ano, que eu formei em Pedagogia. E aí depois eu falei assim, não, mas eu quero continuar dando aula no Estado. Eu gosto muito de trabalhar com adolescentes, aí já também, já era, eu era já muito nova do que os outros professores, então nunca... já estava difícil conseguir continuar na escola estadual. Aí eu fui fazer Filosofia e Sociologia. Sim, é o lugar que eu quero ficar, né? E o ano passado eu experimentei... no ano passado, eu, eu resolvi experimentar dar aula na cidade e eu falei assim, não, eu quero experimentar aula, quero saber como que é isso, né? Fui dar aula de Sociologia. Sim, amei também, né? Então hoje eu vejo que eu tô num lugar que eu escolhi, que eu quero ficar aqui, eu quero permanecer, e aí eu quero ir para minha sala de aula, eu quero fazer a diferença, né? Hoje eu não estou mais aqui na escola, por causa do dinheiro, como eu cheguei. Eu estou aqui, porque eu gosto, porque é o lugar onde eu quero ficar, né? E, aí veio a pandemia e eu fiquei em casa, eu falei agora, o que que eu vou fazer? Vou inscrever no Mestrado, né? Na educação inclusiva. Na Educação, inclusiva, pela Unemat. E aí eu falei, não, é nesse lugar que eu quero ficar. E aí eu preciso também pesquisar algo que seja do meu espaço (Entrevistada 07, Assentamento Sapicuá)

A Entrevistada 06 já havia concluído a graduação quando foi ao Assentamento e, mesmo assim, conseguiu aperfeiçoamento por meio de uma especialização, demonstrando um compromisso com a educação e o reconhecimento da importância do

aprendizado contínuo. O seguimento dos estudos é mencionado como uma experiência que trouxe benefícios, permitindo o aprimoramento de habilidades utilizadas dentro da sala de aula, causando crescimento pessoal e profissional. Esse investimento em si mesma demonstra a autonomia e o empoderamento da mulher em relação à sua própria trajetória educacional. Scott (1992) enfatiza como a educação e o acesso a oportunidades podem ser meios de empoderar as mulheres e permitir que elas alcancem seu potencial máximo.

A Entrevistada 07 descreveu sua trajetória educacional, revelando como sua escolha inicial pela profissão de professora foi motivada principalmente pela necessidade financeira. Ao vivenciar a experiência da educação, no entanto, ela se apaixonou pela área e decidiu investir em sua formação contínua. Destaca a importância da pós-graduação e do desenvolvimento profissional na sala de aula, buscando constantemente novidades e projetos para aprimorar sua prática pedagógica. Ao mencionar sua formação em Letras, Pedagogia e as disciplinas de Filosofia e Sociologia, demonstra seu comprometimento em ampliar seus conhecimentos e habilidades em diversas áreas, visando proporcionar uma educação de qualidade aos seus alunos. Além disso, ressalta sua decisão de continuar lecionando na zona rural, onde se sente conectada e com a oportunidade de impactar positivamente a vida dos estudantes.

Podemos relacionar essas experiências com as ideias de Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do oprimido* (1987), pois é possível identificar uma conexão com a concepção do autor sobre a importância da educação como prática libertadora. A entrevistada demonstra um processo de transformação em suas próprias práticas pedagógicas, optando por se aperfeiçoar e pesquisar temas relacionados à educação inclusiva, buscando contribuir para a melhoria de sua comunidade e colaborando para sua sustentabilidade territorial.

Por fim, a trajetória da entrevistada reflete a importância da autonomia do educador em buscar constantemente sua formação e se engajar na busca por uma educação crítica e emancipatória. Além disso, evidencia a relevância do papel do professor como agente transformador na vida dos alunos, sendo necessário que os profissionais encontrem motivação intrínseca e compromisso com a educação, a fim de fazerem a diferença na sala de aula. É inegável a importância da educação na vida das

mulheres, sendo um catalisador para a igualdade de gênero e o progresso da sociedade como um todo. Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado desafios sistêmicos que limitaram seu acesso à educação, mas à medida que as barreiras são superadas, os benefícios se tornam evidentes e profundos, como pudemos observar nas falas de algumas das entrevistadas.

### **5.5. Mulheres assentadas e o acesso à saúde pública**

As mulheres assentadas enfrentam desafios específicos no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde pública. Os assentamentos, conquistados após intensas lutas por reforma agrária, proporcionam acesso à terra para fins de cultivo e moradia; porém, essas áreas rurais frequentemente estão distantes dos centros urbanos e sofrem com limitações de infraestrutura e serviços básicos, incluindo o acesso à saúde, como observado nos assentamentos analisados.

Perguntamos às assentadas do Jatobá onde buscam ajuda médica quando ficam doentes e se sempre conseguem acesso a esse atendimento. Obtivemos as seguintes respostas:

Só em Cáceres. Quando não é possível, eu tomo um chá, quando tem remédio, eu tomo também. Chá de de boldo, de Capim cidreira. É pra dor no estômago. Quando eu sinto dor no estômago, eu tomo chazinho de boldo. No meu quintal eu tenho é, capim cidreira, erva cidreira e boldo. Erva-cidreira é pra gripe (Entrevistada 15, Assentamento Jatobá)

É na cidade, né? Porque é o único lugar, tipo aqui não tem nenhum postinho, não tem... Até tinha um postinho do limão, mas nunca fui, é? É na cidade. Eu sempre consegue ir, sim. Assim, geralmente. É, a gente procura geralmente, quando for para minha filha, né? É, a gente procura pagar particular. Se a gente vê que é uma situação, né? Porque nunca fui na UPA por causa dela ou no pronto socorro. Se ela estivesse meio ruinzinha e eu já pagava particular, né? Eu também nunca fiquei doente. Mas eu fiz meu pré Natal, tudo também, particular. Por causa também do serviço, né? Então, sobre a questão de horário, é conseguir uma vaga, né? Que eu acho pelo SUS é muito demorado, apesar que muitas vezes prioriza da zona rural, né? Mas. Mas é difícil a gente ficar doente, mas se for ficar doente, precisa. Toma muito chá. A gente toma chá, até pouco tempo, tinha açafão em casa. Aham, ele é anti-inflamatório. Difícilmente. Difícilmente, eu tomo um remédio, é muito difícil. Até quando fez eu fiz meus exames pré-natal, falou assim, sua saúde tá perfeita (Entrevistada 17, Assentamento Jatobá)

Em Cáceres, aí eu, meu esposo vai no vizinho, liga para o meu filho, aí ele vem buscar. Aí vai direto pra UPA lá. Precisava de um posto de saúde aqui perto. De vez em quando, vem médico, no Sapicuá vem, na Corixinha vem, menos aqui, no Jatobá. E quando a assusta, já foi e já veio, a gente não fica sabendo,



ninguém avisa pra gente. Aqui, aqui, aqui não tem internet, na minha casa não tem telefone para comunicar. Porque agora só por meio de internet, né? Os outros tudo sabe que tem médico, menos na minha casa, a gente precisa para ir, porque a gente tem pressão alta, né? Tem que fazer sempre exame, pegar remédio, né? De pressão. É isso (Entrevistada 16, Assentamento Jatobá)

Os relatos destacam a dificuldade de acesso à saúde pública em Cáceres, principalmente devido à distância. Borges (2019) já abordava esse problema em sua pesquisa, apontando que uma das questões enfrentadas pelas camponesas é a saúde, que, em comparação com a população urbana, apresenta mínima praticidade e acessibilidade nos cuidados. Tanto a entrevistada 15 quanto a 17 mencionam que, quando não conseguem ir até Cáceres, recorrem ao uso de chás e remédios caseiros, tentando driblar a falta de assistência médica adequada no local.

A Entrevistada 17 menciona que sempre busca atendimento médico na cidade, porém, destaca as dificuldades relacionadas à espera e ao agendamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar de o SUS ter viabilizado um significativo incremento no acesso aos serviços de saúde para a população do Brasil, indivíduos que residem em áreas remotas e carentes ainda enfrentam desafios substanciais para alcançar cuidados de saúde efetivos. Por esse motivo, quando necessário, a entrevistada busca atendimento particular. Essas estratégias evidenciam a falta de confiança no sistema público de saúde e a busca por alternativas mais imediatas e eficientes para a resolução dos problemas; no entanto, é importante ressaltar que nem todos têm condições de acesso a um atendimento particular."

Santos (2007) enfatiza como as desigualdades socioespaciais estão intrinsecamente ligadas à organização do território. No contexto da busca por atendimento médico, as dificuldades relacionadas à espera e ao agendamento no SUS podem refletir uma distribuição desigual de recursos e serviços de saúde no território. Isso resulta em disparidades na qualidade e na acessibilidade dos cuidados de saúde, levando algumas pessoas a recorrerem a alternativas mais caras. Aqueles que têm recursos para buscar atendimento particular conseguem se "incluir" em um sistema de saúde mais eficiente, enquanto aqueles que não têm essa capacidade financeira podem ficar "excluídos" e enfrentar barreiras para obter os cuidados necessários.

A Entrevistada 16 destaca a falta de postos de saúde próximos ao Assentamento

Jatobá e o fato de que não fica sabendo quando há atendimento médico nos assentamentos vizinhos. A ausência de comunicação e a falta de acesso à internet e telefone limitam o conhecimento sobre a disponibilidade de médicos e serviços de saúde, prejudicando as assentadas que não têm acesso aos meios de comunicação e à assistência médica.

Santos (2001) descreve a globalização perversa como os efeitos negativos e desigualdades gerados pelo processo de globalização, muitas vezes marginalizando certas populações e regiões e intensificando as disparidades sociais e econômicas. A ausência de acesso aos meios de comunicação, como internet e telefone, limita significativamente a capacidade das assentadas de obter informações essenciais, como a disponibilidade de médicos e serviços de saúde. A globalização promoveu a rápida disseminação de informações e tecnologias, mas se torna perversa ao excluir certas comunidades, perpetuando o isolamento e a desigualdade de conhecimento.

Em resumo, as falas destacam a falta de acesso à saúde pública em Cáceres, especialmente no Assentamento Jatobá. A falta de postos de saúde próximos, a ausência de comunicação e os longos períodos de espera por atendimento no SUS levam as mulheres a recorrerem a soluções caseiras ou a buscarem atendimento particular quando possível. Isso ressalta a necessidade de melhorias no sistema de saúde, visando garantir um acesso adequado e oportuno aos serviços médicos na região.

No Assentamento Corixinha, os médicos realizam atendimento uma vez por mês:

Eu levo o ofício todo, todo mês lá na prefeitura, né? E todo mês eles vêm. Consulta, passa medicamento. Desde o começo a gente já fez essa parceria que antes não, não iria lá. Aí a gente tinha que ir em Cáceres, para marcar. Aí agora por aquele “Mais Médicos” que eles, aquele programa lá, e aí a gente conseguiu essa parceria deles vim todo mês, mas todo mês aí a gente tem que ficar acessando. É sou a responsável pela é organização deles lá, todo mês, né? Aí eles vem, eu limpo a casa, lá onde eles atende, atende, organizo o almoço, fico o dia inteiro lá com eles, até eles irem embora. Funciona aí, ele vai uma vez por mês, aí a gente consegue marcar os exames mais fácil, eles passam por médico, eles já vão me entregando ali. Aí eu venho aqui na Secretaria, agendar os exames deles tudo, chego ali tem o R..., né? Que que é da zona rural? Eu chego processo, ele já marca tudinho pra mim, com a data, tudinho. Eu levo, chego lá, entrego de todo mundo, assim que funciona. Aí, por exemplo, assim, se alguém passou mal, eu que trago pra cidade, para prestar Socorro, tudo isso (Entrevistada 05, Assentamento Corixinha)

Vamos pra Cáceres. Quando não toma um remédio caseiro mesmo, melão de são caetano. Limão com mel e vai indo. Mas quando o negócio é mais sério, né? Igual esse dias tive que levar meu neto pra Cáceres. Quando a gente consegue aqui não vai, mas quando toma o remédio e não passa, aí vai pra cidade. Mas vem médico aqui todo mês. A gente vai de ônibus, a gente vai de carro próprio, a hora que dá certo de ir não ter um, um a condução que tiverem, a gente vai (Entrevistada 04, Assentamento Corixinha)

Remedinho caseiro. Laranja com casca, limão com casca. Pra gripe, né? E ele melhora. Aí você esse pega, não tem o açafraão? Aí você coloca um pouquinho só. Aí você coloca mel, alho, coloca todinho dentro do liquidificador e bate. Aí você coa ele, aí você toma, não tem melhor para gripe. Na minha casa lá, minha filha, ela nem fica gripada. Porque antes, né de gripar, eu já faço direto, né? Assim? Aí eu já pego, nós já toma. Pode estar com febre do jeito que for (Entrevistada 02, Assentamento Corixinha)

A Entrevistada 05 ressalta que o acesso à saúde pública no assentamento é limitado, pois o atendimento médico é oferecido apenas uma vez por mês. Menciona que, por ser uma liderança local, conseguiu estabelecer uma parceria com o programa "Mais Médicos", o que permitiu a presença dos médicos na comunidade mensalmente, facilitando a marcação de exames e a entrega de medicamentos para os moradores do assentamento. A Entrevistada 04 repete a narrativa da Entrevistada 5, acrescentando que, problemas graves ou quando os remédios caseiros não são eficazes, precisam se deslocar até Cáceres em busca de atendimento especializado. Outro dificultador é o transporte, que pode ser próprio ou público para realizar essa viagem até a cidade, indo apenas quando é possível.

A Entrevistada 02 explica que, em sua residência, recorrem a remédios caseiros para tratar enfermidades, como casca de laranja, casca de limão e açafraão. Destaca a eficácia desses remédios caseiros ao tratamento de gripes e resfriados, e menciona que sua filha raramente fica doente devido ao uso desses remédios. Essa narrativa evidencia o uso da medicina tradicional, transmitida de geração em geração, o que representa uma forma de resistência para aqueles que não têm acesso aos serviços de saúde. Como afirmou Evaristo (2015): "Combinaram de nos matar. Mas nós combinamos de não morrer".

O assentamento é assistido por programas governamentais, como o "Mais Médicos", implementado no Brasil em julho de 2013, como parte de um conjunto de ações destinadas a enfrentar as disparidades no acesso aos serviços de saúde primários

efetivos. O uso de remédios caseiros destaca a escassez de acesso a medicamentos e tratamentos adequados, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam um acesso igualitário à saúde pública:

Uma coisa que melhorou muito, a gente, quando a gente pensa em ficar doente, tem médico, visita do médico, aqui. Veeem, com frequência, vem médico com frequência, né? Tem o posto ali no Limão, a gente que não costuma ir. Porque aqui que acontece? Eles fazem um rodízio, na Corixinha, na Corixa e aqui na Sapicuá. Então, quando a gente pensa em ficar doente, o médico já tá aí. Pessoal da saúde que vem atender aqui nas escolas. Trazem os remédios, encaminha os exames (Entrevista 07, Assentamento Sapicuá)

Depende da situação, se for grave, a gente vai pra Cáceres. Se não for grave, a gente continua trabalhando, fingindo demência. Toma um, toma um dor flex e parte, né? A gente teve um Progresso na nossa região da Fronteira aqui, né? Que é o atendimento mensal. Como acontece, lá na Corixa, Corixinha e aqui na Sapicuá. Então, assim, para as questões mais simples, quando você não está morrendo, você tem esse atendimento mensal. Medicação para quem está com a pressão alta. Um lombrigueiro para as criança. Essas questões mais simples tem um atendimento, hoje. Mas antigamente a gente não tinha isso, né? E aí, se for uma questão mais grave, a gente vai para Cáceres (Entrevistada 11, Assentamento Sapicuá)

Eu particularmente, eu particularmente sou privilegiada porque meu esposo é funcionário de médico, então eu tenho um atendimento[...] Aí eu já tenho já esse atendimento (Entrevistada 10, Assentamento Sapicuá)

Entretanto, é possível perceber diferentes aspectos relacionados ao acesso das mulheres à saúde pública no Assentamento Sapicuá. A entrevistada 07 destaca a melhoria no acesso à saúde no assentamento, menciona a presença frequente de médicos, a existência de postos de saúde próximos e a possibilidade de receber atendimento nas escolas. Isso indica que houve um avanço no desenvolvimento de políticas de saúde que têm beneficiado as mulheres locais, permitindo o acesso a médicos, remédios e encaminhamento de exames.

A Entrevistada 11 ressalta que, em casos não graves, as mulheres continuam trabalhando e fazendo uso de medicamentos analgésicos, ou seja, trabalham mesmo estando doentes. Percebemos nessa fala uma certa opressão. Freire (1987) destaca a importância da conscientização, do diálogo crítico e da transformação da realidade opressiva. No contexto das mulheres que trabalham doentes, a análise sob essa

perspectiva busca não apenas compreender as causas, mas também capacitar as mulheres a agir de maneira coletiva para transformar suas condições de trabalho e saúde. De acordo com a lógica freireana, a conscientização sobre a prática de trabalhar doente poderia levar a ações coletivas visando à mudança dessas condições, envolvendo reivindicações por melhores condições de trabalho, acesso a licenças médicas e cuidados de saúde adequados.

A Entrevistada 10 menciona que é privilegiada em relação ao acesso à saúde, pois seu esposo é funcionário de médico. Isso sugere que ela tem uma facilidade maior para obter atendimento médico e acessar os serviços de saúde em comparação com outras mulheres na comunidade que não têm essa mesma vantagem. Ao analisar a fala dessa entrevistada, observamos a existência de privilégios relacionados ao acesso à saúde, o que pode contribuir para aumentar as desigualdades entre as mulheres.

Assim, voltamos novamente à perspectiva de Santos (2007), analisada à luz do conceito de território como um espaço onde se manifestam as lutas pelo acesso a recursos e oportunidades. O acesso privilegiado à saúde por parte de certos grupos ou áreas geográficas ilustra como as dinâmicas territoriais podem criar barreiras para grupos marginalizados, limitando suas oportunidades de receber cuidados médicos adequados. Portanto, é crucial continuar aprimorando e expandindo os serviços de saúde pública para garantir um acesso mais justo e igualitário à saúde para todas as mulheres. Segundo elas, o melhor local para a instalação de um posto de saúde seria no Assentamento Nova Esperança, pois consideram que é uma área central e equidistante para todos os assentamentos.

Podemos inferir que houve melhorias no acesso à saúde pública para as mulheres nos assentamentos Sapicuá e Corixinha. No entanto, essas melhorias ainda podem não ser suficientes, e existem diferenças entre as mulheres em relação ao acesso aos serviços de saúde. A presença de médicos nas escolas é um fator positivo, mas ainda há a necessidade de ampliar e fortalecer os serviços de saúde nos assentamentos e garantir que todas as mulheres tenham acesso equitativo a eles.

A conclusão deste capítulo destaca os desafios variados e complexos enfrentados pelas mulheres nos assentamentos, abordando questões como acesso limitado a serviços de saúde, luta pela educação e enfrentamento da degradação ambiental. No

entanto, ficou evidente a resiliência e a determinação dessas mulheres em superar tais obstáculos, sua capacidade de liderança e comprometimento com a proteção e desenvolvimento sustentável de seus territórios. Assim, ao valorizar o papel das mulheres nos assentamentos rurais, podemos contribuir para a construção de comunidades mais justas, inclusivas e sustentáveis, onde desempenham um papel ativo e significativo na gestão e proteção do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das definições dos objetivos delineados nesta dissertação, torna-se evidente que o papel da mulher nos assentamentos rurais Jatobá, Corixinha e Sapicuá possui diversas facetas e é de suma importância para o desenvolvimento dessas comunidades. Mesmo que muitas vezes não sejam valorizadas, o trabalho realizado por elas é notável, como comprovado por esta pesquisa."

A análise do papel das mulheres nos assentamentos rurais revela não apenas suas contribuições práticas para o desenvolvimento da comunidade, mas também questiona as estruturas e narrativas dominantes que historicamente marginalizaram as experiências e saberes femininos. A forte presença da religiosidade no assentamento Jatobá destaca a complexidade das identidades femininas, frequentemente influenciadas por sistemas de crenças tradicionais.

No assentamento Sapicuá, destaca-se o trabalho realizado pelas profissionais da educação, que desempenham funções vitais, como apoio na limpeza e nutrição como merendeiras, garantindo o funcionamento adequado da escola. Além disso, as professoras têm um papel transformador na vida de seus alunos. Ao assumirem esse papel educativo, as mulheres desafiam ativamente as estruturas de poder que por muito tempo limitaram seu acesso a espaços educacionais. Esse engajamento não apenas demonstra sua capacidade como educadoras, mas também reivindica espaços historicamente negados às mulheres, promovendo o empoderamento feminino e quebrando as barreiras que por tanto tempo impediram sua plena participação na esfera educacional.

A organização em associação, como a ARPEP (Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal), das mulheres no assentamento Corixinha reflete uma abordagem coletiva, em linha com os princípios do feminismo decolonial, que busca dismantelar hierarquias. Durante um grupo focal, as associadas destacaram algumas dificuldades, como a questão do escoamento da produção para venda na zona urbana. Essas preocupações foram levadas à vereadora Maria José da Silva, conhecida como Mazéh, do Partido dos Trabalhadores (PT), que apresentou um pedido à deputada Rosa Neide, também do mesmo partido. A deputada prontamente atendeu ao pedido,

destinando um recurso no valor de R\$ 220.424,00 (duzentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) para a compra de um caminhão. Consideramos esse fato de grande relevância, pois representa uma devolutiva concreta da pesquisa para a comunidade, demonstrando a autonomia dessas mulheres. Além disso, destaca-se a importância das parcerias entre mulheres em diferentes esferas para alcançar objetivos comuns."

Por conseguinte, a diversidade de papéis desempenhados pelas mulheres, indo além do âmbito doméstico, salienta a necessidade de desafiar estereótipos de gênero arraigados e reconhecer a integralidade das experiências femininas. Esta pesquisa reforça a importância de fortalecer o papel das mulheres nas áreas rurais como agentes do progresso sustentável, assim como as mulheres extrativistas do Assentamento Corixinha, como líderes e articuladoras de transformações sociais e de vidas, a exemplo das educadoras do Assentamento Sapicuá e como guardiãs das práticas tradicionais que sustentam, como as do Assentamento Jatobá.

A invisibilidade, frequentemente associada às mulheres nessas comunidades, conforme relatado por muitas delas, reflete estruturas sociais e culturais que historicamente marginalizaram suas contribuições. Ao trazer essa questão à tona, confrontamos uma realidade na qual as mulheres rurais não apenas enfrentam desafios específicos, mas também são frequentemente negligenciadas em diálogos e pesquisas. Nesse sentido, pudemos dar voz e registrar seus conhecimentos e saberes.

Cabe destacar aqui a importância das mulheres para as famílias assentadas, especialmente em relação à permanência na terra. Conforme observado por Borges (2019), as camponesas dos assentamentos rurais na fronteira Brasil-Bolívia em Cáceres, MT, são mulheres engajadas na luta por reconhecimento e independência, tanto dentro quanto fora da família. Elas também se empenham em questões que visam ao bem-estar da família e da comunidade, como a melhoria das condições estruturais nos assentamentos e o acesso ao lazer e à cultura, tudo isso contribuindo para garantir a manutenção e a permanência das famílias no campo.

Essas mulheres resistem e contribuem para a sustentação de suas famílias no território, seja como professoras no assentamento Sapicuá, extrativistas no Corixinha seja como religiosas no Jatobá. Mantêm sua identidade camponesa, uma vez que estão intimamente ligadas ao trabalho com a terra. O papel desempenhado nos territórios dos



assentamentos, objeto de nossa pesquisa, proporciona uma visão enriquecedora e crítica sobre o papel feminino nessas comunidades rurais. Isso contribui para uma reflexão mais profunda sobre as complexidades da experiência feminina e os desafios persistentes na busca por uma transformação significativa nesses assentamentos, que muitas vezes é invisibilizada.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

Brasil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Instituiu o novo Código Florestal brasileiro. Brasília: DOU de 28/05/2012a.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília: UNB, 1988.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007.

BORGES, Bruna Francisco. **Mulheres camponesas na região de fronteira**: Brasil-Bolívia em Cáceres, MT. TCC (Geografia) Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2019.

BORN, R. H.; TALOCCHI, S. Compensações por serviços ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social. In: BORN, R. H.; TALOCCHI, S. (orgs.). **Proteção do capital social e ecológico**: por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA). São Paulo: Peirópolis, 2002.

BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e58972, 2019.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Manual de operacionalização do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz para Todos”. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 45, de 2013 – **Dispõe sobre os critérios para utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do programa Caminho da Escola**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/5032-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-45,-de-20-de-novembro-de-2013>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CÁCERES. **Aspectos geográficos de Cáceres**. Disponível em: <http://www.caceres.mt.gov.br/Caceres-AG/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CÁCERES. **Lei Complementar nº. 90**, de 29 de dezembro de 2010. Institui a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento do município de Cáceres. Plano Diretor de Desenvolvimento de Cáceres, MT, Cáceres, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.) **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, 2004.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave na Geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R, L. (Org.). **Geografia Conceito e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 2, 2013.

COUTINHO, Sylvio. Floresteca. A maior produtora de teca do mundo. **Campo e Negócios**, Uberlândia, junho/2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/como-citar-uma-revista-nas-normas-abnt-impresa-ou-digital,b4a6c8bf263f66f43b33032964f034f42czem7l0.html>. Acesso em 10 de julho de 2023.

CUNHA, Teresa; CASIMIRO, Isabel. **Epistemologias do sul e Alternativas feministas de vida**: as cinderelas do nosso Moçambique querem falar. Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratzuz, 2019.

CUNHA, Teresa. Mulheres, identidades e territórios: as experiências e conhecimentos delas. In: FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara; GRANDO, Beleni Saléte; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; CUNHA, Teresa (org.). **Mulheres e Identidades**: Epistemologias do Sul. Curitiba: CVR, 2019.

DE MAGALHÃES, Teresa Ancona Lopez. O papel da mulher na sociedade. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 75, p. 123-134, 1980. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66895/69505> . Acesso em: 27 de julho de 2021.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer**. In.: Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. F. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília, 2008.

FILHO, J. B. B. Breves considerações sobre as mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira. In: BERNARDES, J. A.; FILHO, O. L. F. (org.). **Geografias da Soja: BR-163: Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.) **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, 2004.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-282.

GALEANO, Eduardo. **Las Venas Abiertas de América Latina**. 6. reimp. Madrid España: SIGLO XXI, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Série Pesquisa em Educação, 2005.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONSALVES, Elisa P. **Iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea Editora, 2001.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In HOLLANDA, H. B.; VAREJÃO, A. (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Vol. 29: 11–24, jan., 2003.

HASBAERT, R. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In SANTOS, Milton. Becker, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 41-71.

HASBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOLLANDA, H. B. Introdução. In: HOLLANDA, H. B. (org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados sobre os municípios brasileiros**. In: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 21 de Abril de 2023.

JANUÁRIO, E. R. da S. **Caminhos da Fronteira: Educação e Diversidade em Escolas da Fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres, MT)**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2004.

LAUDARES, Sarita Soraia de Alcântara. SILVA, Kmila Gomes da. BORGES, Luís Antônio Coimbra. **Cadastro Ambiental Rural: uma análise da nova ferramenta para regularização ambiental no Brasil**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d519/8955acd231d6617e11e4dfe2f7657c0677ba.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2023.

LOIOLA, Valéria do O. **Conflitos Socioambientais e as lutas dos grupos sociais em defesa do meio ambiente pantaneiro**. Dissertação (Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2017.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014a. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

MARTINS, Harisson Almeida. **Territorialização e Resistência Camponesa em Cáceres-MT: Potencialidades e Dilemas nos Assentamentos Rurais da Fronteira Brasil-Bolívia**. Dissertação (Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, Hucitec, 1997.

MAUSS, Marcel. *Sociedad y ciencias Sociales*. (Obras III) Barcelona, Barral, 1972.

MEC- SECAD. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB Nº. 1 – de 3 de abril de 2002. Brasília: MEC, 2002.

MEDEIROS, L. S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Orgs.) **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA/INCRA, 2008.

MEKSENAS, P. Considerações a Respeito do Método. In: MEKSENAS, P. (Org.) **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES; Ronaldo José; RODRIGUES, Luciene da Costa. **Riquezas nativas e a agricultura familiar: a experiência da ARPEP na região sudoeste de Mato Grosso**. In: Cadernos de Agroecologia. Porto Alegre, 2013.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES; Ronaldo José; PAULA, Tânia. **A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil**. Revista Estudos Feministas, vol. 22, núm. 1, enero-abril, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38130688005>. Acesso em 28 de janeiro de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Hucitec editora, São Paulo, 2014.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado na fronteira (1778-1801)**. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2003.

MORAIS, Larissa Urquiza Perez de. **A Luta Dentro da Luta: Geografia do Empoderamento das Mulheres Camponesas no Assentamento Contestado – Lapa (PR)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós Graduação em Geografia, Curitiba, 2018.

MOREIRA, R. O espaço e o contra espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In SANTOS, Milton. Becker, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MORENO, Gislaene. **(Des)caminhos da apropriação capitalista da terra em mato grosso**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Acesso em: 18 abr. 2023.

MORENO, G. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, G. e HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MOURA, Edenilson Dutra de. **Do Oiapoque ao... Vislumbrar da dinâmica territorial urbana na fronteira Franco-Brasileira**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós Graduação em Geografia, Fortaleza, 2021.

NUNES-NUNES, Maria José. (org) Dossiê “Gênero e Religião”. In: **Estudos Feministas, Florianópolis** 13(2):363-436, maio-agosto/2005.

OLIVEIRA, Adriano. Uma Breve Análise do Programa Caminho da Escola, no período de **2015 a 2019 no âmbito do Distrito Federal**. Monografia (Especialização) – Instituto Sezerdello Corrêa – Escola Superior do Tribunal de Constas da União, Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, Brasília - DF, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Martha Tathy. **Trabalhar em casa na era do fim do emprego**. São Paulo: Olho d`água, 2001.

PAREDES, Julieta. Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario. México, Melanie Cervantes, 2013. Disponível em <https://silatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desdeel-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em 13 de Janeiro de 2024.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; Binzstok, Jacob. **Reflexões acerca da produção capitalista no território matogrossense: o desafio do campesinato em áreas do agronegócio**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/06.pdf>. Acesso em: 26 de Abril de 2023.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto, 2007.

PUHL, João Ivo. Práticas de economia solidária entre Chiquitanos e Populações Rurais na Fronteira Brasil-Bolívia. In: ZART, Laudemir Luiz. VAILANT, Clóvis (org.). **Educação e socioeconomia solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa**. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014.

RIOS, Flávia. Por um feminismo radical. In: VERGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

SAFFIOTI, HELEIETH I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALES, Leydiane Vitória; SANTOS, Sérgio Pereira. A branquitude no contexto das relações raciais e nas discussões de gênero. In: FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara; GRANDO, Beleni Saléte; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; CUNHA, Teresa (org.). **Mulheres e Identidades: Epistemologias do Sul**. Curitiba: CVR, 2019.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.) *Epistemologias do sul*. São Paulo; Editora Cortez; 2013.

SANTOS, Fábio Ferreira; GARCIA, Maria Franco. A luta da mulher pela igualdade no campo: contradições e tensões no sistema capitalista. Revista **Interface**, Edição 1, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton. Becker, Bertha K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Recife: SOS: Corpo e Cidadania, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, P. (Org.). **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992.

SILVA, Tania da; Binzstok, Jacob. **Espaços de resistência camponesa na fronteira Brasil-Bolívia: os assentamentos rurais em Cáceres-MT**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/06.pdf>. Acesso em: 22 de Abril de 2023.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, M. de O. A (Re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul. 2014. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2014.



SOUSA FILHO, S. G. de. **Por uma filosofia da comunicação**. Campina Grande: EDUEP, 1999.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo : Expressão Popular, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1974.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Editora EDUEL – Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2018.

ZIMMERMANN, N. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Edunesp, 1994.

## **APÊNDICE – Roteiro para o trabalho do grupo focal**

Mediadora: Jussara Cebalho

Observadora: Jussara Cebalho e Jucimara Cebalho Porto

Operadora de Gravação: Jucimara Cebalho Porto

Digitadora: Jussara Cebalho

### **Objetivos:**

- Levantar o perfil socioeconômico e a história das mulheres assentadas;
- Conhecer qual foi o papel da mulher, na criação dos assentamentos estudados;
- Constatar as atividades desempenhadas pelas mulheres em relação à proteção do território, o meio ambiente e a sua cultura;
- Distinguir os desafios que as mulheres assentadas enfrentam, no acesso ao trabalho, moradia, infraestrutura e serviços públicos como educação e saúde;

**3 grupos focais:** de 6 a 12 participantes

### **Locais:**

Assentamento Jatobá: Igreja Menino Jesus de Praga.

Assentamento Sapicuá: Sala da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida.

Assentamento Corixinha: Associação de Mulheres (ARPEP).

### **Desenvolvimento:**

#### **1) História de vida e perfil socioeconômico das mulheres assentadas**

- a) Me conte sobre a sua história de vida.
- b) Alguma de vocês, participaram do processo de criação do assentamento? Como foi?
- c) De onde vem o sustento da família?

**2) Atividades desempenhadas, para a proteção do território, meio ambiente e cultura.**

- a) Que tipo de trabalho, você desenvolve no assentamento ou na sua propriedade?
- b) Conhece alguma ação no assentamento, de preservação ao meio ambiente? Os problemas ambientais, te preocupam?

c) Você mantém alguma prática cultural, no assentamento?

### **3) Desafios, quanto ao trabalho, moradia, infraestrutura, educação e saúde**

a) Você se sente valorizada pela comunidade e pelo Estado, em relação ao trabalho que você desenvolve no assentamento ou na sua propriedade?

b) A casa de moradia é de alvenaria? Você considera boa, a infraestrutura do assentamento (estrada, rede de energia elétrica, água)?

c) O assentamento é atendido por escola? Os estudantes do assentamento, dispõem de transporte escolar?

d) Você concluiu os estudos? Se não, porque parou? Encontra alguma dificuldade pela falta de estudos?

e) Quando fica doente, onde procura atendimento médico? É sempre possível?

### **4) Investimentos de programas públicos e privados, no assentamento**

a) O assentamento é atendido por algum programa público ou privado, para o desenvolvimento de atividade produtiva? Qual(is)? Como vocês avaliam esse atendimento? Por quê?